

Sérgio Barbosa dos Santos Silva

WHATSAPP E POLÍTICA: NOVAS FORMAS DE CIBERATIVISMO
EM FLORIANÓPOLIS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia Política sob orientação do professor Dr. Jacques Mick.

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Sérgio Barbosa dos Santos Silva
WhatsApp e política: novas formas de
ciberativismo em Florianópolis / Sérgio Barbosa dos
Santos Silva ; orientador, Jacques Mick -
Florianópolis, SC, 2017.
123 p.

- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós
Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. WhatsApp. 3.
Ciberativismo. 4. Florianópolis. 5. Participação
Política. I. Mick, Jacques. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política. III. Título.



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: pgsopol@contato.ufsc.br

**"Whatsapp e Política: novas formas de ciberativismo em
Florianópolis".**

Sérgio Barbosa dos Santos Silva

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pelos demais membros da Banca Examinadora, cujos nomes seguem abaixo.

Prof. Dr. Jacques Mick
(Presidente/Orientador)

Prof. Dr. Débora Messenberg
(Membro/via skype)

Prof. Dr. Lígia Helena Hahn Luchmann
(Membro)

Prof. Dr. Maria Eliza Muximo
(Membro)

Prof. Dr. Marco Grisetti
(Coordenador)

FLORIANÓPOLIS, (SC), MARÇO DE 2017.

À minha família e, em especial, à minha avó.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha família pelo suporte incondicional nestes dois últimos anos do mestrado. Eles sempre me motivaram e acreditaram na minha dedicação aos estudos. Sem eles, não seria possível a concretização de mais uma etapa da vida acadêmica. À CAPES pelo financiamento da bolsa de estudos. À equipe administrativa do PPGSP, Albertina, Fátima e Otto, que me deram um suporte irrestrito com informações precisas em situações de desespero. Foram muitos finais de semana debruçado sobre os livros na sala de estudos do PPGSP e, para isso, recolhia suas assinaturas a todo instante. Aos ciberativistas do UCG, que permitiram a realização deste estudo com muito entusiasmo.

Agradeço ao “Bonde de Pelotas” (Diane, Luisa, Raphael, Angela, Kettle), ao Grupo “Confusão Mental” (Treicy, Mari, Jenny e Renato), à “Turma do Barulho” (Renata, Yasmin e Bruno), à equipe da academia Fórmula em Florianópolis e do ginásio Phive em Coimbra, ao doutorando Marcelo Cigales do PPGSP, aos 11 doutorandos de “democracia no século XXI” do CES-UC. Todas estas pessoas torceram muito por mim e me deram valiosos conselhos para “segurar a pressão” do mestrado.

Ao grupo “Serginho em Floripa” composto pela Raquel, Suzete, Marcus e Ju. Estas quatro pessoas me deram todo o suporte da mudança de Brasília para Florianópolis e me ajudaram também no apostilamento de Haia dos diplomas para levar para Portugal. À Liz Costa que também auxiliou no recolhimento dos documentos em Brasília para a empreitada de Portugal. À equipe do SOL/UnB, Renata e Michele, que paraticamente “furaram” o processo da licenciatura para que ele tornasse mais célere.

Ao meu grupo querido “Pibic da depressão”, a Ferraz e Maitra me acompanham desde a graduação onde tive a sorte de fazer parte de um projeto de grande prestígio que culminou na minha publicação internacional na Revista ALAS. Ao “Round Trips” formado pelos meus amigos de infância de Governador Valadares que sempre me acompanharam e desejam força na carreira acadêmica. Aos amigos de Viçosa, Valadares e Brasília que fizeram uma despedida inesquecível e me deram forte apoio nesta difícil fase do mestrado.

Ao meu caro amigo Fábio Mellati que me salvou nos finais de cada mês com as transferências do Brasil para Portugal. Aos professores Ana Raquel Matos e Leonardo Avritzer que me ajudaram com sugestões

de leitura durante a disciplina “Teoria e Instituições Democráticas”. Ao professor João Arriscado Nunes e ao coordenador Giovanni Allegretti pelas prontas emissões de declarações para UC.

Fico grato também ao professor Raúl Burgos por ter me inserido na discussão de autores pós-estruturalistas, ao professor Ernesto Seidl pelas críticas e comentários à minha pesquisa na disciplina de “Seminário de Pesquisa” e na minha banca qualificação. Um agradecimento especial ao professor Brunetta, sem ele eu não teria obtido meu grau de licenciatura junto à UnB. Ele não deixou eu desistir em nenhum momento do longo processo e enfrentamos todos os trâmites burocráticos impostos pela UnB com muita sabedoria e cautela. O Brunetta resolveu um verdadeiro “tribunal de crise”. Além disso, tenho uma forte admiração pela didática deste professor que me encantou desde o primeiro dia de aula, quando retornei para graduação na UFSC no 2º/2015 em mobilidade acadêmica da licenciatura em sociologia da UnB.

Um forte agradecimento a minha ex-orientadora Débora Messenberg que durante todo este tempo não perdemos contato e sempre estamos atualizando nossas agendas de pesquisa. A Débora foi muita acionada para redigir cartas de recomendação para minha missão de Portugal e respondeu prontamente a todos meus pedidos. Sempre contribuiu de forma solidária com sugestões de leitura e tenho uma admiração por ela que extrapola as exigências curriculares.

Enfim, devo um profundo agradecimento ao meu orientador Jacques Mick, cujas orientações e reunião no Skype nesta fase final foram essenciais para eu seguir firme na escrita e suportar o “frio” de Coimbra. O Jacques viu este projetor caminhar, mudar e se reinventar desde o dia que ele topou ser meu orientador. Acompanhou as fases do meu trabalho cautelosamente e cumpriu de forma rigorosa nossas “deadlines”. Esteve presente quando solicitado e foi cirúrgico nas suas recomendações, tecendo sempre críticas necessárias aos meus textos produzidos. Muito obrigado a todas essas pessoas que me proveram um suporte memorável durante esses dois anos!

“Se quem acreditava que o UCG seria apenas um grupo de intelectuais batendo papo via WhatsApp, somos, na verdade, militantes atuantes, além de batermos papo e sermos grandes amigos”

(Usuária do grupo “#UCG”, 2016) ¹

¹ Áudio postado por uma ciberativista no dia 14 de novembro de 2016. Fonte: “Netnografia” do grupo do WhatsApp realizada por este autor.

RESUMO

O objetivo geral desta dissertação é investigar como o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC's), em particular, o WhatsApp, vem se apresentando como elemento central para a convocação e a mobilização de ciberativistas nas formas contemporâneas de participação política. Para tanto, foi focado de que forma os usuários do grupo “# Unidos Contra o Golpe” organizaram protestos em 2016 na cidade de Florianópolis, no que se convencionou denominar usualmente de ciberativismo. Bucamos, em um segundo plano, compreender até que ponto as Jornadas de Junho de 2013, se mantiveram no imaginário dos ciberativistas investigados, considerando que essas manifestações representaram um ponto de inflexão na história social e política do Brasil. O método de investigação é “netnografia” do grupo do WhatsApp, juntamente com a análise de mensagens postadas e a realização de entrevistas semi-estruturadas, ressaltando as motivações quanto ao seu uso político. Para isso, o estudo utilizou procedimentos analíticos de cunho qualitativo. O referencial teórico adotado é a teoria da “coreografia coletiva” do italiano Paolo Gerbaudo e a teoria agonística de Chantal Mouffe principalmente sua recente obra “Construir pueblo”, em co-autoria com Íñigo Errejón. A pesquisa verificou o potencial mobilizador do WhatsApp para além das abordagens dicotômicas que, por um lado, defendem entusiasticamente o potencial democratizador da internet como uma espécie de “ágora digital”, por outro, observam sua expansão como tendência à alienação e à desmobilização. Conclui-se, a partir da análise empírica, que os múltiplos usos do WhatsApp representaram novas formas de participação política traduzidas em mecanismos de ativação da cidadania e impacto positivo nas formas coletivas de sociabilidade do grupo.

Palavras-chaves: WhatsApp; Ciberativismo; “Netnografia”; Florianópolis; Participação Política.

ABSTRACT

The general objective of this master's thesis is to investigate how the use of information and communication technologies (ICTs), in particular WhatsApp, has been presented as a central element for the convening and mobilization of cyberactivists in contemporary forms of political participation. For that, it was focused on how the users of the "# Unidos Contra o Golpe" group organized protests in 2016 in the city of Florianópolis in Brazil, in what is commonly known as cyberactivism action. Secondly, we can understand the extent to which the June of 2013 remained in the imaginary of the investigated cyberactivists, considering that these manifestations represented a point of inflection in the social and political history of Brazil. The research method is "netnography" of the WhatsApp group, analysis of messages posted and semi-structured interviews, highlighting the motivations for their political use. For this, the study used analytical procedures of a qualitative nature. The theoretical framework adopted is the theory of "choreography of assembly" by the Italian Paolo Gerbaudo and the agonistic theory of Chantal Mouffe, especially his recent work "Construir pueblo", in co-authorship with Íñigo Errejón. The research verified the mobilizing potential of WhatsApp in addition to dichotomous approaches that, on the one hand, enthusiastically defend the democratizing potential of the internet as a kind of "digital agora", on the other, observe its expansion as a tendency towards alienation and demobilization. It is concluded from the empirical analysis that the multiple uses of WhatsApp represented new forms of political participation translated into mechanisms of activation of citizenship and positive impact on the collective forms of sociability of the group.

Keywords: WhatsApp; Cyberactivism; "Netnography"; Florianópolis; Political Participation.

LISTRA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 Foto de Capa do Grupo “#UCG” no WhatsApp
- Figura 2 A máscara de Guy Fawkes
- Figura 3: Emoticons enviados na ação que expressava enjôo ou nojo
- Figura 4 19 de Junho de 2013 em Florianópolis
- Figura 5 Descrição dos temas das redes no Brasil no dia 7 de Junho de 2013
- Figura 6 Descrição dos temas das redes no Brasil no dia 30 de Junho de 2013

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Modalidades do ciberativismo
Quadro 2	Datas-chave do processo de impeachment de Dilma Rouseff e início do Governo Temer no Brasil
Quadro 3	Fatores estruturantes e Modus Operandi do “UCG”
Quadro 4	Operacionalização de ações estratégicas do “UCG” em setembro de 2016
Quadro 5	Raio-X das Jornadas de Junho de 2013 nas principais capitais do Brasil

LITRA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BU	Biblioteca Universitária da UFSC
DC	Diário Catarinense
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
PT	Partido dos Trabalhadores
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
TIC'S	Tecnologias da Informação e Comunicação
UCG	Unidos Contra o Golpe
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 Internet e participação política	29
1.1 CIBERATIVISMO	31
1.2 NOVAS PRÁTICAS PARTICIPATIVAS PARA ALÉM DOS CANAIS INSTITUCIONAIS ESTABELECIDOS? A VEZ DO WHATSAPP.....	42
2 O ciberativismo no “#UCG”	50
2.1 REFLEXÕES SOBRE AS POSTAGENS.....	58
2.2 PARA DAR VOZ AOS CIBERATIVISTAS.....	70
3 Reinventando a participação política: o WhatsApp e o (não) legado de Junho de 2013	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
APÊNDICE A	115
ANEXO A	117
ANEXO B	121

INTRODUÇÃO

A democracia liberal enquanto sistema político hegemônico vem enfrentando o “paradoxo democrático”, a saber: há expansão de governos democráticos concomitante ao decréscimo da participação das populações em relação às instituições tradicionais da política. Somam-se a isso os sinais de esgotamento quanto aos mecanismos representativos dos sistemas políticos modernos. Mouffe (2016) apresenta a natureza do modelo ocidental de democracia como uma articulação de duas tradições diferentes, quais sejam: a tradição do liberalismo político com sua ideia de “Estado de direito”, de liberdade individual e dos direitos humanos e uma segunda tradição democrática de igualdade e de soberania popular. Entre estas duas tradições, o paradoxo ganha corpo porque o peso maior reside na primeira tradição. Mais do que isso: nas democracias contemporâneas as decisões políticas, de uma forma geral, estão fora do alcance dos cidadãos, na medida em que seu linguajar “técnico” tornou-se indecifrável pela população.

Em contrapartida, os diferentes movimentos de indignação que sacudiram o mundo nos últimos anos, - como a Revolução Egípcia, o movimento 15-M na Espanha, o Occupy nos Estados Unidos, e mesmo as Jornadas de Junho no Brasil em 2013 - mostraram-se, apesar de seus limites, capazes de oxigenar a democracia e compartilharam as seguintes características entre si: rejeição aos partidos políticos, baixa confiança nas formas convencionais de organização política, formação e mobilização via internet (CASTELLS, 2013; FEIXA & NOFRE, 2013; FEIXA et al, 2016; GERBAUDO, 2012; 2017; VOMMARO, 2014; 2015).

Esta dissertação de mestrado investiga o uso político do WhatsApp com objetivo de analisar e identificar diversas modalidades de participação na política contemporânea promovidas pelo seu uso no âmbito da bibliografia sobre ciberativismo e TIC's. Buscou-se entender o papel do WhatsApp na convocação e mobilização de ciberativistas inscritos em um grupo do aplicativo intitulado “# Unidos Contra o Golpe” ou UCG (iniciais utilizadas pelos usuários) e compreender, até que ponto as Jornadas de Junho de 2013 ocuparam lugar no imaginário destes ciberativistas investigados.

O “UCG” foi criado a partir do desejo de lutar contra o golpe² que se organizou no ano de 2016 no Brasil e reivindicou o retorno de Dilma Rouseff à presidência da república. A indignação com a situação política do Brasil motivou os usuários inscritos no “UCG” a refletirem e discutirem o cenário político que o país atravessou nesse ano (Figura 1).

Figura 1: Foto de Capa do Grupo “#UCG” no WhatsApp



Fonte: “Netnografia” realizada pelo autor. Extraída do WhatsApp no dia 05 de janeiro de 2017.

Considera-se este trabalho uma contribuição para pesquisas da sociologia no âmbito do ciberativismo ao investigar como se utiliza o WhatsApp para aumentar o fluxo de comunicação no campo da política. Esta TIC, por ter seu caráter instantâneo a partir de interação imediata a

² Este pesquisador está em comum acordo com os ciberativistas investigados e, portanto, considera que a saída da presidenta Dilma Rouseff foi um golpe.

qualquer hora e quase qualquer lugar, vem ganhando espaço para além da esfera privada, podendo também ser utilizado para a política.

Ao investigar o uso político do WhatsApp nas novas formas de ativismo, sem restringir a participação política a um receituário de ações tradicionais, pretendemos: “compreender melhor os fenômenos de participação política nas sociedades contemporâneas, reconhecendo que nem todos os movimentos e associações estão dispostos a participar dos espaços institucionais de partilha do poder” (PEREIRA, 2012, p. 84). Vivemos um tempo de esgotamento do modelo democrático neoliberal (MOUFFE, 2016) e “reinvenção da política” (MESSENERG, 2015). Talvez um dos maiores obstáculos do século XXI seja justamente:

colocar as pessoas no centro, uma política humana, dos cuidados, para humanizar as instituições, aberta à participação, à deliberação, à tomada de decisão e à capacidade de desenvolver propostas. Politicamente, como a atividade que nos humaniza e nos dá significado substitui a política como herança técnica dos burocratas (SABARIEGO, 2016: p. 269, tradução nossa).

Esta pesquisa caminhou no sentido de investigar um espaço de política criado no WhatsApp para além dos canais institucionais. Além disso, a pesquisa sobre internet e participação política tem sido explorada e aprofundada durante os últimos seis anos da vida acadêmica deste pesquisador (BARBOSA, 2014; 2015; 2016), o que é também um fator relevante para dedicação a este estudo. Para a sociologia, as pesquisas que relacionam práticas participativas e meio online oferecem novas maneiras de se pensar a política no mundo atual.

Enfim, este trabalho ainda tem a justificativa de que os ciberativistas investigados terão um trabalho acadêmico publicado sobre a forma de organização do UCG. Nosso intuito não é estabelecer uma relação causal entre o WhatsApp e participação política, mas desvendar o conteúdo social presente neste processo, buscando novos insights, mesmo que se considere a incapacidade de cobrir todos os possíveis aspectos da temática em um momento de velozes transformações tecnológicas (KIES, 2010, p. 5).

O objetivo geral desta dissertação é identificar e analisar novas formas de participação política promovidas pelo uso do WhatsApp. Como objetivos específicos busca-se entender: i) Qual é o papel político do WhatsApp na convocação e mobilização dos ciberativistas do UCG? ii) A forma como os usuários utilizaram o WhatsApp gera novos

repertórios de participação? iii) Qual o lugar ocupado pelas Jornadas de Junho de 2013 no imaginário dos entrevistados?

Há pouca produção acadêmica sobre estudos que relacionam a ferramenta do Whatsapp com o mundo político.³ A estratégia metodológica adotada foi a “netnografia” do grupo do WhatsApp desde o ingresso deste pesquisador em meados de Abril de 2016. A partir da “netnografia”, realizamos a análise das informações postadas pelos usuários do grupo no mês de setembro de 2016 e quinze entrevistas semi-estruturadas com residentes de Florianópolis inscritos no UCG.

Não menos importante, realizei uma pesquisa nas edições de Junho de 2013 do jornal Diário Catarinense - DC (jornal de maior tiragem na cidade de Florianópolis) na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina para observar a cobertura da mídia tradicional sobre as Jornadas de Junho de 2013. A partir desta análise, foi possível contrastar as informações colhidas das edições do DC com o imaginário dos entrevistados a respeito dessas manifestações em Florianópolis, considerando que Junho de 2013 representa um ponto de inflexão na história social e política do Brasil.

O estudo em questão foi realizado de modo amplamente qualitativo. As “pesquisas quali são percebidas como adequadas a uma abordagem em que o foco do trabalho recai sobre a investigação do ponto de vista subjetivo dos indivíduos e suas formas de interpretação do meio social onde estão inseridos” (KIRSCHBAUM, 2013, p. 181). Procurou-se fazer uma análise qualitativa de processos de “troca argumentativa online que combine as especificidades das interações sociais rotineiras da rede com o caráter reflexivo das interações politizadas” (MARQUES, 2011, p. 19).

Esta dissertação está dividida em três seções. No primeiro capítulo elucidamos uma discussão teórica sobre como o ciberativismo pode ser considerado uma forma de participação para além dos canais institucionais da política, revisamos a bibliografia sobre a temática de internet e política e ressaltamos como novas práticas participativas podem sim utilizar o WhatsApp como ferramenta de politização.

O capítulo dois é dedicado à análise empírica, a partir da combinação das metodologias supracitadas: em primeiro momento interpretamos a “netnografia” juntamente com as postagens do UCG em setembro de 2016 e, na segunda parte, apresentamos o resultado das entrevistas feitas com os ciberativistas de Florianópolis. Esta seção do

³ Encontramos apenas um estudo sobre eleições e WhatsApp realizado pelo jornalista espanhol Antoni Gutiérrez-Rubí. Ver: GUTIÉRREZ-RUBÍ (2015).

trabalho compreende a troca de experiências compartilhadas pelos ciberativistas inscritos no grupo e reflete sobre como podemos utilizá-las à luz da conjuntura política que o Brasil atravessou no ano de 2016. O texto avança no sentido de aproveitar ao máximo a operacionalização das estratégias propostas no escopo metodológico criado por este pesquisador para realizar uma rafiografia do UCG.

O capítulo três discute sobre como este trabalho nos revela um “novo olhar” sobre como ver e fazer a política no século XXI, tendo como base as interações do grupo investigado no WhatsApp. Ainda nesta seção, dissertamos sobre como as Jornadas de Junho de 2013 significaram um não legado para os ciberativistas entrevistados, debatemos as nuances entre as notícias veiculadas pelo DC sobre a cobertura das Jornadas e apresentamos os resultados dos dados colhidos em diálogo com a bibliografia revisada nos capítulos anteriores, ao exprimir uma “reinvenção” do que é a noção tradicional de participar. Por último, são realizadas considerações finais.

1 Internet e participação política

O advento das TIC's simultaneamente à difusão da internet permitiu tanto a comunicação direta entre os indivíduos, quanto a distribuição da informação de forma multidirecional e horizontal. É relevante, por isso, repensar o processo de funcionamento do poder político frente às constantes transformações expostas pela globalização no século XXI, reconhecendo que os indivíduos, por não confiarem nas tradicionais formas de fazer política, não se sentem representados politicamente pelo atual quadro institucional (BARBOSA, 2014; 2015; 2016). Resultado: os índices de participação nas eleições de países com mais longa tradição democrática vêm declinando nas últimas décadas, assim como as filiações às principais instituições representativas (CASTRO; REIS, 2012).

Mouffe (2015) observa que um dos grandes desafios da democracia no século XXI é “não poder se limitar a estabelecer uma solução conciliatória entre interesses ou valores ou a deliberar acerca do bem comum; ela precisa apoiar-se concretamente nos desejos e fantasias do povo” (MOUFFE, 2015, p. 6). Como avaliar uma era de imprevisibilidade, mudanças e transformações em que as redes de interação social expandem-se para fora das unidades políticas territorialmente definidas pela organização do Estado Moderno?

Mais ainda: se, nas democracias liberais contemporâneas, percebemos o acúmulo de uma quantidade irrestrita de demandas que não podem ser canalizadas via mecanismos institucionais, as decisões políticas são realizadas em espaços que estão fora do controle dos cidadãos. Sendo assim, no lugar de uma confrontação de ideias e projetos, estamos presenciando o esfacelamento do regime representativo das democracias liberais aliado a um crescimento contínuo de descontentamento da população em relação ao mundo político.

A partir desse questionamento, percebe-se a formação de uma lacuna na capacidade comunicativa entre o Estado e os cidadãos. De um lado, o poder político continua em uma esfera local; de outro, os cidadãos acumulam não só uma insatisfação generalizada justificada pela separação entre governantes e governados, como também demonstram pouca vontade de se engajarem em um sistema político carente de “ferramentas comunicacionais” comuns ao cotidiano dele. Percebemos, então, um “descompasso” entre uma sociedade civil que pleiteia por repostas rápidas e eficientes, ao mesmo tempo em que os

canais da participação política não acompanham essas demandas requeridas.

Nogueira (2015, p. 645) salienta que o conceito de participação tem uma “grande elasticidade em termos de significação”. Este autor pontua que “nem toda a participação tem como foco a interferência nos rumos de uma comunidade política ou de um Estado” (NOGUEIRA, 2015, p. 645). Propõe-se, então, uma reinvenção na seara da participação política a partir de uma “ampla agenda de pesquisa e estabelecimento de novos paradigmas” (NOGUEIRA, 2015, p. 649).

Ainda assim, há uma série de lacunas quanto à compreensão dos valores que orientam e embasam as ações dos atores no campo político e também acerca das formas de sua socialização. Neste trabalho, consideramos que percepções de situações sociais objetivas podem passar por impressões e avaliações subjetivas acerca dos fenômenos políticos.

A formação das “paixões” na política, elemento-chave considerado por Mouffe (2016) na construção de formas coletivas foi também diagnosticado no grupo investigado. Por paixão, Chantal entende “um certo tipo de afeto comum que é mobilizado no campo político na constituição de formas de identificação” (ERREJÓN & MOUFFE, 2016, p. 53, tradução nossa) e “desempenham um papel fundamental na política, e a tarefa da política democrática não é superá-las por meio do consenso, mas elaborá-las de uma forma que estimule o confronto democrático” (MOUFFE, 2015, p. 5). O confronto entre identidades diversas no UCG permitiu florescer a “paixão” como elemento fundamental na constituição do espaço coletivo dentro do WhatsApp. Foi o elemento que deu fôlego ao *modus perandi* do UCG, a medida que o choque de opiniões diversas entre os usuarios foi crescendo concomitante ao entrosamento do grupo e, ao fim e ao cabo, foram capazes de formar um ator coletivo.

Em verdade, os aspectos da “paixão” operam como ingrediente contrário à forma racional de conceber o mundo político. Em outras palavras: “a dimensão da política do mundo social não se reduz a atividades, espaços, atores ou racionalidades oficialmente reconhecidos como políticos” (SEIDL & GRILL, 2013, p. 8).

A partir dessas ideias, as TIC’s têm possibilitado novas formas de atuação política para além dos canais institucionais, “aumentando a capacidade de mobilização e a articulação dos cidadãos e possibilitando um maior envolvimento dos atores sociais” (PENTEADO ET AL, 2015, p. 1598). Nas Jornadas de Junho de 2013, por exemplo, arenas públicas

de cidades brasileiras foram ocupadas por pessoas recrutadas pelo meio online, “não somente como um evento de protesto, mas comum processo aberto e inacabado, que inclui uma ampla reconfiguração do ativismo social” (BRINGEL & PLEYERS, 2015).

As formas de ativismo digital sinalizam novas possibilidades de mobilização política ao sugerir reconfigurações de práticas participativas. A saber, “compreendeu-se que a internet não traz modificações automáticas; nós, usuários, é quem configuramos e utilizamos as ferramentas de maneiras diversas, com objetivos pontuais, influenciados por inúmeros fatores” (MARQUES, 2016, p. 10). Não há, portanto, uma relação mecânica entre o WhatsApp e participação política: esta TIC “não promove automaticamente a participação política e nem sustenta a democracia; é preciso, antes, olhar tanto para as motivações dos sujeitos quanto para os usos que eles fazem dela, em contextos específicos” (MAIA, 2011: 69).

1.1 CIBERATIVISMO

A internet é a base tecnológica para a forma organizacional da Era da Informação (CASTELLS, 1999). Para Castells, três importantes fatores condicionam o seu desenvolvimento:

a flexibilização administrativa e a globalização do capital exigidas por uma economia cada vez mais interligada; a supremacia dos valores individuais e da comunicação aberta e, sobretudo, a revolução microeletrônica que permitiu avanços extraordinários na computação e nas telecomunicações. Sob essas condições, o advento da internet tornou-se a alavanca na transição para uma nova sociedade, a chamada sociedade em rede (CASTELLS, 2003, p. 8).

No caso brasileiro, percebemos o recrudescimento de usuários ao criarem plataformas para participação, difusão de informações, criação de petições online e convocação de protestos. Em verdade, o acesso à rede mundial de computadores se massificou no Brasil. Em 2000, o país tinha cerca de 10 milhões de computadores em uso. Em 2013, esse número passou para 119 milhões, o que configura três micros para cada cinco habitantes brasileiros. Em 2015 esse número atingiu 154 milhões de computadores, ou seja, 3 para cada 4

habitantes. O ano de 2015 foi o primeiro em que o número de smartphones superou o de computadores no Brasil. A previsão é que no biênio 2017/2018 o Brasil atinja a marca de um computador por habitante (SAVAZONI, 2015, p. 117).

A bibliografia sobre “internet e participação política” revela que a Web 2.0 perfaz uma plataforma inovadora composta por meios de comunicação e dispositivos online: a internet é utilizada como ferramenta colaborativa de modo interativo. Os usuários se tornam organizadores ativos de conteúdos divulgados no meio virtual e a produção da informação deixa de ser unidirecional e vertical (modelo da Web 1.0). Seu perfil mais dinâmico permite não só acessar um conteúdo de uma informação, mas também contribuir no processo de sua formação.

Malini & Auton (2013) explicam que o modelo anterior, o da Web 1.0, se tornou um exemplo daquilo que “Gramsci chamava de revolução passiva, uma transformação pelo alto, tocada e gerida pelos principais operadores corporativos da nova economia” (MALINI & AUTON, 2013, p. 212) com usuários meros receptores de informação, sem que pudessem participar de modo ativo da informação veiculada. Já Von Bülow (2014) pontua que “a chegada da chamada web 2.0 levou muitos observadores da política a prever uma nova era, em que os indivíduos passariam a ter muito mais autonomia para opinar e poder para mobilizar”.⁴ Chadwick & Philip (2010) afirmam que a web 2.0 mudou a forma como pensar a internet e a vida política na sociedade globalizada.

O discurso político na Web 2.0 passa a fazer parte do ambiente virtual a partir de um fluxo comunicativo que é de muitos-para-muitos, ou seja, apenas uma mensagem pode ser encaminhada para uma quantidade infinita de usuários desconhecidos, tornando-se “multidirecionais e transitando por diversos sentidos e caminhos” (PENTEADO et al, 2015, p. 1600). Destacam-se também inúmeras formas de ativismo no ambiente on-line e novas ferramentas de mobilização, tais como: blogs, chats, comunidades virtuais, motores de

⁴Disponível em: <http://noblat.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2014/08/manifesto-pela-cidadania-na-internet-por-marisa-von-bulow-545695.html> Acesso em: 09 de agosto de 2013.

busca, agentes de rede, minas de dados, scripts, páginas da web e redes sociais virtuais (AMADEU, 2010; 2014).

As inúmeras possibilidades do uso da internet aliada a sua rapidez revela novas formas de ativismo no meio virtual, que não deveriam ser classificadas como slacktivism (expressão que ganhou a tradução de “ativismo de sofá”). Gerbaudo (2012, p. 7, tradução nossa) qualifica o slacktivism como “ativismo que tem zero impacto político ou social, mas cria uma ilusão de um impacto significativo sobre o mundo”. Infelizmente, há uma insistência, por parte da literatura ciberpessimista⁵, de que “o ativismo de verdade seria o velho ativismo das assembleias, das reuniões presenciais, do corpo-a-corpo nas campanhas⁶ (VON BÜLLOW, 2016). Significa dizer:

Os usos da internet pela sociedade civil têm ampliado a participação política, sobretudo depois do advento da Web 2.0. Isso deriva das facilidades com que as informações circulam e atuam na formação da opinião pública e pela possibilidade de se exercer pressão nos gestores públicos para que as demandas da sociedade civil sejam contempladas no campo político (PENTEADO et al, 2015, p. 1600).

Cardoso e Lamy (2011) salientam uma interligação de redes sob diferentes padrões de interação. Da mesma forma, a transposição de tais pressupostos para o ambiente parlamentar é ressaltada por (Braga et al, 2014, p. 9): “a introdução de ferramentas da Web 2.0 no contexto legislativo ensejou novas formas de comunicação, diferentes das sugeridas pela Web 1.0 que se apóiam em um monólogo top-down de transferência de informações”.

O meio online oferece, portanto, um forte potencial para participação política no sentido de que possibilita aglutinar indivíduos que antes queriam participar e não tinham canais de oportunidades. O que se convencionou chamar de *bottom-up* são as possibilidades de comunicação interativa de baixo-para-cima ao “fazer pessoas que nunca se importaram com política, se importar com política” (SAVAZONI, 2015, p. 130).

A crise na participação é sentida, a priori, no ambiente off-line,

⁵ Os ciberpessimistas são aqueles que “observam a expansão da internet como tendência à alienação e à desmobilização” (BARBOSA, 2016, p. 57).

⁶Disponívelem: <http://noblat.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2016/08/guinada-direita-da-internet-no-brasil.html> Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

e a internet pode mobilizar (ou pelo menos fazer um esforço) na recuperação pelo gosto da participação no campo político e não ser a chave para a solução da crise de representatividade vivida pelas democracias contemporâneas. A saída para este impasse, a nosso ver, é o referido *bottom-up*, prática que permite agregar até aquele indivíduo que outrora estava desinteressado pela participação política, mas que, agora, com canais interativos, tem potencial para iniciar novas práticas participativas.

As pessoas que já não participam da política, talvez não comecem a participar exclusivamente por conta da internet. Mais do que isso:

O que se pode oferecer, na verdade, é um surplus para os cidadãos participarem da vida pública, visto que há uma apropriação social da tecnologia digital que é imediata, pouco custosa e muito eficiente, além de não demandar sacrifícios enormes para o indivíduo engajar-se politicamente (BARBOSA, 2016, p. 56).

As novas possibilidades de acesso, organização, indexação e circulação de conteúdos criam modalidades de cidadania digital. A saber, o ciberativismo “facilita a formação de novas identidades coletivas, na medida em que cria espaços temáticos de discussão que permitem a convergência de posições políticas de pessoas dispersas geograficamente e que muitas vezes nem se conhecem” (EISENBERG, 2015, p. 245).⁷

Nesta dissertação, o principal termo importado dos estudos de internet e participação é ciberativismo. Este pode ser definido como qualquer tipo de ativismo que utilize as TIC’s como ferramenta política. Em específico, “o ciberativismo corresponde a práticas comunicacionais que, utilizando plataformas, redes e suportes digitais, sobretudo na internet, visam entrosar e dar maior visibilidade a lutas no interior da sociedade” (EISENBERG, 2015, p. 131).

Suas modalidades incluem um repertório variado de ações dispostas a “fortalecer conexões entre comunidades” (EISENBERG,

⁷ Um exemplo de iniciativa digital que permite ao cidadão apresentar sugestões no escopo da hipercidadania é a “RNSP (Rede Nossa São Paulo) que se apropria de ferramentas interativas e colaborativas da internet para incentivar uma maior participação popular em suas ações políticas” (PENTEADO ET AL, 2014, p. 209).

2015, p. 132) desde ferramentas de interação do meio online como campanhas virtuais, grupos de discussão, fóruns, chats, petições até as assembleias, atos públicos, passeatas, panfletos e protestos ocorridos meio offline. Considera-se, neste estudo em questão, que todo usuário inscrito no UCG é, de alguma forma, um ciberativista.

Outros dois termos usuais da bibliografia são a ciberpolítica e a cibercultura. Enquanto a primeira avalia os impactos das novas tecnologias sobre os sistemas políticos, abrangendo desde as instituições tradicionais de tais sistemas, até a criação de novos espaços de deliberação e participação propiciados pelo emprego das TIC's na esfera pública; o segundo investiga como as TIC's estão propiciando a emergência de formas de identidades coletivas e processos de criação simbólica que integram os diversos atores sociais em novos universos de referência cultural (AMADEU, BRAGA & PENTEADO, 2014). Nesta pesquisa estas três divisões acabaram se imbricando, embora a noção de ciberativismo tenha maior relevância.

O ciberativismo, ao fim e ao cabo, é uma manifestação de ativismo social contemporâneo, na qual o emprego das TIC's promove modalidades criativas de ações políticas colaborativas em redes digitais. Trata-se de colocar em prática uma nova maneira de ver, sentir e agir politicamente na sociedade contemporânea ao propor ideias e ações por meio de inúmeros usos de TIC's que estão reinventando o ativismo político (Quadro 1).

Quadro 1: Modalidades do ciberativismo

MODALIDADES DO CIBERATIVISMO	USO DOS RECURSOS DA INTERNET/ TIC's
INFORMAÇÃO	Apenas informação para os cidadãos; não há interatividade, não encoraja o engajamento da sociedade na causa em questão.
CONSULTA	Reconhecimento de informações do público em geral; as ações utilizam ferramentas básicas de comunicação como envio de e-mails e enquetes.

TIPOS DE CIBERATIVISMO	USO DOS RECURSOS DA INTERNET/ TIC's
MOBILIZAÇÃO	Ação de estímulo e convocação na defesa de valores e ideias; uso de comunidades e eventos do Facebook, grupos do WhatsApp e outras formas de interação e mobilização nas redes sociais virtuais.
ENGAJAMENTO	Defesa de ideias e valores; presença de convocação em cascata e uso de torpedos, além das redes sociais virtuais.
DELIBERAÇÃO	Auxilia na resolução de impasses, tomadas de decisão a partir de discussão e debate entre atores políticos; ocorre por meio de uma somatória de estratégias que envolvem o uso das TIC's e, em alguns casos, o uso dos meios de comunicação de massa.
EMPODERAMENTO	Transferência de influência, controle, proposição e formulação de políticas a partir dos desejos e anseios dos cidadãos; ocorrem ações de mobilização com utilização de ferramentas tecnológicas e meios de comunicação de massa, além do desenvolvimento de ações off-line de conscientização e promoção do engajamento social.

Fonte: Tipologia proposta por PENTEADO et al (2015). Adaptação do autor.

Renomados sociólogos têm se destacado na seara do ciberativismo, entre os quais: o italiano Paolo Gerbaudo, o argentino Pablo Vommaro, o espanhol Manuel Castells, a brasileira Maria da Glória Gohn e o espanhol Carles Feixa. Gerbaudo (2012; 2014; 2016; 2017; 2017a; 2017b) talvez seja uma das vozes mais ativas no que tange o ciberativismo no mundo contemporâneo.

O sociólogo italiano ressalta que o ciberespaço ocupa uma posição onde tudo acontece, ou seja, onde os indivíduos conectados trocam ideias entre si e com o mundo. Os ciberativistas atuam como internautas que colam, copiam, replicam, editam, sintetizam e

multiplicam as mídias sociais, em milhões de tweets e posts sobre notícias a respeito dos acontecimentos políticos em geral.

O autor realiza um rico trabalho de campo etnográfico ao testemunhar as múltiplas manifestações de ativismo através das redes sociais virtuais. Seu conceito-chave é *choreography of assembly* (coreografia coletiva). Entende-se como um “processo de construção simbólica de um espaço público que se constrói em torno de um ajuste de cena emocional e um script dos participantes na assembleia física” (GERBAUDO, 2012, p. 12, tradução nossa). As coreografias coletivas podem ser “caracterizadas por sua inventividade e dinâmica de ação, agrupando um número significativo de estratégias. O uso de diferentes estratégias é seguido de uma atualização constante das informações na internet, demonstrando dinamismo e envolvimento” (PENTEADO et al, 2015, p. 1611) com o meio off-line.

Gerbaudo (2017) também ressalta o surgimento de cultura política híbrida, na qual o mesmo manifestante que segura a máscara do Guy Fawkes⁸ (Figura 1) do anarquismo é capaz de estender a bandeira nacional de seu país. Há um paradoxo entre o que se define como parte de um movimento autônomo contra o Estado, mas que, contraditoriamente, depende dele para satisfação de suas demandas.

⁸ Em 1983, o escritor britânico Alan Moore criou o roteiro da revista de quadrinhos “V de vingança”. Na sua história, a Inglaterra está sob um regime fascista e os direitos civis, a arte e a cultura foram retirados da população. Eis que surge um homem chamado “V”, que utiliza métodos radicais para restituir à população inglesa a liberdade de escolha. O personagem em questão usa uma máscara que representa a figura histórica de Guy Fawkes que participou de uma conspiração contra o Rei Jaime I e tentou explodir o Parlamento Inglês em 1605. A adaptação da história para o cinema disseminou o conhecimento da máscara mundo afora. A intenção de “V” girava em torno de levar um futuro melhor para o povo e esclarecimento para resistir à opressão e aos abusos do governo. O Anonymous, por exemplo, adotou esta máscara como símbolo por ter uma proposta parecida com a de “V”. No caso das Jornadas de 2013 no Brasil, vimos com bastante frequência nos protestos o uso da máscara como representação de que o espírito das pessoas unidas demonstrasse a defesa de seus direitos e liberdades, tornando-as um único espírito coletivo. O fato é que a máscara de Guy Fawkes transbordou o enredo do filme e, fez parte de várias manifestações que imprimiram uma falta de sintonia entre os anseios da população e a agenda política dos partidos e parlamentares (GERBAUDO, 2017).

Figura 2: A máscara de Guy Fawkes



Disponível em: <https://scoretracknews.wordpress.com/2013/06/18/6289/> Acesso em: 15 de julho de 2016

Segundo o sociólogo italiano, estas novas culturas de protesto redefinem o “político” a partir de centenas de manifestações em todo o planeta, ganhando cada vez mais adesão popular e abrindo novas agendas de pesquisa. Mesmo que se considere que essas manifestações surgem e depois se extinguem, em ritmos peculiares de cada local.⁹

A teoria da “coreografia coletiva” (GERBAUDO, 2012) destaca não só as oportunidades, mas também os riscos envolvidos na adoção entusiástica dos movimentos sociais contemporâneos. Estas contribuem para transformar locais simbólicos de protesto em “trending places” (em comparação com a definição do Twitter para “trending topics”), que adquirem um imenso poder de atração local por um determinado período de tempo, mas depois (como acontece com todos os “trending topics” do Twitter) desaparece progressivamente.

Nos diferentes movimentos de indignação investigados por Paolo Gerbaudo (Revolução Egípcia, Indignados na Espanha e Occupy nos Estados Unidos), apesar das reivindicações para grupos se configurarem sem liderança absolutas, a partir de um caráter dinâmico e assimétrico do processo de mobilização, a função do coreógrafo para dar o primeiro passo, para definir uma data, para lançar uma ideia, criar um hashtag é fundamental. O modo inaugural como o sociólogo versa sobre a noção fluida de natureza dinâmica, assimétrica e complexa dos processos de mobilizações em escala mundial nos reserva grandes desafios teórico-conceituais e metodológicos (GERBAUDO, 2016; 2017; 2017a; 2017b).

⁹ “O protesto se difunde dos setores mobilizados para outras partes da sociedade, transbordando os movimentos sociais que o iniciaram” (BRINGEL & PLEYERS, 2015, p. 8).

Trata-se de criar novas metodologias que possam avaliar grupos em que o valor da espontaneidade e não adoção de mecanismos de delegação e representação sejam basilares. A noção de “coreografia coletiva” serve, então, para repensar a noção tradicional de lideranças dos movimentos sociais e colocar o ciberativismo no rol das formas emergentes de participação política.

Vommaro (2015) salienta que os jovens são os principais protagonistas dos vários processos de mobilização coletiva presentes no atual quadro da América Latina. No entanto, estes processos representam formas contemporâneas da política em um sentido amplo, não se restringindo apenas ao público jovem. Esses movimentos, segundo o autor, ora buscam formas alternativas de participação que escapam dos canais institucionais da política, ora assumem um diálogo fluido com o Estado a partir de espaços comunicativos férteis para o desenvolvimento de propostas (VOMARRO, 2014, p. 57, tradução nossa).

O sociólogo argentino acredita que a política, em seu caráter dinâmico, é submetida a constantes processos de transformações. As novas práticas participativas dessa juventude, como o ativismo on-line e o uso e apropriação do espaço urbano, não só conferem um viés inovador, como também sofisticam modalidades participativas anteriores. A saber, “a juventude se converte em uma causa pública que resulta nos recrutamentos e mobilização de força política” (VOMARRO, 2014, p. 68, tradução nossa).

O choreography of assembly de Gerbaudo (2012) é substituída, no liguajar de Vomarro (2014), por carnavalización de la protesta. Assim como no aporte teórico do sociólogo italiano, a carnavalización de la protesta refere-se à

a dramatização das identidades do protesto, a captação dos meios de comunicação, a perturbação das relações do espaço público e, sobretudo, a representação de novas maneiras de se conceber a política no mundo contemporâneo. Constitui-se de uma configuração peculiar em torno das ações políticas juvenis, onde o político e o artístico-cultural estão inevitavelmente articulados (VOMARRO, 2014, p. 68, tradução nossa).

O recado de Vomarro (2014) é que essa juventude representa um símbolo de uma política que se reconhece como nova e suas mobilizações na América Latina expressam “uma vocação persistente

para promover alternativas inovadoras no campo da participação política no que tange a capacidade de protestar e servir como forte potencial para continuar protagonizando novas mobilizações sociais, conflitos e mudanças” (VOMARRO, 2014, p. 69, tradução nossa).

Castells (2013) elucida uma mudança na maneira como a organização das novas formas de ativismo é vivenciada pelos seus participantes. Ele denomina essas novas práticas participativas como “movimentos sociais em rede”. Estes surgem como um projeto calcado nas experiências dos indivíduos, reinventando o modo como a estrutura democrática funciona e partilhando interesses, ideias e valores que deságuam no espírito coletivo.

A natureza desses movimentos caracteriza-se de forma espontânea e com ocorrência a qualquer momento e em qualquer lugar do mundo, amparada em larga escala pelo uso das TIC's. São características destes “movimentos sociais em rede”: o descrédito em relação às instituições políticas tradicionais e ao não-funcionamento dos mecanismos de representação; a desconfiança das informações disseminadas pelos veículos da mídia tradicional e por corporações financeiras; sem lideranças e organizações formais; sem orientações estratégicas e autoridades verticais (não programáticos); têm sua formação e são mobilizados primordialmente via internet (simultaneamente globais e locais); uso intensivo das redes sociais virtuais (interação dinâmica entre ciberespaço e espaço urbano); conectados em redes de múltiplas formas (multimodais) e, por último, são movidos pela tríade: indignação, entusiasmo e esperança.

Equivale a dizer: diferentes formas de indignação são catalisadas em diferentes partes do globo. Segundo o sociólogo espanhol, o espaço da autonomia é uma característica essencial no arranjo espacial dos “movimentos sociais em rede”. Autonomia é definida como a “capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses” (CASTELLS, 2013, p. 172).

Gohn (2013), talvez a referência brasileira de maior renome nessa área de pesquisa, ressalta que os novíssimos movimentos sociais centram-se no advento da internet por meio da comunicação interativa das redes sociais virtuais. A internet tem aumentado o escopo das possíveis políticas que favorecem o fortalecimento de movimentos emergentes com caráter emancipatório.

A autora observa que não foram sindicatos ou os partidos que convocaram estes tipos de manifestações e sim os cidadãos plugados em

redes sociais virtuais. Aliás, “desde o início se fez crítica radical a todas as instituições do establishment – parlamento, partidos, sindicatos, empresas, igrejas e monarquia” (GOHN, 2013, p. 34). Segundo a socióloga brasileira, todos que têm acesso às mesmas informações, particularmente os jovens, estão ligados em um único mundo, o virtual, onde também podem ficar lado a lado, curtir páginas, compartilhar vídeos, fotos, artigos, posts, sem contar a replicação em perfis, blogs e sítios.

A “geração Hashtag”¹⁰ formada pelas mobilizações coletivas da juventude na era da internet é destacada no trabalho de Feixa et al (2016). Estes jovens estiveram presentes em inúmeros protestos sociais que explodiram nos últimos anos entre 2009 e 2014. A saber: “todos estes movimentos surgiram no meio virtual, criaram hashtags que se converteram em Trending Topics (tendências mundiais) e consolidaram o papel mobilizador das redes sociais virtuais em geral e do Twitter em particular” (FEIXA ET AL, 2016, p. 111, tradução nossa).

A geração # (hashtag), segundo Feixa et al (2016), perfaz uma nova fase da sociedade em rede, caracterizada pela supremacia das redes sociais virtuais. Uma de suas características basilares é a indexação (classificação numérica e temática) dos atores participantes respeitando afinidades sociais, ideológicas e culturais, assim como uma multiplicação exponencial das capacidades de conexão e colaboração entre os jovens (FERNÁNDEZ-PLANELLAS, 2016). Esta geração inaugura “novas formas de protestos, onde jovens de distintos países participam de manifestações convocadas pelo meio virtual e propagadas e organizadas por telefones móveis” (FEIXA ET AL, 2016, p. 111, tradução nossa).

O que todos estes autores apresentam como denominador comum, em maior ou menor grau, é abrir espaço para possibilidades políticas cujas posições não estão dadas, mas são construídas pelos atores sociais envolvidos no processo. As chaves de análise – Gebaudo (“coreografia coletiva”); Vommaro (“carnavalização dos protestos”); Feixa (“geração hashtag”); Castells (“movimentos sociais em rede”) Gohn (“novíssimos movimentos sociais”) – expressaram movimentos contemporâneos associados a uma “geopolítica da indignação global” (BRINGEL & PLEYERS, 2015) que devem ser situados por suas

¹⁰ As hashtags (#) são palavras-chave antecedidas pelo símbolo #, que servem tanto para destacar quanto para conectar mensagens sobre o mesmo assunto em redes sociais virtuais. No Twitter, as hashtags dos assuntos mais recorrentes vão para os Trending Topics.

demandas peculiares “em diferentes coordenadas espaço-temporais” (BRINGEL & PLEYERS, 2015, p. 8).

As TIC's, conforme visto, podem servir como instrumentos de mudança social e o ciberativismo ganha “nova roupagem” na seara de estudos sobre participação política ao proporcionar a emergência de novos espaços e atores sociais. Neste trabalho, em específico, procuramos entender como o grupo criado no WhatsApp em Florianópolis serve como espaço proveitoso para formação de uma identidade coletiva que evoluiu de forma contingente e atingiu proporções que nem mesmo os usuários do grupo imaginavam em suas expectativas iniciais.

1.2 NOVAS PRÁTICAS PARTICIPATIVAS PARA ALÉM DOS CANAIS INSTITUCIONAIS ESTABELECIDOS? A VEZ DO WHATSAPP

O ciberativismo sinaliza uma alternativa à força hegemônica dos meios de comunicação de massa tradicionais. É possível disseminar informações sobre protestos, organizar ações no mundo online, se engajar e ir às ruas. A proposta do UCG, de forma geral, apresentou uma intervenção ágil em assuntos específicos, organizou mudanças e protestos no meio offline.

As TIC's desempenham um papel central nas convocações dos protestos cujos repertórios de ação explodem em qualquer parte do globo em qualquer momento. A articulação entre sistema político, grupos offline e manifestações de rua é chave para entender esta nova geração de “indignados” composta por um caráter de fluidez onde não se percebem hierarquias. A saber: “os indignados se referem a uma categoria ampla, que reflete uma cultura política sustentada por valores democráticos” (SORJ, 2016, p. 30). Em linhas gerais:

o que está em jogo é ampliar os espaços de participação em torno de temas, reivindicações e pontos de vista de movimentos sociais e comunitários, fazendo com que o aproveitamento das ferramentas digitais se some, como recurso complementar, às metodologias clássicas de atuação na arena política (EISENBERG, 2015, p. 133).

A nosso ver, é nessa direção que podem caminhar os estudos que relacionem WhatsApp com o mundo político. O funcionamento das instituições tradicionais da política, de uma forma geral, não favorece

um ambiente dinâmico e interativo capaz de desenvolver processos políticos mais aglutinadores no sentido de atender a uma pluralidade de demandas da população. Em contrapartida, grupos como o UCG apresentam-se como capazes de criar novas formas de ciberativismo que escapam ao radar dos estudos tradicionais sobre participação política. Segundo Giacomo Sani, existem pelos menos três formas de participação no seu sentido usual:

A primeira forma, que poderíamos designar com o termo de presença, é a forma menos intensa e mais marginal de participação política; trata-se de comportamentos essencialmente receptivos ou passivos, como a presença em reuniões, a exposição voluntária a mensagens políticas, etc., situações em que o indivíduo não põe qualquer contribuição pessoal. A segunda forma poderíamos designá-la com o termo ativação: aqui o sujeito desenvolve, dentro ou fora de uma organização política, uma série de atividades que lhe foram confiadas por delegação permanente, de que é incumbido de vez em quando, ou que ele mesmo pode promover. Isto acontece quando se faz obra de proselitismo, quando há um envolvimento em campanhas eleitorais, quando se difunde a imprensa do partido, quando se participa em manifestações de protesto, etc. O termo participação, tomado em sentido estrito, poderia ser reservado, finalmente, para situações em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política. Esta contribuição, ao menos no que respeita à maior parte dos cidadãos, só poderá ser dada de forma direta em contextos políticos muito restritos; na maioria dos casos, a contribuição é indireta e se expressa na escolha do pessoal dirigente, isto é, do pessoal investido de poder por certo período de tempo para analisar as alternativas e tomar decisões que vinculem toda a sociedade. É evidente que a participação política em sentido estrito só se pode dar com um número bastante reduzido de pessoas, naqueles sistemas políticos, ou organismos, que não têm um caráter competitivo e que utilizam mecanismos eleitorais, se os utilizam, para fins bem diversos (SANI, 1999: 888-889).

Os estudos tradicionais sobre participação mapeiam quem são os indivíduos que participam das instituições formais da política, onde participam e a intensidade de suas modalidades, mas poucos esclarecem sobre os interesses e motivações que se fundam nas escolhas e expectativas destes atores sociais (BORBA, 2012). Os resultados desses estudos, segundo Borba (2012), indicam que, embora os cidadãos ressaltem suas preferências sobre as políticas do governo, eles geralmente não são capazes de determinar os efeitos políticos de forma direta, o que sugere um valor descritivo sem considerar novas mudanças nas formas de organização da sociedade civil.

Se os modos tradicionais de participação ainda vigoram em muitos estudos da ciência política, este trabalho procura superar estas categorias e tem no ciberativismo o significado de uma nova prática participativa para além dos canais tradicionais da política. Pretende-se chamar atenção para:

as muitas variadas possibilidades de expressão do fenômeno político sem pretensões de encaixá-las em algum esquema linear nem, conseqüentemente, estabelecer avaliações normativas sobre as manifestações da política em diferentes épocas, sociedades e culturas (SEIDL & GRILL, 2013, p. 10).

O potencial democrático do WhatsApp pode sim ser apropriado por inúmeros atores sociais de modo a organizar e articular redes de protestos, como no grupo estudado. Neste processo, os mundos online e offline estão conectados, a saber: “a análise de como eles se relacionam, seja via atores offline que deflagram movimentos virtuais ou intervêm na comunicação virtual, seja nos momentos posteriores, quando a dinâmica política se desloca para outros espaços” (SORJ, 2016, p. 13) é pautada por práticas de intervenção que estão para além do mundo institucional, criando um “novo tecido democrático online/offline” (SORJ, 2016, p. 18).

Por mais que a comunicação política continue sendo um tema de interesse de uma minoria e considerando ainda que “a expectativa de que o mundo online constituísse um espaço no qual os cidadãos empoderados pela possibilidade de acessar diretamente o espaço público e se comunicar em redes horizontais estariam mais motivados a participar não se confirma” (SORJ, 2016, p. 34), vale frisar que o grupo do WhatsApp investigado criou um espaço político para participação ao

inaugurar um estilo próprio de organização, “permitindo novas formas de ativismo e de cultura política” (SORJ, 2016, p. 34).

Mas como surge o aplicativo móvel WhatsApp? Por que ele é considerado a “bola da vez” no Brasil, já que sua penetração atinge índices vultosos no país? O WhatsApp é um “aplicativo de mensagens multiplataforma que permite trocar mensagens pelo celular sem pagar por SMS”.¹¹ Foi criado em 2009 e teve seu auge em escala mundial no ano de 2012.

Desde então, vem passando por várias atualizações nas suas funcionalidades. Em apenas quatro anos de existência ele cresceu mais que o Facebook e seus números de penetração em diferentes países aumentam exponencialmente (GUTIÉRREZ-RUBÍ, 2015). Não por menos, em fevereiro de 2014, o Facebook anunciou a compra do aplicativo por 16 bilhões de dólares.¹²

Os usuários dessa tecnologia móvel podem enviar imagens, vídeos e documentos em PDF, fazer ligações sem custos desde que haja conexão com a internet. Dentre as funcionalidades, destacamos: conversa em grupos permitindo compartilhar todo tipo de informação com os usuários inscritos (que é o canal investigado por este trabalho); a modalidade WhatsApp Web, que sincroniza conversas do dispositivo móvel para outro dispositivo, (ou seja, no computador pessoal é possível retomar as conversas presentes no aplicativo do celular); e a execução de chamadas de voz e de vídeo, podendo realizar até ligações internacionais.¹³

Trata-se de uma ferramenta comunicacional que facilita a organização em grupo, é versátil, tem abrangência global e forte potencial para diversas formas de ação. Ainda podemos destacar a facilidade de relacionar, empoderar e promover a ação coletiva. E, não menos importante, tem uma reverberação crescente em diversas esferas da vida social, sendo usado em ambientes de trabalho, meio acadêmico, campo esportivo, esfera privada, campanhas políticas, movimentos sociais, e para qualquer outro grupo de pessoas afins.

Com a adesão enorme de usuários a esta rede de tecnologia

¹¹ Disponível em: https://www.whatsapp.com/?l=pt_br Acesso em: 02 de Maio de 2016.

¹² Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/02/criado-em-2009-whatsapp-cresceu-mais-rapido-que-facebook-em-4-anos.html> Acesso em: 04 de dezembro de 2016

¹³ Disponível em: <https://www.whatsapp.com/features/> Acesso em: 03 de Dezembro de 2016.

móvel em todo o planeta, o Brasil seguiu o mesmo caminho: “A crescente penetração do WhatsApp, aplicativo de conversação para smartphones se fazia presente em 56% dos aparelhos móveis brasileiros em 2014” (SAVAZONI & COPELLO, 2016, p. 118).¹⁴ A expansão da tecnologia móvel aliada ao barateamento dos preços dos “smartphones” culminou em um maior acesso à rede virtual pela população (HANSEN, 2016).

Gutiérrez-Rubí (2015) destaca que os grupos presentes no WhatsApp relacionam indivíduos construindo comunidade de interesses, mas que também promove ação autônoma e criativa dos usuários. Há o que o autor denomina de “mobile lifestyle”: comportamento social e individual que relaciona, empodera e promove ação coletiva e autônoma a partir do uso do “smartphone”. No nosso cotidiano, por exemplo, desde que saímos de nossos lares todos os dias vemos o quanto é comum ter algum indivíduo “clitando” a todo instante em seu celular.

Esse “mobile lifestyle” é percebido, por exemplo, nos grupos do WhatsApp ao aproximar pessoas com interesses comuns através da própria iniciativa individual que se inicia com o administrador do grupo. A saber, “por sua dimensão global e por seus mais de 700 milhões de usuários em todo o mundo, o WhatsApp se revela, de forma esmagadora, uma ferramenta indispensável para a política” (GUTIÉRREZ-RUBÍ, 2015, p. 9, tradução nossa).

O uso político do WhatsApp tem sido uma das marcas nas novas formas de ativismo online. Estudos mostram que o “baixo interesse por aplicações para celulares e tecnologias móveis não foi capaz até o momento de formar uma categoria própria” (BRAGATTO & NICOLÁS, 2012, p. 20). Além disso, “a crescente penetração do WhatsApp nos smartphones” (SAVAZONI & COPELLO, 2016, p. 118) tem crescido de forma exponencial na sociedade informacional do século XXI.

Cardoso & Lapa (2016) no seu próprio título chamam a atenção: “as mídias sociais não são a mensagem, as pessoas em rede que o são” (CARDOSO & LAPA, 2016, p. 202, tradução nossa). A questão alavancada por estes autores é justamente compreender como as redes sociais virtuais tornaram-se absurdamente penetrantes na vida social e política de muitos usuários ao redor do mundo. Estes autores esclarecem que a socialização nas redes sociais virtuais é uma prática relativamente nova que pode “influenciar as representações da própria sociedade e

¹⁴ No senso comum, a população brasileira rebatizou o aplicativo como “ZapZap”.

como as relações são construídas, interrompidas e socialmente adotadas para autonomia individual ou coletiva” (CARDOSO & LAPA, 2016, p. 204, tradução nossa). Os autores ainda pontuam que:

muitos dos grandes protestos globais que surgiram nos últimos 15 anos têm a ver com a qualidade de vida nas cidades, uma arena onde os atores podem procurar exercer sua autonomia através do envolvimento público personalizado com questões da vida cotidiana, como a ocupação das ruas e praças em diferentes localidades como Cairo, Nova York, Istambul, Londres, Moscou, Pequim, Hong Kong, Barcelona, São Paulo e Lisboa, onde os relatórios sobre o uso das redes sociais virtuais são persistentes (CARDOSO & LAPA, 2016, p. 205, tradução nossa).

São eventos que ocorrem, então, em uma esfera global e as TIC's permitiram seu início no ambiente online que, por sua vez, conectou as pessoas no ambiente offline. “A apropriação da mídia social criou laços entre ideias, visões, apelos à ação e manifestações nas ruas dos indivíduos. A autonomia é construída porque tanto aumenta o poder de escolhas individuais e a percepção de um papel como parte do indivíduo em meio à rede de pessoas” (CARDOSO & LAPA, 2016, p. 207, tradução nossa). Partimos então da ideia de que o online e offline é um único mundo, o que vivemos na atualidade, se preocupando menos em uma distinção de eventos que ocorram nas duas escalas.

Vissers & Stolle (2014) enumeram três questões centrais para as formas online de participação: a primeira é “como as pessoas se envolvem online e como podemos melhor medir e distinguir as atividades políticas online”; a segunda seriam questões como “Quais são os padrões de envolvimento político online e offline? É atividade online praticada por conta própria, ou sempre em combinação com ativismo offline? Em suma, vemos tipos de participação online distintos ou não?”; por último: quais novos grupos são trazidos para a participação política através da internet? (VISSERS & STOLLE, 2014, p. 942, tradução nossa). Trazer estas questões para o grupo investigado foi um dos desafios desta pesquisa, por mais que a ferramenta estudada por (VISSERS & STOLLE, 2014) tinha sido o Facebook e a desta pesquisa, o WhatsApp. Procuramos investigar as expectativas, experiências e motivações dos usuários na articulação do UCG na combinação dos elementos online/offline.

Este capítulo tratou de mostrar a necessidade de inserir os

estudos do WhatsApp no escopo da bibliografia sobre ciberativismo e ainda considerando-o como uma forma de participação política para além dos canais institucionais. Esta “TIC” nos reserva uma diversa agenda de pesquisa no âmbito da sociologia política, já que as interações sociais criadas ali nos revelam uma riqueza de detalhes que merecem ser aprofundados.

2 O CIBERATIVISMO NO “#UCG”

O “UCG” foi criado no dia 30 de Março de 2016 às 19:19 (horário de Brasília) por um usuário de Florianópolis em um período próximo à votação pela Câmara dos Deputados do pedido de impeachment contra a presidenta Dilma Rouseff. O grupo chegou a ter 256 usuários inscritos que, reiveindicavam a volta de Rouseff à presidência. Que contexto político brasileiro levou à criação do “UCG”? Por que o nome “Unidos contra o Golpe”? Este pesquisador verificou que desde sua criação as informações disseminadas no grupo aconteceram em meio a um período de turbulência política, conforme as datas-chave do Quadro 2.

Quadro 2: Datas-chave do processo de impeachment de Dilma Rouseff e início do Governo Temer no Brasil

Data	Acontecimento
2 de Dezembro de 2015	A autorização para abertura do processo de impeachment pelo então presidente da Câmara Eduardo Cunha
17 de Abril de 2016	Câmara aprova o pedido de impeachment de Dilma Rouseff
12 de Maio de 2016	Senado decide afastar Dilma; No dia seguinte, Temer assume a presidência interina do Brasil
31 de Agosto de 2016	Senado aprova impeachment da Dilma
26 de Outubro de 2016	O plenário da Câmara dos Deputados aprova por 359 votos a favor e 116 contrários a Proposta de Emenda Constitucional 241 (PEC 241)
29 de Novembro de 2016	O plenário do Senado aprova por 61 votos a favor e 14 contrários a Proposta de Emenda Constitucional 55 (Antiga PEC 241)

Fonte: Elaboração do autor.

Avritzer (2016) denominou essa turbulência política de “impasse” na democracia brasileira. O cientista político elenca os motivos que levaram a tal paralisia, quais sejam: colapso da aliança congressual de sustentação do governo, esgotamento do

presidencialismo de coalizão, forte mobilização da opinião pública contra a presidenta e forte impacto da operação lava-jato. Logo, a crise política aliada ao agravamento da crise econômica resultou em condições de ingovernabilidade pelo poder executivo (AVRITZER, 2016).

A primeira data-chave, por exemplo, se deu por conta do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, ter aceitado o pedido formal de impeachment em represália ao fato de o PT não ter declarado apoio a Cunha no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, onde ele era acusado de corrupção e ocultação de patrimônio no exterior. Cunha, enquanto líder da Câmara, conduziu seu mandato por meio de uma agenda corporativa, no estilo “toma lá, dá cá”¹⁵. Deve-se somar a isso que o resultado das últimas eleições no Brasil em 2014 revelou o avanço de posições mais conservadoras e o retrocesso de posições mais progressistas no Congresso Nacional.¹⁶

Neste cenário, Eduardo Cunha vocalizou na cena política como umas das forças mais conservadoras à frente do Parlamento. Trata-se da ascensão de uma figura forte, um político frio e ousado, detentor de uma hábil capacidade de articulação política e postura política conservadora. Com o andamento do processo, o impeachment foi consumado e a presidenta foi afastada do cargo no dia 12 de maio de 2016. Eduardo Cunha que havia acolhido o pedido de impeachment, foi preso no dia 19 de outubro de 2016.¹⁷ A presidenta foi tirada do poder sem um “real crime de responsabilidade fiscal” e com a violação da Constituição sob os auspícios de uma elite financeira nacional que se aproveitou do discurso da moralidade para criar um ódio ao PT (SOUZA, 2016), o que a nosso ver, caracteriza a consumação de um golpe, e explica o nome escolhido para o grupo do WhatsApp.

Boaventura de Souza Santos qualificou a saída da presidenta

¹⁵ Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,basta-de-toma-la-da-ca,10000054510> Acesso em: 10 de janeiro de 2017. A expressão política “toma lá, dá cá” ganhou notoriedade no parlamento brasileiro ao exprimir um jogo político de receber apoio em troca de cargos e benesses para permanecer no poder.

¹⁶ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/mais-conservador-congresso-eleito-pode-limitar-avancos-em-direitos-humanos> Acesso em: 09 de agosto de 2016.

¹⁷ Disponível em: <http://24.sapo.pt/atuabilidade/artigos/eduardo-cunha-foi-presos> Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

como “golpe-parlamentar-midiático-judicial”¹⁸, uma vez que o jogo político dos parlamentares, as manipulações da mídia tradicional e o usos abusivos do poder judiciário criaram as condições para o impeachment de Dilma Rouseff. A composição do Governo Temer, segundo Boaventura, mostrou que a democracia brasileira é agora mais capitalista, colonialista e patriarcal e se encaminha para uma perigosa e irresponsável aventura política cujo desfecho é imprevisível.¹⁹

O esfacelamento de democracias contemporâneas mundo afora é usado pelo autor para chegar até o caso brasileiro. A partir de sua pergunta “para onde vai a democracia?” diagnótica que “sociedades politicamente democráticas e socialmente fascistas” (SANTOS, 2016, p. 13) vem ganhando força em todo o planeta. Em verdade, “a democracia participativa perdeu muito de seu impulso contra-hegemônico inicial, em muitas situações foi instrumentalizada, cooptada, deixou-se burocratizar, não renovou em termos sociais nem em termos geracionais” (SANTOS, 2016, p. 21). A saber:

A democracia, enquanto gramática social e de acordo com a convivência cidadã, desaparece para dar lugar à democracia instrumental, a democracia tolerada enquanto serve aos interesses de quem tem poder econômico e social para tanto... vivemos, pois, uma conjuntura perigosa, na qual foram desaparecendo ou sendo descaracterizados ao longo dos últimos cem anos os vários imaginários de emancipação social que as classes populares geraram com suas lutas contra a dominação capitalista, colonialista e patriarcal (BOAVENTURA, 2016, p. 22).

¹⁸ <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/124/boaventura-de-sousa-santos-mundo-caminha-para-rupturas> Acesso em: 28 de janeiro de 2017.

¹⁹ O recuo da esquerda na conjuntura mundial é não ter uma resposta progressista para crise do neoliberalismo que se atenua. A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, o Brexit na Inglaterra, a guinada de Le Pen na França e o avanço de Macri na Argentina são alguns exemplos para aclarar a ascensão de setores conservadores numa escala mundial. Na Europa, a direita mostrou que suas forças estão mais bem posicionadas para impor uma resposta reacionária, cenário não tão diferente do Brasil no pós Junho de 2013. Mais ainda: “desgraçadamente setores da direita fizeram um melhor uso de “Gramsci” do que os setores da esquerda” (ERREJÓN & MOUFEE, 2016, 61, tradução nossa).

No caso brasileiro, vimos ainda um fenômeno peculiar, qual seja um “curto-circuito” nos projetos democráticos do governo Dilma Rouseff que, de alguma forma complicaram o cenário político brasileiro em 2016 e podem ser assim resumidas:

As formas de democracia participativas foram cooptadas, neutralizadas no domínio das grandes infraestruturas e megaprojetos e deixaram de motivar gerações mais novas, órfãs de vida familiar e comunitária integradora, deslumbradas pelo novo consumismo ou obcecadas pelo desejo dele. As políticas de inclusão social esgotaram-se e deixaram de corresponder às expectativas de quem se sentia merecedor de mais e melhor. A qualidade de vida urbana piorou em nome dos eventos de prestígio internacional que absorveram os investimentos que deviam melhorar transporte, educação e serviços públicos em geral. O racismo mostrou sua persistência no tecido social e nos episódios de violência institucional. Aumentou o número de assassinatos de líderes indígenas e camponeses, demonizados pelo poder político como “obstáculos ao desenvolvimento”, apenas por lutar por suas terras e seus modos de vida, contra o agronegócio e os megaprojetos de mineração e hidrelétricos (como a barragem de Belo Monte, destinada a fornecer energia barata à indústria extrativa) (BOAVENTURA, 2016, p. 97).

Entender a atual crise política que o Brasil atravessou em 2016, onde o “ódio ao PT” foi propagado com o claro intuito de derrubar a presidenta Dilma é reconhecer a consumação de um golpe sob os auspícios de uma mídia manipuladora e de uma parte do judiciário sem controle e que se vêem como “paladinos” da moral. Aliado a este lastimável cenário, percebemos ainda o avanço de uma classe média conservadora, “sem ilustração”, escravagista e facilmente manipulável pelo discurso de espiritualizar o “inimigo do bem contra o mal” tão facilmente vendido pela mídia brasileira no ano de 2016 (SOUZA, 2016).

A situação de grave desgaste do PT no Brasil mostrou que o partido foi oportunista quando teve condições para realizar mudanças estruturais na sociedade brasileira, mas não o fez. No entanto, não achamos que seja este motivo justificável para dar legitimidade ao golpe

que recolocou no poder, o que há de mais atrasado e podre na política nacional (SOUZA, 2015). Se a crise política, econômica e social que perdura no ano de 2017 não é uma crise orgânica ou histórica que estaria a demandar a construção de um novo Estado, conforme postula Gramsci, a saída talvez seja procurar soluções de caráter mais estrutural e orgânico para poder sustentar uma sociedade realmente democrática.²⁰

O contexto político do Brasil que culminou no afastamento da presidenta Dilma Rouseff serviu como “estalo” para que o UCG fosse criado. Havia um sentimento comum de desespero entre os ciberativistas diante de um momento de derrotas políticas sucessivas. O grupo do WhatsApp foi composto por ciberativistas de todo o país que acharam um forma de se unir contra o golpe que estava em curso. O sentimento de incorformismo desde a votação na Câmara dos Deputados e o tom de desencanto com a política brasileira foram fatores plus para que houvesse um canal que unisse todos estes ciberativistas.

No momento em que este texto era escrito, o UCG tinha cerca de 170 usuários, sendo aproximadamente mais de cem registrados no grupo com o DDD (+48)²¹. O número de usuários varia de um dia para outro, já que tanto podem entrar novos como sair antigos. No grupo, praticamente todos os números foram inscritos como administradores, o que permite adicionar novos integrantes e sinaliza uma organização de forma horizontal.

A grande maioria dos inscritos provém da região Sul do país, especialmente da cidade de Florianópolis, mas estando presentes ciberativistas de outras regiões e alguns do exterior. Houve então uma

²⁰ A fórmula da “revolução passiva” continua sendo uma importante âncora epistemológica para entender o Brasil contemporâneo (BIANCHI, 2015). Bianchi (2015) postula que a revolução passiva se manifesta de forma positiva e negativa. Se negativamente a ação das elites se revelou de modo a reproduzir sempre a ordem existente, positivamente esta mesma elite permitiu que a democracia social avançasse, ainda que de forma molecular. Em outras palavras: superamos o subdesenvolvimento, mas fomos incapazes de erradicar as desigualdades sociais e concentração de renda que assolam o Brasil. Assim, “as forças políticas e sociais modernas e arcaicas combinaram-se organicamente ao longo do tempo e promoveram, por meio de acordos, um processo de modernização da sociedade brasileira e conformação de um capitalismo industrial, ao mesmo tempo em que impedia a revolta popular” (BIANCHI, 2015, p. 8).

²¹ Esse DDD equivale a usuários da Grande Florianópolis e da região sul do Estado de Santa Catarina. Há também DDD (+47) E (+49) que equivalem a outras regiões do Estado.

transnacionalização do grupo sem qualquer pretensão inicial para isso. O “UCG” é formado por um grupo heterogêneo de atores sociais, tais como: educadores, engenheiros, petroleiros, geólogos, médicos, psicólogos, psicanalistas, arquitetos, sindicalistas, estudantes universitários, dentistas, atores, poetas, cronistas, bancários, músicos, professores universitários, mestres, doutores e políticos (Apêndice 3).

Os integrantes do grupo se posicionam majoritariamente como defensores de uma ideologia de esquerda: se orientam basicamente para a promoção da igualdade entre os homens e para a mudança da ordem social. Bobbio (1994) explica que na esquerda percebemos o princípio do igualitarismo; o laicismo; a crítica das limitações ético-religiosas; a inexistência de conceitos absolutos de bem e mal; os interesses dos trabalhadores, que devem prevalecer sobre a necessidade de crescimento econômico; o antifascismo; e a identificação permanente com as classes inferiores da sociedade. A saber: “a conotação central da noção de esquerda apresentada por Norberto Bobbio é com a ideia de igualdade. Segue sendo usada no mundo político e tem que ser mantida” (ERREJÓN & MOUFFE, 2016, p. 131, tradução nossa).

Este pesquisador criou um *modus operandi* para qualificar o modo de ação do UCG baseado em sua “netnografia”. O grupo se uniu sob um projeto de esquerda formado por vários atores sociais. O florescimento das “paixões”, conforme visto, foi elemento-chave e se mostrou capaz de dar coesão ao grupo. Os ciberativistas criaram possibilidades de participar num coletivo e isso não envolveu uma solução necessariamente racional. Eles se uniram, mas reconheceram os direitos de outros usuários a exporem também seus pontos de vista sobre o contexto político brasileiro.

Houve o dissenso, mas com uma base de consenso, princípios éticos e morais que foi essencial para se organizarem em conjunto. O *modus operandi* do UCG “não decorreu necessariamente de um projeto consciente, mas simplesmente daquilo que as pessoas fazem, sentem, percebem, e termina por articular à medida que procuram significados para sua vida cotidiana” (HARVEY, 2014, p. 22).

No caso brasileiro, quando uma força política conservadora transformou a consciência da população e a ganhou a sua confiança: tornou-se muito difícil construir uma alternativa para ocupar esse terreno. O grupo surgiu com motivações, interesses e projetos de se unirem contra esta “direita que saiu do armário” (MESSEMBERG, 2016) e o início do governo Temer. Para isso, utilizaram os dispositivos do WhatsApp para interagir socialmente, motivados pela indignação com a situação política brasileira e propelidos pelo entusiasmo de criar

novos projetos de ações políticas que revelaram valores pró-democráticos. Um das questões fundamentais nesta pesquisa é investigar como esse modus operandi (Quadro 3) permitiu um espaço proveitoso para potenciais formas de participação política e aproximação de vínculos entre os usuários.

Quadro 3: Fatores estruturantes e Modus Operandi do UCG

Três motivações-chave para criação do grupo	Contexto político brasileiro que favoreceu a união do UCG	Criação do Grupo no WhatsApp	Resultado: Modus operandi UCG
<ul style="list-style-type: none"> - Parlamentares conservadores - Mídia tradicional parcial - Judiciário Espetacularizado 	<ul style="list-style-type: none"> - Impeachment de Dilma Rousseff - Início do Governo Temer - Cortes drásticos no orçamento das políticas sociais, redução de benefícios, destituição de direitos, seja no mundo do trabalho, seja nas políticas sociais e nos serviços públicos - Medidas anti-sociais como a aprovação da PEC 241 ou PEC 55 - Não legado de Junho de 2013. 	<ul style="list-style-type: none"> - Interações via postagens a um custo reduzido e de forma interativa - Convocação de protestos, a partir do cruzamento online (WhatsApp / off-line (ruas)) - Espaço coletivo de articulação - Inserção da política na prática cotidiana - Paixão como elemento irracional que permitiu maior coesão ao grupo 	<ul style="list-style-type: none"> - Processo organizativo na forma de redes, onde os ciberativistas: identificam problemas; compartilham informações; convocam protestos; buscam soluções conjuntas; e ainda desenvolvem formas de solidariedade para garantir o respeito ao direito de outros usuários exporem seus pontos de vista. Sua organização descentralizada é basicamente formada por diversos participantes que não reconhecem uma liderança formal

Fonte: Elaboração do autor.

Neste capítulo, analisaremos as estratégias do escopo metodológico: a “netnografia”, a análise das postagens do mês de

setembro de 2016 e as entrevistas semi-estruturadas. A “netnografia” foi realizada desde o momento em que este pesquisador passou a integrar o grupo e a acompanhá-lo diariamente com o intuito de aprofundar a maneira como esses ciberativistas formavam suas opiniões, compartilhavam informações e convocavam protestos. Ela foi fundamental para criamos o modus operandi do UCG. Em meados de Abril de 2016, ao ser adicionado no grupo informei aos demais usuários que faria um estudo tendo o UCG como objeto de análise, onde numa etapa futura convidaria alguns ciberativistas para concederem entrevistas para a pesquisa.

A “netnografia” ofereceu possibilidades de compreensão dos processos vivenciados e seus comportamentos no WhatsApp (RICHARDSON et al., 2011), já que analisamos práticas e elementos do meio virtual. Rifiotis (2016) ressalta as conexões e elementos offline (onde o mundo real acontece) com os elementos do mundo online: “o tecido das nossas práticas, focado exclusivamente nos humanos, não parece mais inteiriço, pois ele está mesclado de outros elementos que desempenham atividades diversas no curso da ação” (RIFIOTIS, 2016, p. 90).

Trata-se, por isso, de conceber a netnografia ou etnografia virtual como abordagem sociológica destinada a entender o que os atores fazem na internet, qual seja: “a etnografia no ciberespaço seria antes de tudo uma operação cujo objetivo é rastrear a formação de redes” (RIFIOTIS, 2016, p. 93). Segata & Rifiotis (2016) propõem a articulação de dois eixos de trabalho a partir de uma agenda teórico-metodológica: “como fazer das tecnologias digitais estratégias de pesquisa antropológica/etnográfica” e da “emergência de movimentos sociais que se articulam por intermédio da internet” (SEGATA & RIFIOTIS, 2016, p. 18). Estes dois eixos canalizam os desafios que esta pesquisa percorreu ao “rastrear associações dos autores, ou seja, seguir os atores” (RIFIOTIS, 2016, p.123).

Se Segata (2016, p. 94) expõe o debate entre apocalípticos e apoloéticos, da mesma maneira Gerbaudo (2012, p. 5) ressalta o embate entre os ciberotimistas e ciberpessimistas. Este trabalho pesquisou o WhatsApp para além dessas abordagens dicotômicas que, por um lado, defendem entusiasticamente o potencial democratizador da internet como uma espécie de “ágora digital”, por outro, observam a expansão das TIC's como tendência à alienação e à desmobilização, o que implica pensar novas formas colaborativas que levem em conta a motivação subjetiva dos atores ao pensar o “UCG” como “novas formas de sociabilidade no ciberespaço” (SEGATA, 2016, p. 107).

A “netnografia” compreendeu também as relações e interações como resposta à intermediação do WhatsApp de modo a permitir a observação e realização de inferências sobre o fluxo de comunicação no UCG. Uma de suas vantagens foi auxiliar na interpretação de ideias criadas pelos vários usuários que não necessariamente se conheciam previamente e foram capazes de se unirem por uma questão política, uma vez que a rede de comunicação existente nesta TIC capturou de forma sistemática interações pessoais que de outra maneira poderiam ficar ocultas (FARRELL, 2012).

Se nossa segunda etapa refere-se à análise das postagens do mês de setembro de 2016, a terceira consistiu na realização de entrevistas semi-estruturadas, onde a abordagem qualitativa adotada neste trabalho esteve preocupada com o conteúdo expresso no conjunto de fala dos sujeitos, o significado de suas motivações e a sequência narrativa nas próprias verbalizações dos atores sociais investigados (BIASOLI-ALVES & DIAS DA SILVA, 1992).

Traçamos informações diversas, onde colocamos as experiências subjetivas como parte da redação e buscamos um significado comum entre as análises das postagens com as entrevistas realizadas, tendo em mente a “netnografia” deste pesquisador “seguindo os atores” do UCG, desde o momento de seu ingresso. Ao combinar estas três técnicas de pesquisa, entramos em contato mais profundo com as informações disseminadas no grupo.

2.1 Reflexões sobre as postagens

Para fins metodológicos, utilizamos o intervalo de mensagens postadas no WhatsApp do mês de setembro de 2016, visto que foi um período posterior a consumação do impeachment (31 de agosto), valendo-se de variáveis de análise presentes no Quadro 4. Utilizamos essas variáveis, uma vez que foram construídas para caracterizar a ação do grupo neste mês investigado, levando em conta também a “netnografia” realizada desde meados de Abril.

Foi realizado um uso mais qualitativo das mensagens postadas, tomando certos diálogos ou interações como exemplos típicos, mesmo que não sejam necessariamente representativos em relação a todos os usuários inscritos no “UCG”, no sentido de poder acompanhar as orientações subjetivas dos atores sociais durante o mês de setembro. Tem-se em mente que “é preciso sobretudo observar as situações e os contextos nos quais a troca de informações se produz, assim como a

construção, por meio de debate, das regras às quais os interlocutores se submetem” (MARQUES, 2011, p. 19).

Para isso, este pesquisador dirigiu-se à parte de configuração do grupo do WhatsApp, escolheu a opção de exportar a conversa e enviou para seu próprio e-mail para ter acesso ao histórico das mensagens e poder realizar a interpretação das mensagens no intervalo proposto. Neste histórico temos acesso a todas as mensagens postadas em setembro de 2016.²²

Quadro 4: Operacionalização de ações estratégicas do “UCG” em setembro de 2016

	VARIÁVEL	AÇÕES ESTRATÉGICAS OBSERVÁVEIS
A	Mecanismo propositivo	Construção da comunidade de interesses. Defesa de ideias e valores.
B	Criação de outras ações em redes sociais virtuais	Ação para formar outros grupos no WhatsApp para exercer uma atividade específica; atalhos para eventos no Facebook; Vomitação; Tuitaço.
C	Mobilização	Convocação para alguma atividade ou protesto. Ação de estímulo nos grupos do WhatsApp e outras formas de interação e mobilização em outras redes sociais virtuais. Uso da criatividade e da arte nos protestos.
D	Estratégias de novas ações	Ferramentas utilizadas para colocar as ideias em práticas. Auxílio na resolução de impasses, tomadas de decisão a partir de discussão e debate entre os usuários do grupo.
E	Difusão de informações	Informações de contexto geral. Vídeos, fotos, atalhos de sites, áudios postados pelos ciberativistas. Lógica do streaming, realizando transmissão ao vivo dos acontecimentos das manifestações.

²² As mídias que os ciberativistas postam não são enviadas para o e-mail, embora as mensagens permaneçam de forma integral.

	VARIÁVEL	AÇÕES ESTRATÉGICAS OBSERVÁVEIS
F	Respostas rápidas	Quando um ciberativista, responde a outro usuário utilizando a mensagem do primeiro, aproveitando essa funcionalidade do WhatsApp.
G	Difusão de material não veiculado pela mídia tradicional	Isso acontece especialmente nas situações em que os meios de comunicação tradicionais não cumprem seu papel percebido em relação aos critérios jornalísticos autoproclamados como objetividade e imparcialidade. Uso recorrente de notícias veiculadas pelo coletivo alternativo “Mídia Ninja” (Narrativas Independentes Jornalismo e Ação).

Fonte: Elaboração do autor.

No período escolhido (setembro de 2016) o Brasil já atravessava um momento político pautado pelo avanço da direita. Foi justamente no pós-impeachment da presidenta Dilma que a PEC 241 foi aprovada pela Câmara e depois pelo Senado, onde ganhou o nome de PEC 55. Da perspectiva dos integrantes do UCG, estas eram propostas nada preocupadas com os valores democráticos e representavam o corte de 20 anos de direitos sociais adquiridos pela população menos desfavorecida, nunca adotada nesta magnitude em qualquer país do planeta.²³

O que as postagens dos ciberativistas nos revelaram? Partimos da pergunta de Gerbaudo: “como os participantes, muitas vezes agindo a uma distância do outro, vêm perceber a si mesmos e são vistos pelos outros como parte de um ator comum?” (GERBAUDO, 2014, p. 264,

²³ A auditora fiscal Maria Lúcia Fattorelli fez campanha intensa nas redes sociais virtuais contra a PEC 241/55, que recorrentemente eram divulgadas pelos usuários do UCG. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=zyFcWMBxWjQ> Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

tradução nossa) A interação por meio destas postagens favoreceu a formação de um ator coletivo?

Percebemos, de forma geral, a utilização de “respostas rápidas”, à medida que os ciberativistas acompanharam a votação do Senado que culminou no impeachment da presidenta Dilma Rouseff. Houve um sentimento de indignação e foram convocados protestos. Alguns ciberativistas saíram do WhatsApp e foram às ruas. Percebemos de A até a G (todas as categorias descritas no quadro 4) utilizadas no mês de setembro de 2016. Dessa forma, selecionamos algumas mensagens da forma integral como foram postadas no grupo do WhatsApp com a classificação discriminada pelas nossas variáveis.

O sentimento de inconformismo foi revelado por dois usuários ao lamentarem a fragilidade de nossa democracia com a consumação do impeachment:

O dia de hoje entrará para a história do nosso país! Esse dia será lembrado eternamente como o dia do enterro democracia. Esse dia nos convida a uma reflexão: Nós Brasileiros realmente temos noção do significado da palavra democracia? Porque foi vestido de "democracia" que os brasileiros foram às ruas clamar por impeachment! O clamor foi atendido, parabéns para os brasileiros que foram às ruas! Vamos assistir de camarote o retorno do governo para a burguesia. Viva a derrota da igualdade e da justiça, viva a morte da democracia e a vitória da ignorância!; Aos amigos que estão tristes, cabisbaixos, chateados: fiquem assim hoje, mas lembrem-se: antes, parte de nossos irmãos e irmãs indígenas caíram. Palmares um dia caiu. Canudos, Contestado. Muitas de nossas rebeliões por liberdade, justiça, fracassaram. Olga caiu. Lamarca, Mariguela. Carajás, Candelária. Cabula, Capão. Quantas vezes tombamos? Choramos, sangramos. Alguém tem coragem de dizer que não valeu, não foi importante? Alguém acha que foi em vão? Cabeça erguida. Por todas as vezes que resistimos. Em Pinheirinho. Por todas as vezes que nos levantamos (ainda que nos joguem na lama, não é Mariana?). Nisso reside a nossa força. A gente cai, levanta, segura na mão do irmão, da irmã, e anda. Segue. Tenha calma, fique tranquilo. Hoje foi só mais um tombo. Daqui a pouco é tempo de levantar. E seguir. Porque a gente sabe o peso, a marca do

chão. E ao contrário dos "vencedores", que se acostumam com os privilégios do céu, a gente não se acostuma com o chão. A gente é de luta. A gente é de batalha. A gente usa o chão como propulsão. Pra voltar. Guerrear. Com sangue nos olhos. Mais forte ainda. A gente nunca se rende. Ainda que seja fisgado, caia na rede. A gente insiste. Nossa cara é nadar contra a corrente. Nunca aceitar os grilhões. Nossa caminhada é presente. Por podermos dizer: que orgulho, que alegria é lutar lado a lado com essa gente. #AmanhãVaiSerOutroDia. #VaiTerLuta #NãoVaiTerLuto #ForaTemer. (Variável A)

Combinaram de usar a camiseta “Fora Temer”, confeccionada pelo grupo e vendida para diversas localidades do país: “Vai sim, marquei para fazer amanhã, mas agora tem o ato, mas vou fazer um esforço pra fazer logo essas estampas, nem que eu venha para casa mais cedo amanhã”. (Variável D) Foi divulgado também um “manual prático do manifestante” (Apêndice 2), indicando como se portar em caso de prisão por um policial. Há neste manual o pedido para que quem residisse em áreas perto da manifestação liberasse o sinal do wi-fi para que os manifestantes pudessem enviar mensagens durante o ato, a saber:

peço pessoal se a polícia vier prá cima não se aglomerem, corram para direções diferentes, eles não conseguem dar conta de grupos dispersos aí precisam se dividir, vcs já viram que eles sempre ficam em bloco para mostrar força procurem, combinar as estratégias; antes de chegar lá dispersem e em seguida se juntem em outro ponto. (Variável D)

Vários ciberativistas são alertados sobre os deslocamentos da polícia para os protestos e muitos pedem cautela, conforme aponta outra mensagem: “Pensei que eu fosse desmaiar com o gás, cáí, um rapaz me socorreu, me abraçou, me amparou até a rodoviária. Abençoado.” (Variável E) As manifestações também foram elogiadas em algumas mensagens: “A manifestação estava maravilhosa! Fiquei emocionada. Parecia um sonho. Vi vcs lá, lindos, todos com a camiseta do Fora Temer. Sempre me pedem para comprar uma camiseta dessas. Ainda é possível?” (Variável C); “Parabéns a todos nós do UCG pelo exemplo de organização e luta! Grupo que cresce cada vez mais, não em número, mas em seus ideais e espírito de luta!”; “O grupo que pulou do zap pras ruas e foi a la lucha!” (Variável A).

Um ciberativista relata que a UFSC havia sido concentrada com mais policiais devido aos protestos dos estudantes universitários: “o pessoal da UFSC tá preso na BU, a polícia cercou eles barrando as rótulas; “A UFSC tá lotada de milico” (Variáveis E e F). Atalhos para respostas truculentas por parte da polícia são repassados pelo grupo. Outro usuário postou: “Os policiais estão batendo em mulheres, como podemos denunciar aos órgãos internacionais?”(Variável A).

Notamos um empenho dos usuários do UCG para denunciar situações de perigo nas ruas, “em uma espécie de alerta sobre a atuação das forças policiais contra as manifestações” (MALINI & AUTON, 2013, p. 241). Alguns usuários propõem para serem mais ativos na participação:

Galera acho que uma ação muito boa seria realizar uma pesquisa em todos os lugares. Perguntas como: se reconhecem o governo Temer? Apoiariam um plebiscito? Gostariam de novas eleições? A favor da reforma política? Apoiar a prisão ou cassação dos envolvidos na ave de rapina? Etc.. Deve ser pequeno, muito rápido e simples... Sabemos que a população não está satisfeita, e esses números sendo divulgados, pode ser muito importante para a união de todos, muitos que gritavam no começo "fora Dilma" também não estão satisfeitos com Temer .. É uma chance de unificar a população na luta; Gente, desculpe Todo mundo tem histórias... Eu fiz isso, fiz aquilo, vi isso e aquilo outro, etc, etc... Tem muita gente nesse grupo com histórias pra contar. Lindo! Emocionante! A experiência de um não é melhor nem pior que a do outro... Que tal somá-las? Que tal sair do WS, nos reunimos mais? Fazer uso das experiências na pratica? Sozinha pode ser apenas uma experiência, mas somada a outras, pode ser muito mais... O importante é que o foco do protesto, da manifestação seja o golpe e o golpista usurpador. (Variável A)

Outros exemplos de mensagens convocaram os ciberativistas para um projeto mais incisivo:

O problema é que se não existir trabalho de base você não faz política e o resultado, é o que temos visto a maioria do povo em silêncio, ou você acha que se as pessoas que moram nas favelas,

periferias ou funcionários públicos, como professores ou trabalhadores do setor de serviços, tivessem um mínimo de politização, estaríamos vivendo a realidade atual. Se não fizermos isto, o Brasil vai continuar o país dos golpes. (Variável A); PESSOAL TEMOS QUE TRABALHAR NA DIVULGAÇÃO DOS FATOS. POR ISSO, É URGENTE COMEÇARMOS. PRECISAMOS DOS RAPAZES QUE ESTÃO AQUI NO GRUPO PRA AJUDAR NAS PICHAGENS. VCS SÃO MAIS AGÉIS, MAIS RÁPIDOS... PREPARO O MATERIAL, AS PLACAS DE RAIOS-X A PRONTAS COM OS DIZERES, INCLUSIVE AS TINTAS. POR FAVOR, AJUDEM!!!!!!”; Os Alunos da UFSC nos ajudarão com seu apoio, BORA PRA ATIVA, LINDOS!”. (Variável D)

Vários ciberativistas também expressaram o descontentamento com a medida provisória que feriu o caráter público da EBC e sua independência em relação ao governo. A partir da nova regra, foi terminada a participação da sociedade civil na gestão da empresa e retirado da lei o artigo que reafirmava a autonomia da EBC em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão. À título de exemplo:

Temer acaba de publicar Medida Provisória extinguindo o Conselho Curador da EBC, que faz a TV Brasil, Rádio Nacional, Agência Brasil. Esse Conselho era a instância da sociedade civil na empresa, com representantes de diversos setores. (Variável G)

Foram disseminados também materiais veiculados pela “Mídia Ninja” sobre a cobertura de protestos. Em verdade,

A mídia Ninja fez emergir e deu visibilidade ao “pós-telespectador” de uma “pós-TV” nas redes, com manifestantes virtuais que participam ativamente dos protestos/emissões discutindo, criticando, estimulando, observando e intervindo ativamente nas transmissões em tempo real e se tornando uma referência por potencializar a emergência de “ninjas” e midialivistas em todo o Brasil (MALINI & AUTON, 2013, p. 15).

Houve chamadas também para o “vomitação”: protesto realizado nas redes sociais virtuais, principalmente no Facebook, em que vários usuários em uma mesma escala de tempo postam um emoticon de “vômito”, simbolizando a metáfora de um “enjôo” ou nojo em relação à situação política brasileira e à posse de Temer na presidência (Figura 2). Houve até cartilhas compartilhadas de como iniciar um “vomitação” e, irritação por parte do governo Temer.²⁴

Figura 2: Emoticons enviados na ação que expressava enjôo ou nojo



Fonte: <http://www.revistaforum.com.br/segundatela/2016/05/11/internautas-promovem-vomitaco-contratemer-no-facebook/> Acesso em: 10 de janeiro de 2017

Outras mensagens ressaltavam os protestos que estavam acontecendo em São Paulo pelos integrantes do grupo deste estado, que postavam fotos e vídeos. Trata-se de uma característica peculiar do UCG, como há ciberativistas de todo o Brasil, muitos dos usuários ficam sabendo por ali mesmo os locais dos protestos que explodem em todo o país. Também no plano internacional os usuários inscritos no UCG se mostraram descontentes com as informações que não eram transmitidas pela mídia tradicional brasileira.

Foi divulgado um vídeo com matérias do Público, em Portugal e do The Guardian, em Londres, Le Monde na França, e El país, na Espanha, afirmando que no Brasil a linha de frente do governo Temer,

²⁴ Disponível em: <https://conexaopol.blogspot.pt/2016/11/michel-temer-quer-censurar-internet.html> Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

em verdade, estava sendo administrada por políticos alvo da Lava-Jato²⁵. Ao fim e ao cabo, os ciberativistas destacaram que o noticiário internacional condenou os primeiros passos do Governo Temer, conforme esta mensagem com tom irônico:

Ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha minimizou os protestos de "Fora Temer" durante o desfile em Brasília e disse que os gritos "não surpreenderam o governo": "18 pessoas (protestando) em 18 mil (presentes), a dimensão está boa. Você já ouviu falar em democracia sem liberdade de expressão?" (Variáveis E e G)

Alguns ciberativistas de Florianópolis programaram de assistir o filme "Aquarius". Este ganhou muita repercussão e expectativa depois de ter sido elogiado no Festival de Cannes e após o elenco ter protestado contra o golpe em curso no Brasil no tapete vermelho de um dos festivais mais importantes do cinema mundial. Os ciberativistas se programaram para ver o filme em Florianópolis com a camisa "Fora Temer" como forma de repúdio ao ato decretado pelo Ministério da Justiça (MJ), impondo classificação etária do filme como 18 anos: "Quem vai assistir Aquarius, hoje? Vamos juntar a galera?"; "Gente, descobri o filme Aquarius é hoje, às 16:30 e 21:30 no Iguatemi."; "Boa noite pessoal! Eu fui assistir ao filme Aquarius. Adorei! A Sônia Braga está linda e atua como sempre, perfeita!". (Variáveis A e F)

Vários ciberativistas ainda falaram na possibilidade de vender mais camisas "Fora Temer", já que havia protestos explodindo por todo o país. O projeto das camisas foi organizado por um grupo de usuários que saíram do "UCG" e formaram um novo grupo no WhatsApp para organizar a confecção, os pedidos e a entrega das camisas. Trata-se de uma característica rizomática do WhatsApp, ou seja, novos grupos vão nascendo com temas específicos para gerenciar determinados assuntos a partir de integrantes que compunham o núcleo do grupo de origem:

PESSOAL. VAMOS FAZER AS NOVAS CAMISETAS. AGORA SEM O SÍMBOLO OLIMPICO, MAS PRESERVANDO A ARTE

²⁵ A Lava-Jato é considerada a maior investigação sobre corrupção já feita no Brasil, que já ultrapassou as fronteiras do continente. Seu nome decorre do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas. Disponível em: <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso> Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

DO GRUPO. TEMOS DUAS ARTES. DEÊM UMA OLHADA E OPINEM POR FAVOR. ATRÁS COLOCAREMOS NO ALTO AS INICIAIS DO GRUPO "UCG" E ALGUMAS FRASES DE IMPACTO QUE ACEITAMOS SUGESTÕES.; PESSOAL, DEFINIDA A ARTE DAS CAMISETAS. ELIMINAMOS OS AROS OLÍMPICOS E TENTAMOS MANTER O DESENHO ORIGINAL, QUE ACABOU VIRANDO A MARCA DO "UCG" (UNIDOS CONTRA O GOLPE). ALGUMAS PESSOAS JÁ ME PASSARAM SEUS PEDIDOS, CASO QUEIRAM ALTERAR ALGUMA COISA ME AVISE. POR FAVOR, COLOQUEM NOS PEDIDOS: NOME, COR, TAMANHO E QUANTIDADE. OBS: AS CORES (VERMELHA, BRANCA OU PRETA), TAMANHOS(P, M, G, GG, e EXT G) OS INTERESSADOS DEVERAM ENTRAR EM CONTATO COMIGO NO PRIVADO. LEMBRANDO NAS COSTAS TEREMOS A SIGLA DO GRUPO E A FRASE QUE A MAIORIA ELEGEU: NENHUM DIREITO A MENOS!. (Variável D)

Foi divulgada uma entrevista de Dilma Rouseff concedida à EBC:

Entrevista de Dilma hoje às 22 h TV, na EBC, não percam e divulguem para sua Rede de Contatos, Temer está furioso, mas não conseguiu impedir, pois o Presidente da EBC afastado voltou com liminar do STF e escalou NASSIF para entrevistá-la, Brasília está em polvorosa, Dilma promete durante uma hora detonar tudo sem deixar pedra sobre pedra, quem puder grave ou assista no You Tube, promete ser HISTÓRICO. (Variável B)

Outro ciberativista solicitou novamente camisas “Fora Temer” para vender em Porto Alegre: “Gente nossas camisetas estão BARBARIZANDO!”; e outro usuário completou: “A primeira peça que botei na mala foi a nossa camiseta Fooooora Temer” em relação a viagem que estava prestes a fazer. (Variável D)

Além disso, foi marcado um protesto no Trapiche da Beiramar Norte, em Florianópolis: “Daqui a pouco partiu trapiche”;

“#ForaTemer”. (Variável C) Chamaram atenção com um tom de humor pela quantidade de chuva que estava programada para o protesto: “Hoje vai ser na chuva... Tem que hidratar a democracia”. (Variável C) A atenção aos atos truculentos da polícia ainda continuava em relevância nas postagens:

MENINOS E MENINAS, NÃO FIQUEM ISOLADOS, NÃO CARREGUEM COISAS QUE POSSAM SER IDENTIFICADAS COMO ARMAS. ANDEM SEMPRE EM GRUPOS, NÃO PROVOQUEM, NÃO DESACATEM OS POLICIAIS. SE OS POLICIAIS FOREM PRA CIMA, SE DISPERSEM VÁ CADA UM PRA UM LADO. NÃO FAÇAM PIXAÇÕES DURANTE A MANIFESTAÇÃO. (Variável D)

Os pedidos de camisetas “Fora Temer” aumentaram progressivamente, conforme a mensagem: “Gente, alguém aqui de Florianópolis ainda tem camiseta XG pra vender? Não pedi antes porque tava sem grana.” (Variáveis D e F) Outro ciberativista de Santos enviou fotos de um protesto naquela cidade e foram divulgados atalhos do Facebook veiculados pela “Mídia Ninja” ao mostrarem em tempo real um protesto que estaria acontecendo na Avenida Paulista, em São Paulo. Foi destacado mais uma ação divulgada pela “Mídia Ninja” na cidade de São Borja no Rio Grande do Sul: “Voltando ao belo, na mídia ninja tem uma manifestação feita em São Borja/RS, de uma escola no desfile, com “Fora Temer” saindo da parada da banda. Lindo”; “Eu acompanhei pela Mídia Ninja”. (Variável G)

Os ciberativistas destacaram a vaia de Temer nos jogos paraolímpicos no Rio, que também foi divulgada no noticiário internacional. É ainda ressaltado que no programa “Encontro” de Fátima Bernardes na Rede Globo, um tecladista e um baterista usaram a camiseta “Fora Temer” durante a performance de uma banda no programa, o que levou as câmeras a redirecionarem a imagem (o programa é exibido ao vivo nas manhãs de segunda à sexta) para o vocalista.²⁶

É lamentado que a Secretaria da Mulher foi extinta pelo Governo Temer. Foi compartilhado o vídeo de Dom Angélico durante a homilia na Basílica de Nossa Senhora de Aparecida. O vídeo Dom

²⁶ Disponível em: <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/johnny-hooker-protesto-ao-vivo-em-encontro-de-fatima-bernardes/#.V9HRrjP3eVk.whatsapp> Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

Angélico que se tornou viral na internet²⁷, declara apoio à greve dos bancários e cita um trecho de um discurso proferido pelo Papa Francisco no Vaticano sobre o colapso do capitalismo no século XXI.

Novos protestos são convocados no largo da Alfândega e na UDESC. Na manifestação “Fora Temer e leve o Cunha junto” um ciberativista pontuou que foi solicitado para retirar do movimento sua bandeira da juventude do PT, alegando ter setores conservadores que também fizeram parte do protesto: “Floripa parece que acordou, mas estou preocupado, estávamos com a bandeira do partido e teve gente que não gostou, isso não é democrático.” (Variáveis E e G) Outro usuário chamou atenção: “Só cuidem para não desvirtuar a bandeira do movimento: contra o golpe e fora Temer. Tô vendo diversas bandeiras aparecerem. Não vamos fazer virar um junho de 2013”. (Variável A)

Destacaram também a derrota de Cunha no Conselho de Ética na Câmara dos Deputados.²⁸ Ainda é ressaltado que o único catarinense que não voltou pela cassação de Cunha é do Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Dois usuários de DDD 48 saíram do grupo no mês de setembro. Novos atos foram convocados em Florianópolis na defesa de Lula, já que ele havia sido indiciado na condição de réu da Lava-Jato. Chamaram atenção para a paralisação nacional de trabalhadores no dia 22 de setembro. Expressaram indignação ante a prisão do ex-ministro do governo Dilma, Guido Mantega, solto horas depois. Um professor de história foi adicionado no grupo próximo ao fim de Setembro.

A análise das mensagens procurou traçar pontos colocados em evidência pelos ciberativistas no mês de setembro de 2016. Há que se considerar que, nos outros meses, tanto podem ser repetidas as características descritas no quadro 3, como também detectarmos novas peculiaridades. Na verdade, apresentamos postagens exemplares dos ciberativistas do UCG em comparação com as pistas reveladas pela “netnografia”. Os usuários do grupo recorrentemente postaram fotos, vídeos, atalhos de sites com textos e fizeram do WhatsApp um canal

²⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N6DoRD1i5Vk> Acesso em: 20 de dezembro de 2017.

²⁸ O conselho de Ética da Câmara dos Deputados decidiu por cassar o mandato de Eduardo Cunha após oito meses de uma longa tramitação. Foi um caso emblemático no Parlamento brasileiro, já que a indefinição durou até o último momento, mas Cunha acabou derrotado por um placar apertado por 11 a 9 votos. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36534730> Acesso em: 20 de dezembro de 2016.

legítimo de participação política para se comunicarem de forma rápida e instantânea.

As variáveis utilizadas foram classificadas de acordo com as postagens. Elas foram criadas após a análise do mês de setembro, talvez tivesse sido mais proveitoso usar outros tipos de variáveis antes de iniciarmos o processo de análise. Detectamos também que os ciberativistas usam textos em “caixa alta”, quando querem ganhar mais atenção dos outros usuários. O uso recorrente da “#ForaTemer” foi bastante expressivo, confirmando o estudo de Feixa et al (2016). As características das modalidades de ciberativismo elencadas no trabalho de Penteado et al (2015) como “informação, consulta, mobilização, engajamento, deliberação e empoderamento” foram fontes centrais para criarmos nossa operacionalização.

Podemos concluir que os usuários do UCG formaram um ator coletivo a partir da interação das mensagens compartilhadas entre eles. Mais do que isso: a mobilização intensa de suas participações com um respeito mútuo permitiu calorosos debates no grupo do WhatsApp por meio do compartilhamento, difusão de ideias e articulação política. Nesta seção, destacamos postagens exemplares de diferentes usuários. Em futuros estudos, sugerimos alargar o período de análise e operacionalizar novas variáveis que contemplem essas postagens e, se possível, quantificá-las a partir da classificação.

2.2 Para dar voz aos ciberativistas

De forma complementar à análise das postagens do mês de setembro de 2016, a opção por entrevistas semi-estruturadas teve o objetivo de qualificar a análise de trajetórias dos ciberativistas juntamente com sua intensidade da participação política no WhatsApp, a partir de suas percepções e motivações, além de mapear os repertórios de atividades desempenhadas por eles desde seu início no meio virtual até sua repercussão no meio offline. Dessa forma, foram exploradas questões do tipo “como o uso do WhatsApp mudou o perfil de atuação na política” e, “se houve uma maior participação na política a partir do incremento desta ferramenta ou não”. Para responder a estas perguntas, as entrevistas²⁹ proporcionaram aos ciberativistas refletirem sobre seu

²⁹ Optamos por realizar 15 entrevistas, uma vez que a exemplo do estudo de Sampaio (2015), seguimos o recrutamento via “snowball” e de alguma forma este número foi suficiente para interpretar o “modo de agir” do UCG e, por isso,

uso político do WhatsApp.

Por meio de um roteiro semi-estruturado (Apêndice 1), buscou-se evidenciar a interpretação de suas motivações para participarem da vida política, a partir dos conteúdos valorativos expressos no discurso dos entrevistados. Procurou-se, então, “ouvir” os sujeitos investigados, frisando o sentido subjetivo que os atores sociais dão às suas próprias ações no grupo do WhatsApp.

Dentre os entrevistados temos engenheiros agrônomos, estudante de história, aposentada, ativista política, psiquiatra, pedagogo, empresária, jornalista, dentista, candidatos a vereadores, graduando de design, consultora em relações internacionais. Utilizamos a técnica de recrutamento snowball e garantimos uma elasticidade nas entrevistas realizadas quanto ao nível de participação dos entrevistados. Assim, nosso esforço foi pontuar os principais aspectos enumerados pelos ciberativistas, procurando costurar os pontos-chaves apresentados no roteiro.

A maioria dos entrevistados tem pós-graduação ou pelo menos uma graduação e no geral a média é de 3 a 5 salários mínimos como renda mensal familiar, ocupando distintos cargos de trabalho. Dentre eles, temos ciberativistas jovens e também mais velhos³⁰. Não há uma data específica para entrada de cada um no grupo, variando de um ciberativista para o outro: eles ingressaram no intervalo de Abril a Julho de 2016.

As principais motivações para participarem do “UCG” foram: indignação com a realidade política brasileira, luta pelos valores democráticos, reunião de pessoas contra o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, ação prática permitida pelo WhatsApp, encontro de pares, desespero perante o governo Temer, sentimento de pertencimento a uma causa, compartilhamento de informações não veiculadas pela mídia tradicional, preocupação com a ascensão de ideias protofacistas em todo o território brasileiro, debate sobre soluções para a crise política, informações sobre os protestos.

Vimos então um ecletismo de justificativas, mas com um sentimento comum de “tomar parte de algo”, “integrar”, “vontade coletiva de agir”, “construir”, “existir no mundo” expressando, ao fim e ao cabo, o desejo de “unir-se contra o golpe”, conforme diagnosticou um

decidimos encerrar a “bola de neve” na entrevista de número 15, permitindo a viabilidade da pesquisa. As entrevistas foram gravadas por este pesquisador.

³⁰ Não houve a possibilidade de traçarmos o perfil dos atores do grupo inteiro, uma vez que entrevistamos apenas quinze usuários.

dos entrevistados:

Me motiva o fato de este último período nós termos aí uma ascensão de ideias protofascistas, mas não só no Brasil, mas em todos os continentes do mundo, uma desconstrução muito forte da solidariedade como algo fomentador de política e o Estado com interventor da economia e do governo para quem mais precisa, então o golpe, a meu ver, vem para desconstruir um processo consolidado durante um bom período desde a República, desde os governos que vieram para tentar satisfazer minimamente as condições dos seres humanos, e óbvio sempre com permanências e rupturas na construção da própria República, mas que neste último período a ascensão na América Latina principalmente de governos populares, percebemos que o continente latino-americano deixou de ser um quintal apenas dos anseios das corporações internacionais e inclusive nacionais desses países e fez com que o Estado priorizasse a população deste continente, mas não só aqui, quando estamos falando de BRICS, por exemplo, Brasil, Rússia, Índia e África do Sul, nós estamos percebendo que de fato está existindo uma mudança de bloco econômico, uma mudança também de perfil político nestes países que deu a condição de criar o próprio BRICS, a partir de outros preceitos que não só os do neoliberalismo, ou não só a intenção das grandes corporações. Então, o que eu dizer com isso é que o UCG no Brasil tem uma perspectiva de unir-se contra o golpe que se construiu neste último período também em escala internacional, mas especificamente, o Brasil com seu tamanho de país continental seria um ataque no coração da latino-américa um golpe no Brasil, para poder em um efeito dominó, este golpe se estabelecer em outras regiões e voltar novamente para os trilhos de um caminho das grandes corporações e intenções do império norte-americano, enfim, é um golpe construído, não tenho dúvida disso, jurídico, midiático e quando nós percebemos os autores do golpe na vida política brasileira, vamos perceber que são os mesmos do patriarcado fisiológico que nunca aceitaram algo tão popular

e democrático como foi o governo Lula e Dilma nestes últimos 13 anos.

A partir de este longo depoimento de um dos usuários sobre as motivações de participar no UCG, diagnosticamos traços comuns com as motivações de outros entrevistados. Em suma, tratou-se de indignação irrestrita com o momento político do Brasil em 2016. Alguns dos entrevistados começaram a usar o WhatsApp para fins políticos, enquanto um deles o utiliza exclusivamente para este fim: “Todos os grupos que eu participo no WhatsApp, todos eles são voltados para fins políticos e movimentos sociais, movimento sindical e movimento negro. Utilizo esta ferramenta desde 2014”.

A maioria deles confirmou que esta tecnologia móvel apresenta-se como poderosa ferramenta para articulação política e que permitiu um maior engajamento dos usuários ali inscritos, mas nem todos concordam que o Whatspp realiza sua conexão com as ruas, conforme este depoimento:

o UCG é meu primeiro grupo político no WhatsApp. Não me considero uma pessoa que participo ativamente. Eu prefiro usar o WhatsApp para grupos da família. Tem um monte de informações postadas e muitas vezes, você não consegue acompanhar tudo. Aliás, muitas coisas que eles postam eu já li, e já compartilhei em outras redes sociais virtuais. Outra coisa: Tive uma experiência rápida em outro grupo do WhatsApp que me colocaram entre amigas de longa data e aí elas começaram a postar contra a esquerda muitas mentiras. Aí eu contestei uma com um link e contestei outra também, mas como continuaram eu saí do grupo. Me retirei do grupo porque não ia ficar desmentindo o tempo inteiro para gente que não acredita nas informações que eu enviava. O twitter eu participo só quando tem tuitaço. Mas eu prefiro mesmo é o Facebook que é a principal rede social que eu uso.

Os ciberativistas, em sua maioria, avaliaram negativamente o resultado das Jornadas de Junho de 2013, reconhecendo que a mídia tradicional se apropriou do movimento e setores conservadores da população foram às ruas já em 2013. Eles pontuaram que, por mais que o estopim tenha sido preço abusivo do transporte público, combate encabeçado pelo MPL, as manifestações tomaram outras proporções

com seu desenrolar, principalmente em Florianópolis. Conforme afirma o depoimento de um dos ciberativistas sobre as Jornadas de 2013:

Participei das manifestações. Eu participei de três em Florianópolis e da mais importante no dia 19 de Junho. E em duas delas ocupamos as pontes de Florianópolis. Tendo a bagagem de hoje, eu acho que era uma infatibilidade muito grande dos que participaram; uma falta de noção política para ir às manifestações, assim como a grande maioria que foram às ruas em 2013 eu era a classe média que estava descontente com os problemas estruturais do Brasil, eu era e sempre fui a classe média que votou no PT, fixa com um governo federal comprometido, com um governo progressista, mas ainda assim eu estava lá lutando contra uma PEC que seria aprovada, estava também lutando nessa época contra a entrada de Renan Calheiros na presidência do Senado. Isso foi o que mais me levou para as ruas. Eu lembro que uns reclamavam das tarifas abusivas do ônibus, que eram poucos, a maioria que estava lá não andavam de ônibus. Outros reclamavam da saúde, educação e segurança. Na realidade, hoje vejo que foi uma manifestação que todo mundo reclamava de tudo aquilo que não estavam gostando. Só que senti que não era algo com clamor popular. Era um clamor de uma população majoritariamente de classe média que não sofria com os problemas estruturais do país. Eu fui principalmente por Renan Calheiros ter reassumido a presidência do Senado e aquilo tinha me indignado muito. Os meus cartazes eram contra o Renan Calheiros principalmente. As páginas que eu curtia em 2013, em 2016 se revelaram justamente as que eu repudio. Jamais curtiria hoje e muitas vezes denuncio por conteúdos extremistas, conteúdos neofascistas, como as páginas do Revoltados online e o Vem para Rua. Net. A gente achava que em 2013 era um movimento em prol daquela causa, aquele misto de um tanto de coisa. E hoje se mostraram movimentos contrários aos direitos do povo. Na época das manifestações eu usava o WhatsApp mais como um mecanismo de encontro do que uma ferramenta de militância política. Em

2014, ingressei no movimento estudantil e passei a usar mais o WhatsApp. Neste ano a minha impressão é que teve o abismo entre as classes políticas no Brasil. E com esse abismo pela primeira vez, existiu uma grande possibilidade de o país voltar às mãos do PSDB. A partir daquele momento se emergiram todas as formas de se reeleger a Dilma, o que fez crescer o uso do WhatsApp. Recebíamos muitas fotos de candidato nesta plataforma. 2014 foi fundamental a articulação nesta TIC. Então, minha avaliação é bem negativa das Jornadas de Junho de 2013. Os protestos se iniciaram de forma legítima, em defesa da população que usava o transporte público em São Paulo. E depois vimos toda a problemática de “gourmetização dos protestos”. A Globo se apropriou do movimento e classe média entrou com peso. Na verdade, as pautas da classe média entraram nos protestos, ainda que sejam vazias. Eles protestavam pela saúde, mas não era por uma expansão do SUS ou a legalização do aborto. Era uma questão de investimento em saúde segundo um modelo americano. Era um projeto de deixar o Brasil cada vez mais parecido com os Estados Unidos, com o que eles chamam de “primeiro mundo”. Com a força da Globo e outros veículos da mídia tradicional, você tem uma demonização contra os partidos políticos e faz a população se voltar contra os sindicatos, por exemplo. Nos atos em 2013 eram proibidos as bandeiras dos partidos pelos próprios manifestantes, eu lembro do pessoal gritando “sem partidos”. Isso pesou incisivamente para o golpe que ocorreu em 2016. Tem uma população que está sendo apoliticizada, demonizando os partidos políticos que cada vez mais perdem sua força. E hoje que precisaríamos de partidos e sindicatos fortes para barrar este golpe que está em curso, não temos isso porque desde 2013 a população repudiou os sindicatos e os partidos políticos. Junho de 2013 foi o embrião para o golpe de 2016.

Esta descrição corrobora os estudos de Souza (2015). Outro ciberativista declarou não ter participado das Jornadas de Junho de 2013

uma vez que, no seu entender, aquelas manifestações foram uma “apologia à bestialidade”. Segundo este ciberativista, tratava-se de um movimento em que não havia pautas claras e que na cidade de Florianópolis era basicamente o “grupo da direita” que foi para as ruas com o apoio da polícia militar e da mídia tradicional.

Outro entrevistado confirmou com um depoimento similar:

Todos os atos em Florianópolis eu não participei. Participei de um único ato, mas que não tinham as características dos atos que estavam acontecendo por todo o Brasil e aqui em Florianópolis particularmente. Na minha opinião, aquele ato do dia 19 de Junho era um grupo de fascistas, pessoas da direita infiltradas, que aproveitou do movimento inicial organizado pelo MPL, e o resultado estamos colhendo agora em 2016. Aquilo, na verdade, foi um desfile dos coxinhas, de uma classe média burguesa, que prefiro não vou dizer a palavra. Questionamos o comandante e o tenente dos batalhões, porque que quando nós fazemos os nossos atos, nós somos agredidos, somos violentados pela polícia militar e aquele ato do dia 19 foi justamente o contrário: a polícia militar deu escolta, deu guarita, orientou, não teve problema em fechar a ponte. Aquilo foi um movimento organizado pela RBS e os outros canais midiáticos, junto com a polícia militar, que fizeram toda a organização daquele ato, eles marcaram o local, marcaram o horário, e a polícia foi lá para dar a segurança para as pessoas e participar do ato. Foi irrisório aquilo ali. Nós fizemos um contra-ato a este movimento fascista de Florianópolis em São José. Naquele momento sabíamos onde poderia dar aquele movimento, não deu outra, o impeachment chegou em 2016, dado aos movimentos que se iniciaram por 0,25 centavos. Quando o movimento se espalhou, a direita tomou conta, a mídia se apropriou, era o estopim que precisavam e aproveitaram muito bem aquele momento.

O que as Jornadas de Junho de 2013 trazem de diferencial, no entanto, é o significativo montante de cidadãos que foram às ruas com uma pluralidade de reivindicação de temas. Esse processo foi facilitado, sobretudo, pela internet que promoveu o encontro de pessoas que

participavam pela primeira vez das manifestações com aquelas que outrora já tinham uma participação política mais assídua. Sem líderes reconhecidos, os protestos foram convocados por diferentes grupos, movimentos e indivíduos dispersos via internet. Em contrapartida, 14 dos 15 entrevistados avaliaram de forma negativa as Jornadas de Junho de 2013.

O WhatsApp ajudou a divulgar informações que não estavam sendo cobertas pela mídia tradicional. Para eles, o UCG tratou sobre questões relevantes da política, um grupo auto-avaliado como crítico do cenário político brasileiro, mais do que simplesmente expressar apenas opiniões alheias e “achismos”. Um entrevistado afirma: “o UCG consegue ter uma maior visibilidade de como as pessoas e enxergam a política brasileira. Os usuários do grupo usam o diálogo como forma de fortalecimento do grupo”.

Do grupo, surgiram novas redes de conexões via WhatsApp, a partir da formação de novos grupos. Em seguida, realizaram também links com o Facebook. Um das questões elencadas por praticamente todos entrevistados é o desuso do Twitter, embora revelarem fazer seu uso quando fossem convocados para o que se convencionou chamar “tuitaço”.³¹ Segundo um dos entrevistados, “o Twitter não estou usando, não está mais na moda”.

Os entrevistados revelaram que o uso do WhatsApp facilitou a formação de opiniões e reflexões sobre política. Talvez seja este o diferencial desta TIC frente ao Facebook, uma vez que o recrutamento de pessoas por esta plataforma é mais veloz e a troca de informações mais instantânea: o fato de imagens, vídeos e notícias em geral serem compartilhadas de maneira rápida resultou em um considerável efeito político na opinião de alguns entrevistados.

Vários ciberativistas comentaram que as TIC’s mudaram a forma como se vê a política, devido à difusão ágil da informação, conforme esta afirmação: “às vezes no ato não conseguimos ter contato com os outros usuários. Vemos as bandeiras, os cartazes e não há oportunidade para o diálogo, quando voltamos para o WhatsApp podemos discutir um tema que não houve espaço para debatê-lo no protesto”.

³¹ Manifestação feita pela publicação maciça de tuites para protestar, geralmente por motivos políticos. Disponível em >
<http://noticias.band.uol.com.br/brasil/noticia/100000799934/tuita%C3%A7o-pede-ren%C3%BAncia-de-michel-temer.html> Acesso em 10 de Fevereiro de 2017.

Os entrevistados ressaltaram que houve uma mudança abrupta com o advento do modelo muitos-para-muitos, já que há uma melhoria incondicional na disseminação de notícias (isso não deixa de ir ao encontro de nossas discussões realizadas à respeito da Web 2.0 no capítulo 1). E o muitos-para-muitos no WhatsApp têm um caráter mais efêmero e obrigatório do que no Facebook: “no sentido de que se no Facebook você pode escolher as pessoas que irão ler suas postagens, no grupo do WhatsApp assim que é postada uma mensagem, todos os usuários inscritos obrigatoriamente irão ler.” No entanto, mesmo com essas diferenças eles reconhecem que se não tivéssemos este cenário de TIC’s, alguns dos entrevistados afirmaram que a situação do país poderia ter sido ainda pior.

Visitar páginas no Facebook, criar eventos dentro de uma comunidade são algumas das atividades listadas que os usuários do UCG puderam fazer a partir do WhatsApp. Um deles ressaltou ainda que criou uma página no Facebook a partir do que vinha sendo debatido no grupo do WhatsApp e revelaram acompanhar mais o grupo do WhatsApp do que propriamente o Facebook. Entretanto, alguns manifestaram preferência pelo Facebook.

Um entrevistado comentou que, ao divulgar protestos no UCG, ele ainda oferece carona para o ciberativista que quiser acompanhá-lo como forma de motivar outras pessoas a participarem de manifestações convocadas pelo grupo. Vimos que o caminho online/offline é ambíguo: por um lado, relataram situações em que estiveram com uma pessoa do seu lado com quem conversa no mundo online, mas que no mundo real não foi possível identificar; de outro, reconheceram que há interação no protesto, facilitada, sobretudo, pela convocação que se inicia no meio online.

Uma das vantagens percebidas é o recurso do áudio usado no grupo do UCG, o que tornou mais fácil identificar, por exemplo, ciberativistas do grupo no protesto. Vimos que, quando eles utilizam o recurso de áudio, a voz serve como uma expressão de empoderamento. Quanto mais empoderada, mais recursos de áudio são utilizados.

Vários entrevistados salientaram a formação de lideranças no grupo, conferindo esse título às pessoas que mais participam e organizam as atividades do UCG, embora reconheçam que tais lideranças não se veem como líderes. Estas percepções ratificam as teorias sobre a horizontalidade como uma característica-chave dessas novas formas de ativismo que explodem mundo afora. Uma das ciberativistas identificou que participa de outros grupos que se originaram do UCG: “Eu participo de um grupo de confecção de

material e cartazes e de um grupo de leitura que se originaram do grupo mãe.”

Diagnosticamos também que, no momento da entrada de um usuário no grupo, subitamente o novo integrante é transformado em administrador do grupo, tendo a opção de adicionar novos usuários caso assim o queira. A partir daí, foi criada uma lógica em que todos passaram a ser administradores do grupo, corroborando mais uma vez a horizontalidade de sua organização. Cada usuário contribuiu de alguma forma com o fortalecimento dos laços sociais no UCG, seja com conhecimento, leitura ou reflexões sobre as informações postadas. Foi bastante citado pelos entrevistados o fato de postarem informações do jornalismo independente “Mídia Ninja”, como uma capacidade de contra-informação dos veículos da mídia tradicional.

Não houve um caráter programático a ser seguido, além de ser livre a expressão de cada um no grupo. Este talvez seja o maior diferencial do UCG na sua forma de atuação. Se nosso dia tem apenas 24 horas e é cada vez mais acelerado, a forma de utilizar o WhatsApp que os ciberativistas encontraram foi peculiar, pois, além de participarem das atividades do grupos, combinaram responsabilidades pessoais e profissionais com a possibilidade de aproximar a participação política à vida cotidiana (BRINGEL & PLEYERS, 2015, p. 15).

Maior difusão de opiniões, criar algo diferente do que já temos foram uma das apostas de alguns entrevistados no grupo. O UCG mostrou que o virtual e o real estão conectados em único mundo. Significa dizer: um modo novo de promover interação e de circular um mutirão de informações no grupo do WhatsApp. Mais ainda: “os cidadãos comuns no centro dos debates, das iniciativas e das práticas. Isso aproxima o ativismo social e a cidadania ao mundo da vida e das experiências vividas pelas pessoas” (BRINGEL & PLEYERS, 2015, p. 15).

Os principais motivos que o levam os integrantes do UCG a participarem da política é o desejo de um futuro melhor; muitos declararam participar desde muito jovens do mundo político. Embora reconheçam ter uma participação assídua, afirmaram que a política deveria oferecer mais canais para participação. Vários ciberativistas começaram a fazer o uso do WhatsApp depois de 2013, como também revelaram participar de outros grupos políticos na plataforma móvel.

Um dos pontos chaves destacados por um de nossos entrevistados é capacidade de o WhatsApp propor um mecanismo inverso de participação, qual seja: “se no momento do protesto não houve tempo ou oportunidade para as pessoas expressarem suas opiniões

entre elas, terminado o momento offline do encontro, elas podem retomar suas pautas de discussão na dimensão online do WhatsApp”. Desta forma, foi destacado um caminho “offline/online” como um dos estilos próprios criado pelo grupo.

Um dos entrevistados, além de ter participação assídua no WhatsApp, administra também várias páginas no Facebook, como a “Santa Catarina unida contra o golpe”, revelando uma participação eclética nas redes sociais virtuais. No entanto, reconhece que algumas vezes há uma “defesa cega” do PT por alguns usuários do UCG e critica também o fato de muitos ciberativistas ali inscritos não irem às ruas:

teve um tempo que fiquei chateado com o grupo, nesta questão de ajuste fiscal que todos foram para rua reclamar contra o governo Temer, quando a Dilma propôs ninguém falou nada e eu fui para rua reclamar na época juntamente com as centrais sindicais. Como era contra o governo, chega a ser um nível de peleguismo exarcebado, já que se recusaram a protestar contra o ajuste fiscal quando a Dilma o havia proposto. Mas quando foi o Temer que propôs, Meu Deus! Muita gente é guiada por essa política cega de viva o PT, viva a Dilma, viva o Lula. Essa ideia de consolidação com a burguesia esta para além do gosto político e da história de luta. Ainda assim nos reunimos nos atos e nas manifestações, os usuários deste grupo em específico participam com mais frequência de atos convocados pelo próprio grupo, como foi o ato da tocha, são poucos os usuários do grupo que participam das manifestações convocadas pelas centrais sindicais em defesa da democracia e contra o golpe. O UCG, na verdade, tem um viés principal de pedir a volta da Dilma e a defesa da Dilma. Eu acho isso uma dimensão muito peculiar do grupo.

Segundo este entrevistado, por mais que reconheça os pontos positivos que esta plataforma digital oferece, ela não é uma ferramenta de diálogo com a classe trabalhadora. “Ao invés de ter este contato, você na verdade entende como os outros participantes pensam. É importante ir para além disso”. Outro ciberativista demonstrou utilizar pouco o WhatsApp para participação política, uma vez que prefere fazer uso político do Facebook. Nesta plataforma ela administra algumas páginas de organizações coletivas. Ela ainda fez crítica ao modo de apenas

discutir no grupo do “WhatsApp” e não ir para as ruas. Sua entrada no UCG deu-se no protesto contra a passagem da tocha olímpica em Florianópolis. Em certos assuntos específicos, não há necessariamente uma concordância entre os participantes, revelando também o caráter conflitual do UCG.

Um dos ciberativistas revelou usar o WhatsApp sempre para fins políticos e declara participar também de outros grupos desta ferramenta. Avalia que o UCG é um grupo eclético e que se inicia no âmbito local da cidade de Florianópolis e toma proporções internacionais. Vimos que houve uma transnacionalização do grupo ao obter a adesão de usuários em diferentes localidades do Brasil e também no exterior, para além da esfera local.

O *modus operandi* de se organizar foi de fundamental importância para difundir informações não veiculadas pela mídia tradicional, fato também filtrado pelas postagens no mês de setembro de 2016. Esta plataforma permitiu dar voz a um público que não encontrou seu espaço em canais tradicionais. Isso foi um fator preponderante para motivação de vários participantes do grupo, ao promoverem uma reunião de pessoas que compartilhavam um interesse político comum, por mais que existissem divergências explicitadas durante esta integração, conforme apontou algumas vozes dos entrevistados. Significa dizer: os usuários do UCG compreenderam “a democracia em um sentido ampliado, não como sinônimo de instituições, representação ou eleições, mas com uma criação sociopolítica e uma experiência subjetiva” (BRINGEL & PLEYERS, 2015, p. 12).

A “capilaridade” do grupo é outra característica fundamental. Por meio do caráter instantâneo, no momento em que os usuários recebiam informações do “UCG”, encaminhavam as postagens recebidas para outros grupos, o que fazia com que o conteúdo ali divulgado fosse disseminado para um alcance imensurável de outras redes de usuários, conforme sinaliza este entrevistado:

Encontrei os meus pares no UCG. Aqui no Sul a maioria é de direita. Então você se sente muito solitário. Família, Rua, Grupo de amigos é coxinha para todo lado. Risos. Então fico muita solitária mesmo e me sinto acompanhada por este grupo. Encontrar seus semelhantes é um instrumento útil do Whats. Além de ser uma forma barata de massificar a informação. Apesar dos usuários não se conhecerem pelo WhatsApp, quando eles iam no atos se encontravam. Combinamos de usarmos algo vermelho como

uma fitinha, por exemplo, para nos identificarmos nos protestos. No entanto, cada um se manifesta de forma livre no grupo, então às vezes ocorre desentendimento entre os usuários, e eles se retiraram e depois alguém vai buscá-lo e insere o número de volta. Fato curioso do UCG. Eu já encontrei um ex-integrante do grupo. Ele saiu porque não consegui ler o mutirão de informações que eram postadas diariamente. Mas mesmo sabendo disso, eu não quero ficar sozinha. Quando penso em apertar o botão para sair do grupo, eu reflito melhor, e decido por permanecer no UCG. O papel do Whats é de organizar os que pensam igual e querem mudar algo. Se eu não estivesse no grupo estaria mais triste, mais isolada. Tive vivências no grupo que experimentei ações que não as viveria se não estivesse ali. Foi uma nova forma de viver a política.

Mais ainda: Talvez a forma de ver a política tenha continuado a mesma para os entrevistados, mas eles ressaltaram que o UCG mudou a forma como “fazem a política”, no sentido de que o recrutamento para protestos, a disseminação instantânea das informações e organização de atividades são feitas numa velocidade que satisfaz a globalização da comunicação no século XXI.

Este capítulo tratou de por em ação e avaliar nossas opções metodológicas utilizadas no plano empírico da pesquisa. Vimos que o fato de o grupo se organizar no Whatsapp teve um papel diferencial, não apenas pela sua funcionalidade da comunicação, mas também porque implicou uma nova forma colaborativa de empoderamento, dando lugar a práticas emergentes de participação política que foram catalisadoras a partir de um descontentamento geral dos usuários, qual seja: a “união contra o golpe”.

Como se trata de uma pesquisa que teve que criar metodologias para estudar seu objeto, procuramos diversificar, o quanto possível, nossos métodos de análise ao combinar a “netnografia”, as análises das postagens e a execução das quinze entrevistas, tendo em mente que se utilizássemos apenas uma dessas opções correríamos o risco de não captar detalhes dos significados sociológicos presentes na construção de identidades no UCG.

Ao utilizar a “netnografia” do grupo e realizar as análises das postagens, consideramos um nível macro da ação do UCG, identificando

alguma das maneiras, iniciativas e peculiaridades do formato como se organizam no grupo e explorando o potencial de articulação ali criado pelo *modus operandi*; por meio das entrevistas, exploramos o nível micro da participação individual de cada usuário, considerando suas motivações, tensões e expectativas. Esta metodologia tripartite procurou compreender o *modus operandi* do UCG que culminou na formação de um ator coletivo.

O uso dessas técnicas qualitativas combinando estratégias de articulação entre o nível macro e o nível micro de análise sociológica permitiu tecer uma radiografia plural com as vozes dos atores investigados. No entanto, apesar de captar sentidos subjetivos que os atores conferiram às suas ações e revelar pistas sobre a interação dos usuários do UCG, este estudo reconhece seu limite: o conjunto de acontecimentos e experiências dos ciberativistas traçados para uma interpretação do seu significado sociológico requer outras técnicas de pesquisa que ressaltem nuances talvez não detectadas pelas ferramentas metodológicas utilizadas por este pesquisador, no sentido de problematizar nossas técnicas de pesquisa, questionar a heurística e a operacionalidade destas categorias e definir com maior propriedade o perfil de todos os usuários que participam do UCG.

3 REINVENTANDO A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: O WHATSAPP E O (NÃO) LEGADO DE JUNHO DE 2013

Mouffe (2016) distingue a política como “o conjunto de práticas e instituições que estabelecem a ordem” e o político como “dimensão do antagonismo que é inerente às sociedades humana”. O “político”, neste estudo, talvez seja a melhor forma de qualificar a forma como os ciberativistas se organizaram para participar do UCG. Por mais que seja um grupo que todos se posicionam “à esquerda”, percebemos cadeias conflituosas formadas ao longo dos meses de 2016 desde sua criação. “Repensar o político”, dessa forma, passa justamente pelo “espaço da política” ali criado, servindo de modelo para uma participação fora dos canais tradicionais. “Hoje em dia é realmente urgente repensar a luta política. Porque os modelos dos quais dispomos se esgotaram” (ERREJÓN & MOUFFE, 2016, p. 26, tradução nossa).

A partir do cruzamento das questões lançadas pelos cinco sociólogos que se debruçam sobre o ciberativismo resenhados no capítulo 1, tratamos de utilizar o objeto empírico - o UCG - como articulação plural capaz de florescer “paixões” no espaço político criado dentro do grupo investigado, ressaltando a necessidade de se criar formas de identificação coletiva para além dos pressupostos da democracia liberal que parecem ignorar a força de pulsões e motivações irracionais que levam os agentes à política. Tratou-se de um envolvimento ativo de diferentes usuários que exerceram seus direitos de fala graças a uma confrontação de seus argumentos.

Chantal Mouffe é uma das importantes teóricas na vertente agonística da teoria democrática contemporânea. Foi companheira de Ernesto Laclau, escrevendo muitas obras em co-autoria com este sociólogo. Hoje é uma das principais conexões teóricas de Pablo Iglesias e Íñigo Errejón, dirigentes do Podemos³² na Espanha.

³² O Podemos surge como uma proposta de reinvenção dos partidos políticos tradicionais a partir da perspectiva da radicalização democrática de Chantal Mouffe como forma de construir uma sociedade política amplamente participativa e com maior distribuição social. Este partido trabalha com a ideia-chave de que a democracia participativa é necessária dentro dos próprios canais institucionais já estabelecidos pelo jogo político. Seu diferencial é justamente atuar nas estruturas internas do partido político com a missão de canalizar uma nova energia e criatividade para o “fazer político” no mundo contemporâneo (ERREJÓN & MOUFFE, 2016, p. 26, tradução nossa).

Trata-se de uma clara defensora de um sistema democrático universal não plenamente abrangido por uma só posição. Chantal critica as teorias deliberativas que buscam a eliminação das relações de poder na política, a partir do princípio racional para tomada de decisões. O objetivo da democracia não deveria ser a busca por um consenso racional no âmbito da esfera pública, e sim do dissenso. O agonismo caracteriza-se justamente pelo equilíbrio tenso e produtivo entre as forças, ou seja, uma luta entre adversários. Ao contrário dos inimigos que podem ser eliminados, os adversários funcionam como indivíduos que não necessariamente precisam concordar com a mesma ideia no jogo político, mas que têm o direito de expor seus pontos de vista, sem que tenham que ser questionados por terem adotado determinada posição (MENDONÇA, 2010; 2014).

Costa & Zilio (2014) explicam que os teóricos do agonismo, em maior ou menor medida, estão dispostos a revisar a versão minimalista da democracia, destacando a concessão de novas práticas participativas como espaços para florescimento de “paixões” (as várias forças afetadas estão na origem de formas coletivas de identificações) e conflito, bem como o surgimento de ethos agonístico.

Connolly (2002), também no rol dos agonistas, considera que um dos grandes desafios para esta vertente é como desenvolver sujeitos menos isolados em um quadro de capitalismo extremamente avançado no século XXI. O florescimento de um “respeito agonístico”, do modo como William Connolly propõe, está diretamente vinculado à constituição de um aprendizado cooperativo e de iniciativas morais que respeitem as diferenças culturais e as oportunidades de crescimento mútuo. O UCG, por exemplo, lidou com dissidência de opiniões entre seus participantes sem comprometer as atividades do grupo.

Connolly salienta que a aceleração do tempo³³ não traz efeitos deletérios para a democracia, ou seja, não se trata de pensar que retardar a velocidade seria algo benéfico, sobretudo porque o próprio aumento do ritmo da vida cotidiana pode fomentar diversos cenários proveitosos para radicalizar o liberalismo democrático. A questão, para este teórico do agonismo, não é, portanto, retardar a velocidade do mundo, mas saber como lidar com o jogo democrático que se apresenta cada vez mais veloz. No escopo desta discussão, resta evidente que velocidade instantânea permitida pela troca de mensagens do WhatsApp foi um

³³ A sociedade hoje “redescobre radicalmente a contingência e, conseqüentemente, a condição de imprevisibilidade e de incerteza inerente ao âmbito de assuntos humanos” (COSTA; ZILIO, 2014, p. 13).

fator chave para o florescimento de um espaço para participação política.

Há, neste sentido, uma pluralidade de princípios ideológicos em constante disputa, o que torna possível "espiritualizar o inimigo", no sentido de Nietzsche, considerando que os adversários lutam entre si e reconhecem alguns parâmetros comuns na disputa, e não silenciam o ponto de vista do outro.³⁴ A saber: "a prática do respeito agonístico pela diferença requer que os adversários entrem na disputa sabendo da contingência e contestabilidade de suas próprias posições" (COSTA & ZILIO, 2014, p. 14). No caso em análise, por mais que houvesse dosagens diferentes sobre o teor das mensagens que os ciberativistas postavam no grupo, captamos a formação de um respeito entre aliados do UCG.

Há, nessa concepção, uma radicalização da versão minimalista da democracia enraizada no liberalismo, abrindo espaço para um jogo de "paixões", maior participação e pluralismo de valores instaurados no âmbito do próprio UCG. Embora os teóricos do agonismo apresentem bastantes divergências sobre as noções de pluralismo e de conflito, podemos dizer que todos eles estão preocupados, ao fim e ao cabo, com um "aprofundamento da "revolução democrática" dos tempos modernos e, em maior ou menor medida, ao ethos do enfrentamento político que surgira desta" (COSTA & ZILIO, 2014, p. 3) e inseridos na seara do pós-estruturalismo. Em verdade, "a tarefa pós-estruturalista na política reside na constante percepção de que ordens são sempre convenções instáveis e contingentes" (MENDONÇA, 2016, p. 12).

Ora, os ciberativistas do UCG demonstraram, de forma interativa e peculiar, um jogo de "paixões" que revelou uma energia democrática capaz de servir como "ingrediente indispensável de mudanças com sinais progressistas e emancipadores" (ERREJÓN & MOUFFE, 2016, p. 54, tradução nossa) com respeito à defesa irrestrita a valores democráticos, além de indignação incontestada contra a saída da presidenta Dilma Rouseff do governo brasileiro. Prova mais do que clara, neste caso, para um cenário apontado por Mouffe (2016), cujos afetos e paixão são o oposto da razão na política.

³⁴ "É tarefa da democracia construir mecanismos que sejam capazes de mobilizar, dar existência a paixões e interesses dentro de princípios e regras democráticas, ou seja, que se assegure a existência conflitiva da dimensão humana, que é inerradicável, mas que transforme os inimigos em adversários dentro de regras estabelecidas pelo jogo democrático" (MENDONÇA, 2010, p. 492).

Mouffe (2006) discorda de Rawls e Habermas ao expor que estes autores:

sejam incapazes de separar o público do privado, ou o procedimental do substancial. O que isso revela é a impossibilidade de conseguir-se o que cada um deles, apesar de por diferentes caminhos, está perseguindo, ou seja, circunscrever um domínio que não seria sujeito ao pluralismo de valores e em que um consenso sem exclusão poderia ser instaurado (MOUFFE, 2006, p. 16).

Rawls e Habermas buscam, na verdade, estabelecer uma democracia liberal isenta de possíveis contestações. “Eles precisam, por esse motivo, relegar o pluralismo para um domínio não público, isolando a política de suas consequências” (MOUFFE, 2006, p. 16). A resposta de Mouffe não deixa dúvidas: “o domínio da política não é um terreno neutro em que soluções racionais universais poderiam operar e o diferencial é justamente a criação de um conjunto de práticas que façam possível a criação de cidadãos realmente democráticos” (MOUFFE, 2006, p. 17).

Mouffe defende sua tese “segundo a qual não é com a construção de argumentos sobre a racionalidade incorporada em instituições liberal-democráticas que se contribui para a criação de cidadãos da democracia” (MOUFFE, 2006, p. 18), e sim, com indivíduos enraizados na multiplicação de instituições, discursos, formas de vida que contenham a identificação com valores democráticos. Para isso, a socióloga defende um modelo de democracia que inscreva o poder e o antagonismo em seu centro, concebendo seu surgimento a partir do pluralismo de valores.

O modelo defendido por Mouffe é chamado de pluralismo agonístico. A tarefa da política democrática, segundo este modelo, é transformar o antagonismo (inimigo) em agonismo (adversário). Um adversário não é um competidor, mas um combatente legítimo, que tem direito a defender suas ideias. A diferença, contudo, seria no “sentido de implementar os princípios e não se pode resolver tal desacordo por meio de deliberação ou de discussão racional. De fato, dado o pluralismo inerradicável de valores, não há solução racional para o conflito” (MOUFFE, 2006, p. 20).

Para transformar o antagonismo em agonismo é preciso, segundo a autora, que a democracia ofereça canais para que as “paixões” coletivas possam ser expressas acerca de suas questões. Assim, a

confrontação agonística não põe em risco a democracia, mas é sua condição de existência, significa dizer: em vez de eliminar o conflito, o primordial é compatibilizá-lo com a democracia. A nosso ver, em 2016 no cenário político brasileiro, o agonismo de Chantal não pode ser verificado, a partir do momento em que a democracia foi extirpada em função do golpe que retirou Rouseff do poder.

Mouffe (2015) ainda concorda que deve existir algum consenso e lealdade a valores que constituem “princípios éticos-políticos” em uma democracia pluralista, contudo estes só podem existir através de interpretações divergentes, logo, o consenso é sempre conflituoso e o dissenso, na sua análise, atua como elemento fundamental da democracia. Cada corrente de pensamento político - seja qual ela for (liberal-conservadora; social-democrata; neoliberal; radical-democrata) - tem uma própria interpretação do “bem comum”. Uma democracia em pleno funcionamento (diferente da situação brasileira em 2016) sinaliza um confronto intenso de posições políticas. Em realidade, o político está ligado de forma indissociável ao conflito e implica em reconhecer as múltiplas, complexas e contingenciais articulações presentes neste processo.³⁵

É verdade que o grupo pesquisado se formou em um ambiente para além dos canais institucionais, mas isso não impediu que diagnosticássemos ali novas formas de participação política. O processo político analisado, em verdade, transcendeu o lócus formal da tomada de decisão e contemplou uma série de ações organizadas como formas emergentes de participação.³⁶ “No caso específico da ciência política brasileira, como sabido, temos uma agenda altamente enrijecida pela adoção de vertentes teóricas como o neoinstitucionalismo e a teoria da escolha racional” (SEIDL & GRILL, 2013, p. 16), que impede a análise

³⁵ “Devemos aceitar que cada consenso existe como resultado temporário de uma hegemonia provisória, como estabilização do poder e que ele sempre acarreta alguma forma de exclusão. Ideias de que o poder poderia ser dissolvido por meio de um debate racional e de que a legitimidade poderia ser baseada na racionalidade pura são ilusões que podem colocar em risco as instituições democráticas.” (MOUFFE, 2006, p. 21)

³⁶ “No reino da política não prevalece a verdade e historicamente sempre existiu um conflito entre esta, entendida no sentido de verdade racional, e a política. Cada esfera (filosofia/política) possui critérios de validação e legitimação e o político não permite o estabelecimento de verdades universais.” (MOUFFE, 2015, p. IX)

de novos “espaços da política”, como, por exemplo, objeto empírico desta dissertação, o grupo do UCG no WhatsApp.

Se na teoria democrática contemporânea a preocupação da análise social da realidade recai de tal modo a interferir o mínimo possível sobre a constituição da forma como ela se apresenta, conceituando termos modelares a partir de uma versão minimalista cuja existência de eleições já é suficiente para satisfazer o jogo democrático, por outro lado, o legado de discordância que o aporte pós-estruturalista coloca a estas teorias, está em postular não só a importância da significação do trato da política como caráter conflitual, mas também em denotar o caráter constitutivo das “paixões”.

É somente por meio do confronto entre os usuários do UCG que o espaço político emergiu no grupo do WhatsApp. Vários dos entrevistados, no momento inicial em que o grupo foi formado, não imaginavam a repercussão que ele viria a cumprir meses depois. O fator “a qualquer momento em quase qualquer lugar” vale para todas essas novas formas de ativismo que permitem a articulação e a mobilização de diferentes grupos em relação a diferentes demandas por meio de distintos repertórios. Até que ponto podemos verificar estas características nas práticas participativas dos ciberativistas investigados?

As expressões “coreografia coletiva”, apropriada por Gerbaudo (2012), e “carnavalización de la protesta”, utilizada por Vommaro (2015) para caracterizar as interações vividas, sentidas e experimentadas pelos atores sociais nas cadeias de manifestações mundo afora também, segundo os entrevistados, foram percebidas nos protestos de que os ciberativistas do UCG participaram. Em vários momentos, os ciberativistas saíram do WhatsApp, foram às ruas, retornaram para o WhatsApp, postaram vídeos, criaram camisetas e, em última instância, organizaram-se de forma coletiva.

Enfim, articularam no WhatsApp diferentes maneiras de serem coreografados coletivamente pelos usuários que deram o primeiro passo, definiram datas e lançaram uma ideia que foi apreciada pelos outros participantes do UCG. Gerbaudo (2012) utiliza o conceito “popular” de Laclau (2013) no tocante ao trato dessa nova cultura de ativismo, tendo em vista que são constituídos pelo “povo” os indivíduos que fazem parte das localidades de onde surgem os protestos. Dessa forma, “o campo popular pressupõe, como condição de sua constituição, a construção de uma identidade global a partir da equivalência de uma pluralidade de demandas sociais” (LACLAU, 2013: 137). É uma forma de construir o político que não está associada a conteúdos ideológicos específicos ou prática de grupos particulares. Em verdade, os usuários do UCG

construíram o “povo” (ERREJÓN & MOUFFE, 2016) ou um ator coletivo, que evoluiu de forma contingente, a partir das suas aprendizagens mútuas.

A importância do WhatsApp nesta pesquisa é justamente moldar a maneira como os manifestantes pensam e agem em conjunto, coreografando a ação coletiva nas formas emergentes da participação - que se inicia no meio virtual e repercute até sua manifestação no meio offline e ainda podendo realizar um caminho de volta para o meio online. A revisão da bibliografia sobre ciberativismo em diálogo com o objeto investigado se dá justamente neste complemento online/offline/online.

De 2013 para até 2016, como podemos articular as Jornadas de Junho 2013 com o imaginário dos entrevistados? Verificou-se grande incômodo em relação aos setores conservadores que saíram às ruas em 2013. A maioria esmagadora avaliou negativamente as Jornadas. Cruzando também com o aporte teórico laclauiano e de Chantal Mouffe, a falta de um “exterior constitutivo” nas Jornadas de Junho de 2013 estaria aparentemente ligada a uma não-formação de identidade compartilhada pelos seus participantes por meio de um princípio equivalencial que foi capaz de articular forças diversas ao simplificar o espaço político. Por isso, vimos indivíduos e grupos sociais diversos com distintas identificações ideológicas comporem o mesmo espaço de ocupação das ruas (SINGER, 2013).

Vários dos ciberativistas entrevistados participaram dos contratos em 2013, e no momento em que houve um pico das manifestações, com a ocupação das pontes em Florianópolis (Figura 3), os entrevistados já não davam legitimidade às manifestações e as apontavam como o “embrião” de 2016 que levou ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff e, portanto, a um (não) legado de Junho de 2013 como um dos fatores motivadores para o surgimento do UCG.

Figura 3: 19 de Junho de 2013 em Florianópolis



Fonte: Cadu Rolim / Fotoarena / Folhapress³⁷

A expressão Jornadas de Junho foi usada para referir-se a todas as manifestações ocorridas em diferentes locais do Brasil em Junho de 2013. Naquela ocasião, centenas de milhares de pessoas foram às ruas em várias capitais do país. Havia um mal-estar generalizado com o sistema político e com os partidos. Grande parcela da sociedade estava altamente insatisfeita com a corrupção, a precariedade do transporte urbano, da infra-estrutura, dos serviços de saúde e educação, da segurança e de opções de lazer.

Além disso, bilhões de reais gastos com a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016) amplificaram ainda mais este mal-estar. Naquela ocasião vigorava um modelo de governo em que o cidadão era sinônimo de consumidor, a saber: “um modelo centrado no crescimento a qualquer custo, ainda que, no caso do Brasil, acompanhado de uma redução de pobreza e de políticas sociais redistributivas. Mas sem assumir a nova cultura da dignidade e do florescimento da vida para além do consumo” (CASTELLS, 2013, p. 183), acompanhado pelo “aumento da classe média trabalhadora que produziu o aparecimento de certos traços mais propriamente consumistas no comportamento e no imaginário no perfil de seu integrante típico” (NOGUEIRA, 2013, p. 128).

Não há um consenso estabelecido quanto ao termo mais apropriado para explicar os protestos de junho de 2013 na cena pública brasileira. Neste trabalho, optou-se pelo termo Jornadas. Bringel (2013) os define como “levante de Junho” e Singer (2013), como

³⁷ Os manifestantes ocuparam as duas travessias entre a ilha e o continente em Florianópolis, este dia foi considerado pelo DC como o dia mais importante das manifestações de 2013.

“acontecimentos de Junho”, enquanto Scherer-Warren (2014) as caracteriza como manifestações amplas de cidadania, tratando-se de:

agregados de múltiplos coletivos no espaço público com reivindicações conjunturais, mas frequentemente com protestos politicamente heterogêneos, diversificados, e podendo conter antagonismos políticos explicitados ou não, e mobilizados especialmente através das redes sociais virtuais (WARREN, 2014, p. 14).

Em todo o Brasil, as manifestações tiveram como primeiro palco as capitais São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre (Quadro 5) e o fator estopim foi o preço abusivo das passagens de transporte público. No entanto, mesmo depois da redução dos preços das passagens de ônibus, como em Porto Alegre por decisão judicial, os protestos não só continuaram, como se espraiaram para as demais cidades brasileiras, onde setores conservadores também foram reunidos nas ruas pelo Brasil.

Quadro 5: Raio-X das Jornadas de Junho de 2013 nas principais capitais do Brasil

Data	Local
3 de Junho	São Paulo
6 de Junho	São Paulo
7 de Junho	São Paulo
11 de Junho	São Paulo
13 de Junho	São Paulo
15 de Junho	Brasília
16 de Junho	Rio de Janeiro
17 de Junho – Data-chave das manifestações	Auge das manifestações: Atinge 12 capitais brasileiras.
18 de Junho	Florianópolis – Ponte que dá acesso e saída à Ilha foi fechada

Fonte: Diário Catarinense. Edições de Junho de 2013. Elaboração do autor.

No dia 17 de junho, o Congresso foi tomado por centenas de pessoas. Muitos jovens especialmente estudantes universitários, ocuparam

partes do Congresso que não é possível entrar sem permissão. Simultaneamente, demais protestos explodiram em outras onze capitais brasileiras. Foi considerada uma data-chave das Jornadas. Em diferentes lugares do Brasil, os manifestantes, de forma geral, demonstraram esperança em construir um país melhor, indignação com a desproporção dos gastos com grandes eventos esportivos e corrupção e entusiasmo pela vontade de participar da vida pública como protagonistas.

No dia 19 de junho, Florianópolis teve seu primeiro grande protesto³⁸ noticiado pelo DC: os manifestantes ocuparam de forma pacífica e sob proteção policial as duas travessias entre a ilha e o continente e colocaram a capital catarinense na rota das manifestações que aconteciam no Brasil. Foi justamente nesta data que vários dos entrevistados alegaram ter se deslegitimado o movimento, uma vez que setores conservadores saíram às ruas em 2013 a partir deste dia e a pauta inicial do preço abusivo dos transportes público foi perdida. Isso contraria as notícias veiculadas pelo DC, que afirmavam que naquele momento “verdadeiros cidadãos” foram às ruas.³⁹

Na noite de 20 de Junho de 2013, aconteceram novas manifestações em Florianópolis, quando aproximadamente 30 mil pessoas ocuparam as pontes Pedro Ivo e Colombo Salles, fechando-as novamente. A ilha ficou sem saída por terra durante cinco horas e oito minutos. Os hashtags (#) naquela ocasião também foram amplamente utilizados pelos manifestantes, ratificando as ideias de Feixe (2014). A onda de protestos se espalhou também para outras cidades catarinenses, somando mais de 90 mil participantes. Já para o final de junho de 2013, as manifestações foram se esvaziando na capital de Santa Catarina.

A cadeia de manifestações que varreu Florianópolis se assemelhou com as demais que explodiram no restante do país no sentido de que, no fundo de suas reivindicações, estava um profundo desencantamento com as tradicionais formas de pensar e fazer a política. Não dá para negar que Junho de 2013 representa um ponto de inflexão na história social e política do Brasil, uma vez que se exercitou o potencial das redes sociais virtuais para conduzir milhares de pessoas às ruas. Não

³⁸ Antes disso, as edições do DC tiveram-se em informar sobre as demais manifestações que ocorriam no país. A cobertura das manifestações em Florianópolis pelo DC começou apenas no dia 19 de Junho de 2013.

³⁹ Reportagem da edição do dia 21 de Junho de 2013. O texto “Banho de democracia” de Rafael Martini na página 4 do DC destacava ainda que Florianópolis tinha alcançado sua “maturidade democrática”.

sabemos exatamente os efeitos disso, estamos vivendo este processo e aprendendo com ele.

Muito dos efeitos incidem sobre a circulação de informações: a Mídia Ninja “transformou-se durante as manifestações de junho de 2013 em um canal de transmissão de imagens, em particular da repressão policial, influenciando amplos setores da população, em particular os jovens” (SORJ, 2016, p. 31). Conforme visto, a Mídia Ninja, por ser um coletivo que promove o jornalismo alternativo, foi recorrentemente citado pelos ciberativistas entrevistados com uma das fontes mais utilizadas para propagar informações no grupo do WhatsApp e diagnosticado também na análise das postagens de setembro de 2016.

O modo inaugural das Jornadas de Junho de 2013 desde a convocação online até sua repercussão offline produziu uma sequência irrestrita de manifestações que perdurou praticamente a segunda quinzena de junho e início de julho em todo o Brasil. A saber:

Junho não somente como um evento de protesto, mas como um processo aberto e inacabado, que inclui uma ampla reconfiguração do ativismo social... emergiram novos espaços e atores que levaram a um aumento da conflitualidade no espaço público e aum questionamento dos códigos, sujeitos e ações tradicionais que primaram no país durante as últimas duas décadas (BRINGEL & PLEYERS, 2015, p. 6).

No entanto, tais ações tomaram outras proporções com o prosseguimento dos protestos, segundo alguns usuários do UCG. As entrevistas desta pesquisa revelaram, assim como outros estudos, especialmente de Souza (2015) e Avritzer (2016), que a partir do dia 18 de Junho houve uma guinada do movimento, com a saída de setores conservadores às ruas. Souza (2015) afirma que a

classe média que foi em massa às ruas a partir do dia 19 de Junho de 2013, foi a verdadeira responsável pela mudança de pauta das demandas por melhor transporte, escolas e saúde, típicas de classes populares, em favor de suas demandas centralizadas nas denúncias de corrupção (SOUZA, 2015, p. 244).

Houve então uma mudança dos interesses daqueles que saíram às ruas e um crescimento feroz de setores conservadores que estiveram presentes nas manifestações. “Juntando os dois momentos, as Jornadas

de Junho de 2013 e as eleições presidenciais de 2014, notamos uma guinada conservadora clara na política brasileira” (SOUZA, 2015, p. 245). Fato que também foi pontuado pelos nossos entrevistados. A saber, “a narrativa do Estado demonizado e do mercado virtuoso, primeiro construída “cientificamente”, e depois reproduzida de modo “naturalizado” e “autoevidente” como truísmo aceito por todos, criou um pano de fundo perfeito para o assalto à inteligência nacional” (SOUZA, 2015, p. 254). Segundo Jessé Souza, o golpismo se resume ao fato de que:

quem continua mandando de verdade são os mesmos 1% que controlam a riqueza, o poder e instrumentalizam a informação a seu bel-prazer. Os outros 99% ou são manipulados diretamente, como a classe média “cozinha”, ou assistem de longe, bestializados, a um espetáculo o qual, como sempre, vão ter que pagar sem participar do banquete (SOUZA, 2015, p. 261).

Se os recursos metafóricamente exagerados de Souza (2015) nos servem para mostrar que o “culturalismo conservador” e o “economicismo superficial” insistem na máxima de que a corrupção só existe no Estado e o mercado, na verdade, é o reino de virtude por excelência, firmando este “mantra” como pilares utilizados pela “ciência” brasileira, a impressão é que continuaremos a “patinar no vazio sem atrito”. Significa dizer: só mesmo uma mudança em direção a uma teoria verdadeiramente crítica é capaz de superar esta “gramática” brasileira que foi “colonizada até o osso” para captar nossa sociedade.

Neste turning point, deixaríamos nossa “tolice” para termos a “capacidade de julgar com autonomia e independência” (SOUZA, 2015, p. 13) os fatos cotidianos experimentados e vivenciados pelos brasileiros no seu dia-a-dia. É justamente a ausência dessa capacidade crítica que:

torna um país de pessoas inteligentes em uma multidão de tolos manipulados e incapazes de perceber o próprio interesse real. Somos uma nação onde a capacidade de reflexão de homens e mulheres comuns... foi reduzida ao mínimo... e sentenciamos toda a sociedade a uma reflexão amesquinhada e a uma vida apequenada em todas as suas dimensões (SOUZA, 2015, p. 252).

Avritzer (2016) pontua que “o ponto de partida das manifestações de junho foi a ruptura do campo político da participação

social no Brasil, ao mesmo tempo em que o MPL⁴⁰ foi o catalisador no início das mobilizações” (AVRITZER, 2016, p. 66). No entanto, a partir dos dias 17 a 20 de junho, o cientista político coloca em evidência uma reação conservadora do movimento assim como Souza (2015), abrindo caminho para um a conjuntura política que será bastante usual no pós-2013: “seletividade na luta contra a corrupção que ignora determinados casos e o enfoque nos elementos que comprometem o PT” (AVRITZER, 2016, p. 72).

Esta guinada conservadora repercutiu nas eleições de 2014 e em manifestações durante 2015. A mídia tradicional se apropriou das Jornadas de Junho de 2013, passou a veicular a pauta das manifestações como contrárias às medidas do governo Dilma Rousseff, conduzindo a bel-prazer a opinião pública brasileira. Avritzer utiliza o rastreamento do Portal “Causa Brasil”⁴¹ para exemplificar as mudanças das principais reivindicações de 2013. Se antes a causa inicial era a demanda por um melhor transporte público (Figura 4), com o desenrolar de Junho de 2013 percebemos a incorporação de pautas mais conservadoras, fragmentação dos temas reivindicados e a “instalação de uma agenda ofensiva em relação do governo Dilma Rousseff” (AVRITZER, 2016, p. 81). (Figura 5)

⁴⁰ Dowbor & Szwako (2013) ressaltam que a Revolta da Catraca em Florianópolis foi um marco decisivo na constituição do Movimento Passe Livre (MPL). Da mesma forma, Singer (2013) pontua que o levante juvenil em Florianópolis “foi capaz de obter a lei do passe livre estudantil” (SINGER, 2013: 32). Para mais detalhes sobre a Revolta da Catraca, ver: VINICIUS (2005).

⁴¹ Avritzer (2016) mostra que a plataforma Causa Brasil “sistematizou os dados de mais de 1,2 milhão de postagens nas redes sociais virtuais durante as manifestações de Junho de 2013” (AVRITZER, 2016: 75).

Figura 4: Descrição dos temas das redes no Brasil no dia 7 de Junho de 2013



Fonte: <http://www.causabrasil.com.br/>

Figura 5: Descrição dos temas das redes no Brasil no dia 30 de Junho de 2013



Fonte: <http://www.causabrasil.com.br/>

Em verdade, as mobilizações populares não são mais criadas, no caso em análise, a partir de um modelo de “sociedade total” ou na sedimentação de um único conflito capaz de dividir a totalidade do social em dois campos, mas numa pluralidade de exigências responsável por produzir uma proliferação de inúmeros espaços políticos. Segundo Burity (1997):

No caso das sociedades democráticas, a pluralidade de espaços políticos que se produz não prescinde de que, no interior de cada um deles, a fronteira dual se construa. O que ocorre é que a oposição resultante desta demarcação de terrenos não recobre toda a superfície do social nem exaure a capacidade identificatória dos agentes sociais envolvidos (BURITY, 1997, p. 15)

Não havia, dessa forma, um objetivo que unisse todos aqueles indivíduos ou, mesmo, o surgimento de um “inimigo comum” que pudesse identificá-los. Podemos dizer que havia “vários inimigos”,

ilustrando que as Jornadas de Junho de 2013 não necessariamente deveriam ter fins claros e definidos, uma vez que a condição de possibilidade na formação da identidade de seus participantes pode ocupar mais de uma posição ao presumir que, mesmo tendo grupos originalmente antagonísticos entre si, nada os impediu de fazer parte de uma mesma cadeia articulatória. Bingel & Pleyers afirmam que “é crucial entender Junho de 2013 como um momento de abertura societária no país” (BRINGEL & PLEYERS, 2015, p. 7).

Dado este caráter aparentemente “vago e impreciso” das Jornadas, destaca-se que até mesmo os “grupos minoritários organizados foram praticamente expulsos das ruas ou por temor de serem confundidos com seus contrários, como foi o caso do MPL, ou pela revolta dos apartidários” (PINTO, 2014, p. 24). Percebemos ainda a natureza contingente e incompleta de como os protestos foram se revelando de maneira vaga e flutuante capaz de captar e incorporar uma pluralidade de demandas, assim como as conservadoras.

De tal modo que, se alguns entrevistados, a priori apoiavam as manifestações, principalmente nas pautas alavancadas pelo MPL, com o decorrer dos protestos, eles não só deslegitimaram o movimento, que passou a contar com o apoio da mídia tradicional, como também participaram dos contra-atos organizados por eles. O fator contingencial, usado nesta análise sobre Junho de 2013, ganha relevância também no trabalho de Knöbl (2015): “os resultados das ações sociais são muito mais imprevisíveis do que usualmente se supõe, e os eventos e sua ocorrência surpreendentemente precisam ser levados em conta para se entender a realidade social” (KNÖBL, 2015, p. 5).

Observar a contingência é, por isso, indispensável para a análise das relações sociais; os estudos clássicos tentam recorrentemente “empurrar as contingências para as margens de suas análises ou mesmo tentam esquecer-se delas e, assim, necessariamente fracassam em suas tentativas de entender o surgimento de fenômenos novos” (KNÖBL, 2015, p. 11).

Se na teoria democrática contemporânea a preocupação da análise social da realidade recai de tal modo a interferir o mínimo possível sobre a constituição da forma como ela se apresenta, por outro lado, uma há uma preocupação de uma teoria que tenha “uma aplicabilidade analítica e normativa no campo da política” (MENDONÇA, 2014, p. 135) deslocada do projeto minimalista que se resume aos aspectos formais como eleições e representação, radicalizando-o por meio de avaliações das práticas participativas e contestatórias dos atores sociais:

Os fenômenos sociais são sobredeterminados: não têm única forma de abordar, de descrever, de explicar; não estão sujeitos a uma relação simples de causalidade; não se constituem por um único investimento de sentido, ou uma única agência; não envolvem explicações unívocas; não se esgotam na pura facticidade dos acontecimentos encadeados que permitem narrar-lhes um certo desdobramento no tempo e no espaço. (MENDONÇA & RODRIGUES, 2008, p. 42)

Assim, o arcabouço teórico dos autores pós-estruturalistas utilizado como fonte central nesta etapa do trabalho tratou sobre a construção de articulações como promoção de uma sociedade radical e plural, ao proporcionar um horizonte com ampla democratização social, a partir da construção de equivalência entre diferentes significados. Fizemos um esforço para captar os sentidos contingenciais e indefinidos que articularam as cadeias de protestos nas Jornadas de Junho de 2013, questionando as diferentes chaves explicativas utilizadas para referir-se às manifestações até chegarmos ao (não) legado proposto pelos nossos entrevistados.⁴²

Assim, apesar do claro (não) legado que as Jornadas de Junho de 2013 representaram para os ciberativistas investigados, a hipótese lançada por este pesquisador é que a forma como interagiram no WhatsApp resultou em um legado. E este surge justamente do (não) legado de 2013. Significa dizer: o nome que dá título a este grupo “unidos contra o golpe” revela que a união destes usuários comungada por interesses coletivos foi possível a partir do avanço de setores conservadores que se iniciou em 2013. O cenário político trágico de 2016 ganhou rumos inesperados e favoreceu a criação de laços de solidariedade entre eles. Ao fim e ao cabo, por mais que o cenário não fosse possível o retorno de Dilma Rouseff à presidência da República, eles não deixaram de se unir.

O *modus operandi* do “UCG” via WhatsApp, à luz dos autores pós-estruturalistas, nos permite vislumbrar cenários emergentes para a

⁴² “É tarefa da democracia construir mecanismos que sejam capazes de mobilizar, dar existência a paixões e interesses dentro de princípios e regras democráticas, ou seja, que se assegure a existência conflitiva da dimensão humana, que é inerradicável, mas que transforme os inimigos em adversários dentro de regras estabelecidas pelo jogo democrático.” (MENDONÇA, 2010, p. 492)

democracia. Desenvolveu-se sobre a ótica das "paixões" estabelecidas na prática de interação do UCG. A capacidade de compreender o sentido das contingências inaugurou possibilidades do político imprecisas e confrontadas nos elementos latentes e nas ambigüidades reveladas pelos usuários do WhatsApp.

Com base nessas discussões e em um cenário onde a velocidade das mudanças proporcionadas pelas TIC's se dá em um ritmo diferente do funcionamento das instituições tradicionais das democracias modernas, a possibilidade de conectar o WhatsApp à participação política aparece como uma alternativa para dinamizar os espaços públicos urbanos, sinalizando cenários similares pela última pesquisa deste investigador (BARBOSA, 2016).

Os dados colhidos indicam que, no momento em que explodiram as Jornadas de Junho de 2013, pelo menos pelos usuarios entrevistados de Florianópolis, verificou-se uma mobilização amorfa dos ciberativistas investigados. Em contrapartida, o modo como se organizaram no pós-2013 e especialmente em 2016 revelou o WhatsApp como forte potencial para uma plataforma de participação via canal online interativo. Verificamos então uma relação entre a avaliação negativa de Junho de 2013 com o surgimento do grupo em 2016.

Essas novas formas de mobilização no WhatsApp representam, de alguma forma, novas oportunidades políticas no mundo contemporâneo, que resvalam para diversas esferas da vida social. O UCG, como nosso núcleo empírico, tem fins políticos, mas caberia também ver, por exemplo, o grau de interação dos participantes em outros grupos existentes no WhatsApp. Trata-se de uma TIC que reserva inúmeras possibilidades de pesquisa.

Entender práticas participativas emergentes que transbordam para além dos canais institucionais estabelecidos é um grande desafio para a pesquisa social no século XXI.⁴³ E justamente neste ponto que esta dissertação de mestrado navegou ao sugerir o WhatsApp como um canal legítimo de participação política que resultou em vínculos pessoais mais fortes entre os participantes e relações de amizade robustecidas.

A própria globalização da comunicação possibilita ao WhatsApp ser uma ferramenta de luta política, na qual o espaço virtual é complementar às formas de mobilização coletiva no plano offline e o retorno do offline para o online. Este estudo investigou novas formas

⁴³ “Assim sendo, canais participativos até então avaliados como não formais e não institucionalizados necessitam ser estudados como forma legítima de participação política.” (CASTRO & REIS, 2012, p. 21).

colaborativas que levem em conta a motivação subjetiva dos atores. Se Gerbaudo (2017) defende que, no pós-2011, houve uma explosão de onda de protestos gerando novas iniciativas que estão redefinindo a política em todo o planeta, este trabalho lançou possibilidades de pensar o pós-2013 como um cenário proveitoso para uma maior difusão de práticas participativas principalmente no âmbito do WhatsApp, seja por um movimento de resistência ante o cenário brasileiro, como diagnosticado no UCG.

Vimos que poucos entrevistados usavam o WhatsApp para fins políticos em 2013, mas daquele ano até 2016 seu uso ganhou enorme adesão, a saber: “temos possibilidade de utilizar as tecnologias da informação e comunicação para construir uma democracia interativa” (AMADEU, 2014, p. 33-34). O cruzamento teórico que pode também ser feito com a bibliografia sobre ciberativismo é que, iniciativas como a do “UCG”, permitem a prática do *bottom-up*: uma pluralidade de vozes foi assegurada por meio de um grupo que revelou novas práticas participativas, em sua maioria, pelos inscritos de Florianópolis, mas, ao mesmo tempo, se espalhou pelo território brasileiro e também para o exterior. O UCG é composto por uma diversidade de participantes, sem uma liderança formal definida e promove diferentes formas de ações a custos reduzidos e de forma interativa.

Vale destacar ainda que a plataforma digital Avaaz⁴⁴ no pós-junho de 2013 mais que duplicou o número de membros de sua rede no Brasil, perfazendo também novas modalidades de participação via internet. Este capítulo procurou traçar o diferencial da participação do WhatsApp e avaliar o não legado de Junho de 2013 para os entrevistados. O debate está em curso e certamente o cenário brasileiro pós-2013 nos permitiu vislumbrar novos insights para o ativismo social, a saber “vivemos um cenário de transição onde o velho não terminou de morrer e o novo ainda não floresceu totalmente” (BRINGEL & PLEYERS, 2015, p. 17).

⁴⁴ É considerado um “avaazers” qualquer pessoa que assine uma petição e aceite receber informações das campanhas realizadas pela plataforma. Disponível em: <https://secure.avaaz.org/po/> Acesso em: 15 de julho de 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso do WhatsApp como plataforma para participação é um desafiador objeto de pesquisa, já que provoca importantes alterações nos estilos de vida contemporâneos e abre espaço para uma abordagem teórica multidisciplinar. Mais ainda no caso específico desta dissertação, que explorou metodologias ainda incipientes. No entanto, seguimos as sugestões do trabalho de Alcântara (2014) ao utilizar o grupo do WhatsApp investigado como uma experiência empírica do ciberativismo.

Há que se reconhecer o limite das técnicas de pesquisa aqui utilizadas. Optamos pela análise qualitativa das postagens de apenas um mês (setembro de 2016), juntamente com quinze entrevistas semi-estruturadas, uma vez que nossa maior preocupação era entender a percepção dos atores em relação às suas expectativas criadas no UCG. Sugerimos futuras pesquisas que combinem elementos quantitativos a qualitativos. Além disso, destacamos o limite deste pesquisador não ter acompanhado os usuários do WhatsApp nas manifestações, restringindo a fonte de análises às verbalizações enunciadas pelos entrevistados. Reconhecemos que outros caminhos são possíveis e podem decifrar detalhes que não abordamos nas técnicas de pesquisas adotadas.

Do ponto de vista teórico, priorizamos os trabalhos mais recentes de Chantal Mouffe, principalmente a obra “Construir Pueblo”, o que nos proporcionou links adequados com o nosso objeto investigado. Em futuros trabalhos, pretendemos explorar em profundidade as relações hegemônicas trabalhadas por esta autora e Ernesto Laclau na obra “Hegemonia e Estratégia Socialista”, como também trabalhar as nuances do militantismo desenvolvidas no trabalho de Oliveira (2013).

Nosso trabalho mostrou que os ciberativistas investigados construíram e mantiveram laços de articulação criados no momento de interação do UCG. Percebemos uma evolução do nível de proximidade dos ciberativistas desde que o grupo foi criado, em Abril de 2016. De alguma forma, este grupo do WhatsApp apresentou diversas maneiras de expressar as “paixões” (MOUFFE, 2016), a partir do momento em que foram capazes de formular suas próprias enunciações, passíveis de serem aceitas ou contestadas pelos outros usuários, de incendiar os debates e participar de forma interativa no grupo, tendo em mente que o conflito é inerente ao trato da política.

No momento em que se discute o que é “reinventar a política” no

século XXI, estes ciberativistas nos deixam pistas: foram “challengers” ao desafiarem as maneiras de pensar a política para além dos canais institucionais e participaram ativamente de discussões realizadas no UCG e, portanto, realizaram um simples exercício de aproximar a política ao seu cotidiano. Mais do que isso: “entenderam a democracia em um sentido ampliado, não como sinônimo de instituições, representação ou eleições, mas como uma criação sociopolítica e uma experiência subjetiva” (BRINGEL & PLEYERS, 2015, p. 12).

Demonstraram ainda adquirir “energia niveladora, democrática, ingrediente indispensável para mudanças” (MOUFEE & ERREJÓN, 2016: 54), qual seja: foram para as ruas, convocaram protestos, disseminaram informações ignoradas pela mídia tradicional, confeccionaram camisetas do grupo, organizaram atividades. Ao fim e ao cabo, criaram um modus operandi UCG, enquanto seres políticos. A imprevisibilidade, as mudanças e as transformações que este grupo percorreu serviram como suporte para o surgimento de relações políticas ali desenvolvidas.

Este trabalho mostrou como podem ser combinados o meio online com manifestações nas ruas. Havendo a convocação de novos atos, detectamos a possibilidade de reinício do ciclo de mobilização, sem necessariamente existir um repertório a ser seguido. Significa dizer: se a bibliografia sobre internet e participação política sugere uma conjugação do online/offline (CASTELLS, 2013), os ciberativistas investigados também criaram um caminho inverso offline/online, revelando que a internet e as ruas estão em conectadas em um bloco só.

Por um lado, houve um crescimento da direita nas ruas pós-junho de 2013 (MESSENBURG, 2016), que soube aproveitar o “vácuo” deixado pela esquerda no contexto político brasileiro (SANTOS, 2016); por outro, os ciberativistas do UCG criaram uma nova modalidade de participação a partir da ampla interação promovida pelos integrantes do grupo por meio do compartilhamento de saberes, aprendizagens recíprocas, empoderamento irrestrito e indignação crescente. Mostraram-se políticos ao estabelecerem uma relação de duradouro vínculo que resultou numa empatia geral e coletiva. Esta serviu como fôlego para dar prosseguimento às atividades desenvolvidas pelo grupo.

A “reinvenção” da concepção de participação, a nosso ver, passa pela ação destes ciberativistas com a clara intenção do comprometimento e envolvimento das atividades a que foram submetidos. A prática do modus operandi UCG foi lutar e acreditar na construção de uma participação interativa como uma criação sociopolítica e uma experiência subjetiva.

Este estudo revelou que não há uma separação entre mundo online/offline e sim um único mundo formado por estes dois momentos, aumentando ainda mais os desafios para os pesquisadores que estudam “internet e participação política”. O recado de que o mundo virtual e as ruas convergem em um só caminho implica aprofundar dos estudos sobre ciberativismo, ainda mais com o caráter efêmero e instantâneo alavancado pelo WhatsApp no século XXI.

Se a máxima do cenário político brasileiro no ano de 2016 foi “Nada é tão ruim que não possa piorar ainda mais”⁴⁵, somado a um momento crítico onde os cidadãos possuem expectativas maiores no regime democrático do que as instituições têm sido capazes de oferecer (MOISÉS, 2010), este grupo correspondeu de forma inovadora a este cenário nebuloso, se organizando de forma contingente e diversa, ao mesmo tempo em que combinaram protestos do meio online com o offline e vice-versa. Criaram uma capacidade de diálogo a partir da interlocução com problemas políticos enfrentados pelo Brasil. A interação e o entrosamento experimentados culminaram na proveitosa oportunidade para estreitarem laços sociais no UCG. Os sonhos e as utopias revelados pelos ciberativistas proporcionaram ao grupo a formação de relações de amizade que, robusteceram a união dos ali envolvidos, bem como os motivou a seguirem no grupo. Os desejos, as opiniões e as expectativas foram também relevantes para sua forma de organização.

Os integrantes do grupo investigado expuseram suas razões, lidaram com o confronto e enfrentaram o choque de opiniões diferentes. Enfim, despertaram suas “paixões” (MOUFFE, 2016) ao criarem um tipo de afeto comum que os mobilizou a partir da constituição de formas de identificação. Ainda no grupo investigado, percebemos uma articulação de demandas conforme um processo que começou com o projeto de unir-se contra o golpe e, de forma contingente, assumiu diversas novas características. A forma de ação social e política destes ciberativistas revelaram-se como consequência direta de seu *modus operandi*.

Esta dissertação realizou um estudo sobre o impacto político do uso do WhatsApp, analisando o caso de um grupo específico chamado “Unidos contra o Golpe” na cidade de Florianópolis. Nossa democracia brasileira, como outras democracias mundo afora, tem se mostrado de

⁴⁵Disponível em: http://www.brasil247.com/pt/blog/alex_solnik/272247/Nada-est%C3%A1-t%C3%A3o-ruim-que-n%C3%A3o-possa-piorar.htm Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

forma caricatural e muito distante da energia dos movimentos que emergem nas redes sociais virtuais. Os estudos sobre ciberativismo à luz do WhatsApp nos reservam uma frutífera agenda de pesquisa e propõem uma reflexão abrangente sobre os diversos significados da participação política. Este estudo espera ter sido uma contribuição para tanto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCÂNTARA, Livia Moreira de (2014). Ciberativismo e a dimensão comunicativa dos movimentos sociais: repertórios, organização e difusão. Dissertação de mestrado, IESP/UERG, Rio de Janeiro.
- BIASOLI-ALVES, Zélia Mana Mendes & DIAS DA SILVA, Maria Helena G. F. (1992). Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. *Paidéia* (Ribeirão Preto), n. 2, Fev./Jul.
- AMADEU, Sérgio (2010). Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. *Revista USP*, São Paulo, n° 86, pp. 28-39, junho/agosto.
- AMADEU, Sérgio; BRAGA, Sérgio & PENTEADO, Cláudio (2014). *Cultura, Política e ativismo nas redes digitais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- AMADEU, Sérgio (2014). O embate nas redes. *Em debate*, v. 6, n° 7, pp. 28-34, novembro.
- AVRITZER, Leonardo (2016). *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BARBOSA, Sérgio (2014). O paradoxo da democracia: a participação política dos alunos da Universidade de Brasília e a internet. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Ciências Sociais, UnB, Brasília.
- BARBOSA, Sérgio. (2015). Para entender as Jornadas de Junho de 2013 à luz do pensamento de Ernesto Laclau. Trabalho apresentado no GT 04 Pós-estruturalismo, pós-fundacionalismo e teoria do discurso, no I Simpósio Internacional Pós Estruturalismo e Teoria Social O legado transdisciplinar de Ernesto Laclau, Pelotas.
- BARBOSA, Sérgio (2016). É possível a internet alavancar novos canais de participação política? *Revista Controversias y Concurrencias Latinoamericanas*, v. 8, n. 13, junio, pp. 44-58.
- BIANCHI, Alvaro. (2015) Gramsci intérprete du Brésil. *Actuel Marx*, v. 57, p. 96-111.
- BOBBIO, Noberto. (1995) *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política* Editora Unesp: São Paulo.
- BORBA, Julian (2012). Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 27, n° 2, pp. 263-288.
- BRAGA, Sérgio; CARLOMAGNO, Márcio Cunha & RODRIGUES, Mariane Pires. (2014) *As novas tecnologias estão aumentando a qualidade do trabalho dos representantes? Um estudo do uso da internet pelos deputados estaduais da 17ª legislatura e seus gabinetes*. Trabalho

apresentado no GT 04 Ciberpolítica, Ciberativismo e Cibercultura, no XXXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais.

BRAGA, Adriana (2006). Técnica etnográfica aplicada à comunicação online: uma discussão metodológica. UNIREVISTA, vol. 1, nº 3, pp. 1-11.

BRAGATTO, R. C & NICOLÁS, M. A. (2012) Internet e Política em análise: levantamento sobre o perfil dos estudos brasileiros apresentados no Brasil entre 2000 e 2011. Trabalho apresentado no GT 04 Ciberativismo, Ciberpolítica e Cibercultura, no XXXVI Encontro Anual da ANPOCS, Águas de Lindóia, São Paulo.

BRINGEL, Breno & PLEYERS, Geoffrey (2015). “Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil”. Nueva Sociedad, nov./dez., pp. 4-17.

BURITY, Joanildo Albuquerque. (1997) Desconstrução, Hegemonia e Democracia: O Pós-Marxismo de Ernesto Laclau. In: GUEDES, Marco Aurélio. Política e contemporaneidade no Brasil. Recife: Bagaço, p. 29-74.

Disponível

em:

bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/nabuco/joan7.rtf

CARDOSO, Gustavo & LAMY, Cláudia (2011). Redes Sociais: comunicação e mudança. JANUS. NET, e-journal of International Relations, Lisboa, Vol. 2, n. 1, pp. 73-96.

CARDOSO, Gustavo & LAPA, Tiago (2016). (Social) Media isn't the message, networked people are: calls for protest through social media. Observatorio (OBS*) Journal, Media, Internet and Social Movements in the context of asymmetries, Lisboa, 202-219.

CASTELLS, Manuel (1999). Sociedade em Rede. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra.

CASTELLS, Manuel (2003). A galáxia da Internet. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

CASTELLS, Manuel (2013). Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de & REIS, Fernanda Teixeira (2012). Participação política no Brasil no século XXI: mudanças e continuidades. Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política, vol. 21, n. 2, pp. 20-33, jul. /dez.

CHADWICK, Andrew & PHILIP, N. Howard (2010). The Routledge Handbook of Internet Politics, New York: Routledge, p. 1-9.

CONNOLLY, William. (2002) Neuropolitics: Thinking, Culture, Speed. Minneapolis: University of Minnesota Press.

COSTA, Jean & ZILIO, Lara. (2014) O agon entre os agonistas: controvérsias sobre o conflito e o pluralismo. Trabalho apresentado no GT Teoria Política no IX Congresso da ABCP, Brasília.

- DOWBOR, Monika & SZWAKO, José. (2013). Respeitável público... Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos Estudos Cebrap*, nº 97, novembro, pp. 43-55.
- EISENBERG, José. (2015) Ciberativismo. In: GIOVANNI, Geraldo Di & NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). *Dicionário de Políticas Públicas*. 2v. São Paulo: Fundap / Imprensa oficial.
- EISENBERG, José. (2015) Democracia Digital. In: GIOVANNI, Geraldo Di & NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). *Dicionário de Políticas Públicas*. 2v. São Paulo: Fundap / Imprensa oficial.
- ERREJÓN, Íñigo & MOUFFE, Chantal (2016) Construir pueblo: Hegemonía y radicalización de la democracia. Barcelona: Icaria.
- ESCOBAR, Arturo. (2016) 'Thinking-feeling with the Earth: Territorial Struggles and the Ontological Dimension of the Epistemologies of the South', *Revista de Antropología Iberoamericana*, 11(1): 11 – 32.
- FARRELL, Henry. (2012) The Consequences of the Internet for Politics. *Annual Reviews Political Science*, 15, pp. 35-52.
- FEIXA, Carles; Fernández-Planells, Adriana & Figueras-Maz, Mónica. (2016) Generación Hashtag. Los movimientos juveniles en la era de la web social. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 14 (1), pp. 107-120.
- FEIXA, Carles & NOFRE, Jordi (2013) Policies of Inclusion? Some Thoughts on the “Los Indignados” Movement, the Emerging of the Neoliberal Penal State and the Criminalization of “Being Young” in Southern Europe In: *Revista CesContexto Rethinking Urban inclusion Spaces, Mobilizations, Interventions* N° 2, June, 2013, 338-350.
- FERNÁNDEZ-PLANELLAS, Adriana (2016). Keeping up with the news. Youth culture, social activism and digital communication. Tesis doctoral, Universitat Pompeu Fabra. Facultat de Comunicació, Directores: M. Figueras-Mas, & C. Feixa. Barcelona, España.
- GERBAUDO, Paolo (2012). *Tweets and the streets Social Media and Contemporary Activism* London, UK: Pluto.
- GERBAUDO, Paolo (2014). The persistence of collectivity in digital protest. *Information, Communication & Society*, 17(2), pp. 264-268.
- GERBAUDO, Paolo (2016). Rousing the Facebook Crowd: Digital Enthusiasm and Emotical Contagion in the 2011 Protests in Egypt and Spain. *International Journal of Communication*, 10, pp. 254-273.
- GERBAUDO, Paolo (2017). *The mask and the flag: Populism, Citizenism and Global Protest* London: Oxford University Press.
- GERBAUDO, Paolo (2017a). The indignant citizen: anti-austerity movements in southern Europe and the anti-oligarchic reclaiming of citizenship. *Social Movement Studies*, 16:1, pp. 36-50.

GERBAUDO, Paolo (2017b). Social media teams as digital vanguards: the question of leadership in the management of key Facebook and Twitter accounts of Occupy Wall Street, Indignados and UK Uncut. *Information, Communication & Society*, 20(2), pp. 185-202.

GOHN, Maria da Glória. (2013) *Sociologia dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Editora Cortez

GUTIÉRREZ-RUBÍ, Antoni. (2015) *La política en tiempos de WhatsApp*. Espanha: El país libros.

HANSEN, Jaqueline Resmini (2016). *No computador, na rua ou no smartphone: condicionantes ou covariantes do engajamento online*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UEM, Maringá.

HARVEY, David (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes.

KIES, Raphaël. (2010). *Promises and Limits of Web-Deliberation*, New York: Palgrave Macmillan.

KIRSCHBAUM, Charles (2013). Decisões entre pesquisas quali e quanti sob a perspectiva de mecanismos causais. *RBCS*, vol. 28, nº 82, pp. 179-193.

KNÖBL, Wolfgang. (2015) *Reconfigurações da teoria social após a hegemonia ocidental*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS*, São Paulo , v. 30, n. 87, p. 5-18.

LACLAU, Ernesto. (2013) *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. (2011). “Internet e esfera civil: limites e alcances da participação política”. In: Maia, Rousiley et al (org.s) *Internet e participação política no Brasil*, Porto Alegre: Sulina.

MALINI, Fábio. & AUTOUN, Henrique. (2013) *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*, Porto Alegre: Sulina.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (2011). Aspectos teórico-metodológicos do processo comunicativo de deliberação online. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 6, Julho-Dezembro pp. 19-40.

MENDONÇA, Daniel de; PEIXOTO RODRIGUES, Léo. (2008) *Pós Estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: ediPUCRS.

MENDONÇA, Daniel de (2010) “Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto”. *Revista Sociedade e Estado*, Vol. 25, nº 3, set./dez.

MENDONÇA, Daniel de (2014). O limite da normatividade na teoria política de Ernesto Laclau. *Lua Nova*, São Paulo, nº 91, pp. 135-167.

MENDONÇA, Daniel de (2016). *Democracia e desigualdade: pós-estruturalismo*. In: MIGUEL, Luis Felipe (org.) *Desigualdades e Democracia: o debate da teoria política*. São Paulo: Editora UNESP.

- MESSENERG, Débora (2015). O paradoxo da democracia: a participação política dos alunos da Universidade de Brasília. *Civitas*, v. 15, n. 1, pp. 1-23, jan.-mar.
- MESSENERG, Débora (2016). A direita que saiu do armário: comportamento e cosmovisão dos formadores de opinião dos ativistas de direita brasileiros. Trabalho apresentado na AT Democracia e Desigualdade no 40^a Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais.
- MOISÉS, José Álvaro. (org). (2010) Democracia e Confiança – Por que os cidadãos desconfiam das Instituições Públicas? São Paulo: Editora Edusp.
- MOUFFE, Chantal (2006). Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 25, n. 1, pp. 165-175, jun.
- MOUFFE, Chantal (2015) Sobre o político. São Paulo: Martins Fontes.
- MOUFFE, Chantal (2016) La paradoja democrática. Madrid: Gedisa editorial.
- MORGAN, David L. (2008). The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods. SAGE Publications, pp. 816-817.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio (2013). As Ruas e a Democracia Ensaio sobre o Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Contraponto.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio (2015). Participação Política. In: GIOVANNI, Geraldo Di & NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Dicionário de Políticas Públicas. 2v. São Paulo: Fundap / Imprensa oficial.
- OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. (2013) “A arte de resistir às palavras”: inserção social, engajamento político e militância múltipla. In: SEIDL, Ernesto & GRILL, Igor Gastal. As ciências sociais e os espaços da política no Brasil FGV Editora: Rio de Janeiro.
- PENTEADO, Cláudio Luiz Camargo; ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar & SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel dos. (2015). Democracia digital e experiências de e-participação: webativismo e políticas públicas. *Histórias, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, supl., dez., p. 1597-1619.
- PEREIRA, Marcos Abílio (2012). Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária. *Revista Opinião Pública*, vol. 18, n° 1, Junho, pp. 68-87.
- PINTO, Céli Regina Jardim. (2014) O que as teorias de reconhecimento têm a dizer sobre as manifestações de rua no Brasil em 2013. Trabalho apresentado no GT 31 Democracia e Desigualdade, no XVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu.

RICHARDSON, R. J. et al. (2011). Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, p. 334.

RIFIOTIS, Theophilos & SEGATA, Jean (organizadores) (2016). Políticas Etnográficas no campo da cibercultura. Brasília: ABA publicações.

RIFIOTIS, Theophilos (2016). Etnografia no ciberespaço como “repopoamento” e explicação. RBCS, v.31, n. 90, fevereiro.

SABARIEGO, Jesús (2016). Podemos y los recientes movimientos sociales globales en España: hipótesis para uma propuesta de investigación desde la práctica. Chasqui Revista Latinoamericana de Comunicación, nº 130, diciembre 2015 – marzo 2016.

SAMPAIO, Rafael Cardoso (2014). Orçamentos Participativos Digitais: um mapeamento mundial das experiências já realizadas e suas contribuições para a e-participação e e-democracia. Tese de doutorado, UFBA, Salvador.

SANI, Giacomo (1999). “Participação Política”. In: Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Ed. UnB, pp. 888-890, Vol. 2.

SANTOS, Boaventura de Souza. (2016) A difícil democracia – Reinventar as esquerdas São Paulo: Boitempo.

SAVAZONI, Rodrigo & COPELLO, Kalinka. (2016). Brasil In: SORJ, Bernardo & FAUSTO, Sergio. Ativismo político em tempos de internet. São Paulo: Edições Plataforma Democrática.

SCHERER-WARREN, Ilse (2014). Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. Política & Sociedade (Florianópolis), vol. 13, nº 28, Set./Dez. pp. 13-34.

SEIDL, Ernesto & GRILL, Igor Gastal. (2013). As ciências sociais e os espaços da política no Brasil FGV Editora: Rio de Janeiro.

SINGER, André. (2013). Brasil, Junho de 2013 Classes e ideologias cruzadas. Novos Estudos Cebrap, nº 97, novembro, pp. 23-40.

SORJ, Bernardo. (2016). Online/off-line: o novo tecido do ativismo político. In: SORJ, Bernardo & FAUSTO, Sergio. Ativismo político em tempos de internet. São Paulo: Edições Plataforma Democrática.

SOUZA, Jessé. (2015) A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite São Paulo: Leya.

SOUZA, Jessé. (2016) Radiografia do golpe: entenda como e porquê você foi enganado São Paulo: Leya.

VINICIUS, Leo (2005). Guerra da Tarifa 2005. Uma visão de dentro do movimento passe-livre em Floripa. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias.

VISSERS, Sara & STOLLE, Dietlind (2014). The internet and new modes of political participation: online versus offline participation. *Information, Communication & Society*, 17 (8), 937-955.

VOMMARO, Pablo. (2014) La disputa por lo público em América Latina. Las juventudes en las protestas y en la construcción de lo común. *Revista Nueva Sociedad*, n. 251, mayo-junio, pp. 55-69.

VOMMARO, Pablo. (2015) Movilizaciones juveniles en América Latina actual: hacia las configuraciones generacionales de la política. *Revista Controversias y Concurrencias Latinoamericanas*, v. 7, n. 11, junio, pp. 25-52.

APÊNDICE A

Roteiro de entrevistas

Módulo I: Identificação (IDENT)

IDENT. 1. Qual a sua idade?

IDENT. 2. Qual a sua formação escolar?

IDENT. 3. Atualmente, você trabalha? Em quê?

IDENT. 4. Qual é a renda mensal da sua família, em salários mínimos?

(880,00 reais o salário mínimo)

Módulo II: Participação Política antes de “Junho de 2013” (PARTPA)

PARTPA. 1. O que você fazia na época das manifestações de junho de 2013?

PARTPA. 2. Estudava?

PARTPA. 3. Trabalhava?

PARTPA. 4. Como era sua participação política anterior a Junho de 2013?

Módulo III: Jornadas de Junho de 2013 (JUN)

JUN. 1. Você participou das “Jornadas de Junho” de 2013?

JUN. 2. Caso sim. O que lhe motivou a participar?

JUN. 3. Como soube das manifestações?

JUN. 4. Houve vários protestos em junho de 2013 em Florianópolis. Você lembra de quantos participou?

JUN. 5. Você estava no maior dos protestos, aquele que fechou a ponte pela primeira vez (19 de Junho- considerado o dia mais importante)?

JUN. 6. Você usou internet para obter informações sobre os protestos ou para convocar outros participantes?

JUN. 7. Qual sua opinião sobre as “Jornadas de Junho”? Ou seja, como você avalia os resultados das manifestações?

JUN. 8. Como você avalia a cobertura da mídia televisiva em relação às Jornadas de Junho de 2013?

Módulo IV: “Ciberativismo” no pós-2013 (CIB)

CIB. 1. Qual foi o papel da web na convocação e mobilização dos protestos depois das Jornadas de Junho de 2013 em Florianópolis?

CIB. 2. Você considera o ciberativismo uma nova prática participativa atualmente?

CIB. 3. Você recruta pessoas na internet para participarem de protestos?

CIB. 4. Qual é a importância da possibilidade de participar politicamente via internet?

CIB. 5. Os novos repertórios de suas práticas participativas geraram novas dinâmicas para os movimentos de que você participou?

CIB. 6. A apropriação dos recursos do espaço virtual inaugura novas formas de sua atuação dentro do jogo político? Como você vê esta relação?

CIB. 7. Você acha os usos das TIC's inauguram um novo cenário da participação política?

CIB. 8. Como você avalia a comunicação de muitos-para-muitos?

CIB. 9. Você acha que a produção de conteúdo e circulação de informações é favorecida ou modificada com os pressupostos da Web 2.0 (interação por meio de redes sociais virtuais, por exemplo)?

CIB. 10. Como se dá sua atuação na organização de protestos nas redes sociais virtuais, em especial no facebook e twitter?

CIB. 11. E no caso de protestos presenciais ou offline – há diferença?

CIB. 12. Você acha que as novas ferramentas digitais promovem o surgimento de lideranças no meio virtual?

CIB. 13. São lideranças horizontais ou há hierarquia entre elas?

CIB. 14. Em que medida sua forma de participar usando a internet como ferramenta representa um novo olhar sobre a política?

CIB. 15. Como você vê o caminho desta forma emergente de participação política que se inicia pela convocação no meio on-line e repercute até sua manifestação no meio off-line?

CIB. 16. Você acha que as relações políticas podem ser reinventadas no meio virtual?

Módulo V: Desafios da participação política (CIB)

DPARTPA. 1. Em geral, o que motiva você a participar da política?

DPARTPA. 2. Como você avalia os canais tradicionais para participar da política?

DPARTPA. 3. Você quer participar da vida política, mas não encontra canais adequados nos partidos ou movimentos sociais?

ANEXO A

Manual dos protestos⁴⁶

“Mini manual sobre as manifestações, protestos e afins

Cinco maneiras de ajudar sem sair de casa:

1) Abra seu Wi-Fi; Se você mora ou trabalha perto das áreas de manifestação libere o sinal do seu Wi-Fi. Com mais conexão os manifestantes são capazes de se informarem melhor, “subirem” seus registros e trocar mensagens.

2) Bandeira vermelha na janela / Cartaz com “FORA TEMER” / Eleições diretas para presidente já / Democracia sim Golpe não: Coloque uma bandeira vermelha e/ou cartazes na sua janela e participe! Essa forma de protesto mostrará apoio das pessoas dentro de casa àqueles que estão na rua lutando.

3) Proteja os manifestantes: Separe alguns panos com vinagre e garrafinhas de água e converse com seu porteiro para abrigar gente fugindo dos protestos se a violência começar. PM’s geralmente agredem diversas pessoas tentando fugir da confusão encurralados na porta de prédios – a grande maioria presente não tem interesse em participar de violência. Proteja-os se puder.

4) Registre tudo que ouve e vê: Sendo uma peça presente, registre seus arredores e participe da troca de informações sobre os protestos. Utilize as tags do evento e informe seus contatos de tudo que está acontecendo – sua presença virtual é tão importante quanto sua presença física.

5) Compartilhar é participar: Diversas informações podem ser cruciais na hora de ajudar quem está nas ruas. Durante os protestos, os manifestantes podem saber com alguma antecedência sobre a presença do batalhão de choque da polícia escondido, e podem tentar minimizar os ataques. Também é através da internet e facebook que informações sobre pontos de suporte médico chegam às ruas. Esteja preparado com todo seu poder de cidadão na internet para ajudar!

Dicas para quem vai as ruas protestar:

⁴⁶ Postado por um ciberativista no dia 13 de setembro de 2016. Fonte: “Netnografia” do autor.

- 1) Use roupas impermeáveis: Se você tiver casacos ou peças impermeáveis em casa, eles são perfeitos contra o famoso gás lacrimogêneo. O algodão absorve o gás e os químicos ficam em contato com a pele por mais tempo.
- 2) Tome banho: Sim, vá para manifestação bem limpinho. Isso porque a oleosidade da pele também ajuda a fixar o gás lacrimogêneo.
- 3) Não fotografe o rosto dos líderes manifestantes: os organizadores do movimento pedem que fotógrafos e jornalistas não ajudem a polícia a identificar membros do protestos. Essas pessoas, após identificadas, podem ser perseguidas ou presas injustamente.
- 4) Cinegrafista, mantenha a distância: A corbetura da mídia tradicional está deslegitimando o processo e dando importância apenas a cenas de violência. Se você tem uma câmera, faça imagens do que realmente está acontecendo. Mas proteja-se em um lugar tranquilo e longe da confusão. No meio do protesto, você corre o risco de ser reprimido pela Polícia Militar.
- 5) Ande em grupo: Vídeos postados nas redes sociais mostraram grupos de policiais espacando pessoas que estavam sozinhas. O melhor é estar sempre acompanhado por um grupo.
- 6) Óculos de Natação: O óculos é barato – pode ser encontrado em lojas de artigos esportivos – e protege os seus olhos do gás lacrimogêneo. Não use lentes de contato! Elas retêm o gás nos seus olhos.
- 7) Máscara de pintor: Esta é uma opção barata para se proteger contra o gás lacrimogêneo. Bandana e lenços também ajudam. Acrescente vinagre diluído em água e, se puder, leve Cebion para colocar na boca.
- 8) Nunca esfregue os olhos: para desinfetá-los contra o gás, vire a cabeça lateralmente, jogue água corrente e deixe-a escorrer do olho para fora, em um olho de cada vez. A amônia corta o efeito do gás lacrimogêneo – vinagre contém amônia (misture meio litro de vinagre em meio litro de água para lavar o rosto) ou Cebion.
- 9) Sapatos confortáveis: Podem ser horas de caminhada. Vá preparado.
- 10) Se você não for participar, evite a região onde o ato vai acontecer: Você não precisa ser contra nem a favor. Se não vai participar, o melhor é evitar a região do protesto. A população está saindo nas ruas para reivindicar um direito fundamental: a democracia. Não seja o chato que reclama que chegou duas horas mais tarde em casa.
- 11) Registre os abusos: Diversos casos de violência e abusos só vieram à tona porque haviam registros feitos por telefones e câmeras.

Utilizem as armas que vocês têm para gravar todo tipo de violência e excessos.

12) Informe e esteja informado: Mantenha seu círculo de contatos atualizado do que está acontecendo com você, em caso de ser preso ou estar machucado, alguém pode ir ao seu encontro e te ajudar.

13) Descubra, caso existam, quais os pontos de apoio: Pode ser que existam grupos prestando suporte médicos aos manifestantes. Procure se informar onde estão os novos pontos de apoio, isso pode salvar a vida de alguém.

14) Seja pacífico: Lute mas não recorra à violência. Se houverem manifestações de violência, filme e reporte. Se afaste dos ambientes onde está acontecendo combate, depredações e conflito. Essas ações invalidam e deturpam o valor da manifestação. No lugar disso, leve seu cartaz e prepara a voz para gritar. Em caso de agressão policial com balas de borracha, deite no chão.

15) Leve seu vinagre: porque (ainda) não é crime.”

Orientações jurídicas para quem for nas manifestações:

1) A polícia PODE te deter, por alguns minutos, para “averiguação”. Ou seja, para verificar se você está carregando bombas, armas, drogas, etc. A polícia NÃO PODE te prender para averiguação, e te levar para a delegacia;

2) Se você for pego cometendo algum crime (independente das razões para isso), você poderá ser preso. Se você estiver portando drogas, bombas, armas, ou estiver depredando o patrimônio público, a polícia PODE te prender;

3) Você tem o direito de permanecer calado diante de qualquer pergunta, de qualquer autoridade. Você também tem direito, na delegacia, de contar com o auxílio de um advogado. Se você for preso, levado para a delegacia, e quiserem tomar o seu depoimento, EXIJA um advogado presente. Se não permitirem a presença de um, dê como declaração o seguinte: “PERMANECEREI EM SILÊNCIO, PORQUE ME FOI NEGADO O DIREITO DE TER UM ADVOGADO ACOMPANHANDO ESTE ATO”. Isso tem que ficar documentado no papel. Se o delegado ou o agente da polícia civil se negar a colocar isso no papel, NÃO ASSINE!

4) Na delegacia, LEIA TUDO ANTES DE ASSINAR! Se o que estiver escrito não for a realidade, ou se você não disse alguma coisa que está escrita, NÃO ASSINE;

5) Se você for preso, não adianta discutir com o policial. Não reaja.

Anote o nome de todos. Grave-os na sua memória. Se você vir alguém sendo preso, FILME! E, se souber o nome de quem está sendo preso, colete outros nomes ao redor, com telefone para contato, que poderão no futuro servir de testemunhas. Após, entre em contato com a pessoa que foi presa e repasse as informações;

6) Qualquer revista da polícia, em você ou em mochilas, deve ser feita na presença de todos.

7) Se você estiver machucado, EXIJA ATENDIMENTO MÉDICO IMEDIATO, mesmo antes de ir para a delegacia. A sua saúde deve ser mais importante do que a sua prisão.

8) Alguém foi preso ou está precisando de auxílio de algum advogado, entre em contato pela página “Habeas Corpus Movimento Passe Livre Manifestação 17/6”. Já somos mais de 4000 dispostos a te ajudar, gratuitamente.

9) E o mais importante: viu alguém sofrendo qualquer tipo de abuso? FILME! A polícia levou a mochila para revistar, sem o acompanhamento de ninguém? FILME! Viu alguém sendo preso por portar coisas legais, como vinagre ou máscaras, FILME! Anote o nome dos policiais que abusarem. Se ele não estiver portando alguma identificação, TIRE UMA FOTO! Com esses dados é possível a responsabilização do Estado e do policial que cometer os abusos.

ANEXO B

Carta entregue à presidenta Dilma Rouseff⁴⁷

Excelentíssima PRESIDENTA Dilma,

É com imenso prazer que escrevemos para a senhora, somos um grupo criado no WhatsApp ao qual demos o nome de Unidos Contra o Golpe, UCG . A ideia nasceu do desejo de lutar contra o Golpe que se armava contra a nação e teve como foco principal o seu impeachment. De pronto, o companheiro indignado com a situação política do Brasil, resolveu formar o grupo para refletirmos e analisarmos o que estava acontecendo com o país! Logo, nasceu o grupo que chegou a ter 256 participantes! A grande maioria do sul e sudeste, mas temos companheiros em todas as regiões do país e alguns no exterior!

Somos: educadores, engenheiros, petroleiros, geólogos, médicos, psicólogos, psicanalistas, arquitetos, sindicalistas, estudantes universitários, odontólogos, atores, poetas, cronistas, bancários, músicos, professores universitários, mestres, doutores e políticos, embora pouquíssimos, funcionários das iniciativas privadas e públicas.

Diante da gravíssima situação que se desenhava, decidimos não mais ficar apenas em reflexões e debates intelectuais via whatsapp e começamos a fazer movimentos de protestos contra o Golpe. Sendo assim, fizemos reuniões, panfletos e panfletamos pelo país, fizemos camisas e nos incorporamos, de fato, à luta! Todos sempre muito bem fundamentados, estudamos muito, lemos muito as mídias alternativas e debatemos muito no grupo e levamos para nossas “trincheiras”, nos transformamos em lutadores contra o desastre que esta aí hoje!

Desta forma, conseguimos nos unir à outras pessoas e fomos formando uma teia, tanto virtual quanto presencial em vários Estados, sempre tendo como princípio norteador e tema central a luta em defesa da democracia e contra o Golpe! O grupo passou a ser um espaço de articulações e de compartilhamento de textos políticos que abrangem as áreas políticas e sociais tornando-se fonte de discussão e difusão de ideias.

⁴⁷ A carta foi entregue no dia 20 de janeiro de 2017. Fonte: “Netnografia” do autor.

Hoje somos 163 integrantes em todo Brasil e alguns no exterior com participação constante dos integrantes replicando de forma eficiente as ações gestadas dentro do grupo, multiplicando-as entre outros grupos que comungam da mesma ideologia! Hoje vamos mais além da militância de companheiros de esquerda, conseguimos chegar ao povo sem acesso à informação e formação. Pois foi esse público fragilizado que foi usado como massa de manobra para nos inserir nesse caos político instalado pelos golpistas que a tiraram do poder mesmo sem um crime, que nos deixou mais revoltados e voltados para a luta. Embora muitos tenham saído do grupo depois do impeachment, pois ficaram abatidos, nós -170- continuamos na luta para divulgar ao máximo o que está acontecendo e nos manifestando contra as medidas ABSURDAS do Governo Golpista! Agora, montaremos pequenos comitês para dialogar com as pessoas onde elas estiverem.

Nosso objetivo, além de informar e participar das mobilizações e manifestações, é apoiar todas as causas e pessoas que lutam em defesa do estado Democrático de Direito. Durante esse processo, apoiamos os estudantes do Ensino médio e universitários nas ocupações das escolas e universidades federais, fornecendo alimentos e materiais para confecção de cartazes e faixas; os participantes do grupo, em diversas cidades do país, se revezaram levando esses mantimentos e participando das atividades e oficinas durante todo o período de mobilizações dentro das escolas e universidades.

A ação mais emblemática e que marcou e deu identidade ao grupo, para além das redes sociais, foi a ideia de fazer um protesto durante a passagem da Tocha Olímpica. Para isso, decidimos confeccionar camisetas com os dizeres “Fora Temer e Nenhum Direito a Menos”. Nossa surpresa foi o sucesso das camisetas que foram vendidas rapidamente para várias regiões do país e apareceram em vários trajetos da passagem da tocha, nas arquibancadas dos eventos olímpicos e até mesmo fora do Brasil, tornando-se nossa marca registrada, estando presente em todas as manifestações, mobilizações, ocupações e eventos onde se preconiza a democracia.

Em um desses, tivemos o prazer de conhecer um companheiro que nos falou de um encontro com Vossa Excelência. Então, pedimos-lhe a gentileza de entregar uma carta nossa à senhora, como também viabilizasse a possibilidade de um encontro para que possamos prestar nosso apoio e solidariedade, além de agradecer por não ter desistido do povo brasileiro. Nesse momento, gostaríamos de lhe presentear com a camisa do grupo! Além do prazer de conhecê-la pessoalmente e poder expressar o orgulho e o privilégio de termos eleito a primeira mulher

presidenta do Brasil, e disso, nos orgulharemos para sempre! Pois sabemos o quão difícil é para uma mulher assumir o cargo de tal relevância num país onde o machismo e o preconceito são uma constante, principalmente para alguém com sua história de vida de esquerda e vermelha e com uma alma em luta constante e pela libertação do nosso povo!

Nosso objetivo é continuar a luta em defesa da democracia, contra toda e qualquer forma de discriminação e preconceito, não podemos nos calar quando o país está sendo tomado de assalto por uma elite cruel e conservadora, quando os direitos dos/as trabalhadores/as estão sendo destruídos de maneira perversa e usurpadora, quando o preconceito contra as mulheres, negros/as, homossexuais, transexuais e lésbicas nunca foram tão violentos e explícitos, quando nossos recursos naturais de importância estratégica estão sendo entregues ao capital estrangeiro e quando o país está caminhando para um retrocesso histórico sem precedentes.

Diante do exposto, não podemos permitir que a luta de tantos que foram presos, torturados, mortos, exilados tenha sido em vão. Por isso, estaremos sempre na linha de frente para impedir que isso volte a nos atormentar. Com todo nosso respeito e admiração, receba um grande abraço do grupo “UCG” que nasceu para defendê-la! Estamos gratíssimos pela atenção!

Assina o Grupo pela democracia: Unidos Contra O Golpe